



INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA
ESCOLA SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS
MESTRADO EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E COMPORTAMENTO
ORGANIZACIONAL

A ARTE DE GOVERNAR: O EXERCÍCIO DO PODER PELO SABER
SEGUNDO MICHEL FOUCAULT

MARIA MARTA LIMA DE SOUSA

Coimbra
2010



INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA
ESCOLA SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS
MESTRADO EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E COMPORTAMENTO
ORGANIZACIONAL

A ARTE DE GOVERNAR: O EXERCÍCIO DO PODER PELO SABER
SEGUNDO MICHEL FOUCAULT

MARIA MARTA LIMA DE SOUSA

Dissertação submetida para satisfação dos requisitos do grau de Mestre em Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional, sob a orientação da Professora Doutora Severina Gomes Pereira e co-orientação do Professor Doutor Washington Luiz Martins da Silva.

Coimbra
2010



INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA
ESCOLA SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS
MESTRADO EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E COMPORTAMENTO
ORGANIZACIONAL

A ARTE DE GOVERNAR: O EXERCÍCIO DO PODER PELO SABER
SEGUNDO MICHEL FOUCAULT

MARIA MARTA LIMA DE SOUSA

Dissertação submetida para satisfação dos requisitos do grau de Mestre em Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional, sob a orientação da Professora Doutora Severina Gomes Pereira e co-orientação do Professor Doutor Washington Luiz Martins da Silva.

Aprovada em ___ de dezembro de 2010

COMPOSIÇÃO DO JURI

Professor Doutor **Carlos Alberto Afonso**
Presidente

Professor Doutor **José Henrique Dias**
Argüente

Professora Doutora **Severina Gomes Pereira**
Orientadora

Professor Doutor **Washington Luiz Martins da Silva**
Co-orientador

DEDICATÓRIA

A Deus, por me colocar em seus planos e ser fiel em cumprir com suas promessas.

Aos meus pais José Ferreira e Dalva, *in memoriam*, pelo amor, incentivo e exemplo de vida.

A meu esposo, José Batista, pelo amor e compreensão nos momentos ausentes.

Aos meus filhos, Martha Glasielle e Gleidson Luchesy, minha razão de viver; que sirva de estímulo em suas vidas.

Aos meus netos, Gabriel, Lucas, Larissa, Ítalo e Jonas, presentes de Deus.

Aos meus onze irmãos e sobrinhos, modelos reais de perseverança, parceria, dedicação, paciência e ética.

“Grandes coisas fez o SENHOR por nós, e, por isso, estamos alegres”.
Salmos 126.3

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Severina Gomes Pereira, minha orientadora e amiga, pela presença segura, competente e estimulante durante o curso.

Ao nosso Co-orientador Professor Doutor Washington Martins da Silva pela presteza no auxílio às atividades e discussões sobre o tema desta Dissertação de Conclusão de Curso.

Ao professor Heraldo Pereira pela competência, atenção e grande contribuição para conclusão deste trabalho.

As minhas colegas de equipe Ana Maria, Elda, Jacinta, Lindóia, Márcia, Teresinha e Valéria, pela parceria e paciência nos momentos difíceis.

Aos colegas de Mestrado que contribuíram imensamente para a agregação de idéias, além de sempre proporcionarem um ótimo ambiente para intensos debates acadêmicos.

Às nossas famílias pela paciência, incentivo e compreensão.

A SOESE, mantenedora da Faculdade de Escada pela ousadia em acreditar que sonhos são possíveis de realização, em especial meus colegas de trabalho Lins e Nilbe, pelo incentivo e compreensão em minhas ausências.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, os meus sinceros agradecimentos.

Ao grande DEUS pelas bênçãos alcançadas e pelo privilégio em compartilhar tamanha experiência e, ao freqüentar este curso, perceber e atentar para a relevância de temas que não faziam parte, em profundidade, das nossas vidas.

RESUMO

As obras de Michel Foucault exercem influência em várias áreas das ciências humanas. O mesmo fato se repetiu em teoria das organizações, onde as idéias foucaultianas estão sendo empregadas fundamentalmente para trazer novas luzes para as discussões sobre poder nas organizações. Apesar da influência significativa na área, não há discussões sobre como as obras de Michel Foucault estão sendo utilizadas. A presente dissertação de mestrado tem por objetivo sistematizar os estudos que utilizaram as idéias de Michel Foucault em teoria das organizações, problematizá-los e indicar alguns caminhos para o desenvolvimento desse tipo de análise. De uma forma geral, percebemos que a produção acadêmica em teoria das organizações baseadas nas obras de Michel Foucault tratam majoritariamente das disciplinas e deixam de lado outros aspectos da analítica do poder. Ademais, percebemos que há uma adoção simplificada da analítica do poder e uma junção acrítica de conceitos e noções oriundas de diferentes matrizes epistemológicas, além da inadequação da designação “pós-moderno” para classificar as obras de Michel Foucault e suas utilizações em teoria das organizações. Como possíveis desenvolvimentos, indicamos as possibilidades de análise que podem ser abertas na teoria das organizações pelo uso das noções de biopolítica e governamentalidade.

Palavras-Chave: Michel Foucault – Relações de Poder – Relações de Saber.

ABSTRACT

The works of Michel Foucault exert influence in various areas of the humanities. The same thing happened in organization theory, Foucauldian where ideas are being used primarily to bring new light to the discussions about power in organizations. Despite the significant influence in the area, there are discussions about the works of Michel Foucault are being used. This dissertation aims to systematize the studies that used the ideas of Michel Foucault in organization theory, problematize them and indicate some directions for developing this type of analysis. In general, we find that the academic production in the theory of organizations based on the writings of Michel Foucault deal mostly of disciplines and leave out other aspects of analytical power. Moreover, we realize that there is an adoption of simplified analytical power of an indiscriminate and a junction of concepts and notions from different epistemological matrices, besides the inadequacy of the term "postmodern" to classify the works of Michel Foucault and its uses in organizational theory . As possible developments, indicate the possibilities of analysis that can be opened in organization theory by using the notions of biopolitics and governmentality.

Keywords: Michel Foucault - Power Relationships - Relationship of Knowledge.

LISTA DE SIGLAS

CMS	Critical Management Studies
G	Gerencial
GIP	Grupo de Informações das Prisões
LPT	Labor Process Theory
OP	Operacional

INDICE

CAPÍTULO I	-----	01
INTRODUÇÃO	-----	01
1.1 Objetivo	-----	05
1.2 Justificativa	-----	06
1.3 Problemática	-----	06
1.4 Relevância do Estudo	-----	06
1.5 Delimitação do Estudo	-----	07
CAPÍTULO II	-----	09
PODER NAS ORGANIZAÇÕES SEGUNDO GALBRAITH	-----	09
2.1 Do mercantilismo à era do conhecimento	-----	13
CAPÍTULO III	-----	19
A FORMA DE GOVERNAR MEDIEVAL SEGUNDO MICHEL FOUCAULT	-----	19
3.1 A Mentalidade Moderna	-----	21
CAPÍTULO IV	-----	24
DISCIPLINA, NORMALIZAÇÃO, INSTITUIÇÃO PEDAGÓGICA E FABRICAÇÃO DE INDIVIDUALIDADE	-----	24
4.1 Normalização e princípio de inversão e polaridade da norma segundo Canguilhem	-----	31
4.2 Objetivação do sujeito e subjetivação	-----	35
4.3 O Poder nos Estudos de Mintzberg e Crozier	-----	38
CAPÍTULO V	-----	45
A CONTRACULTURA E AS RELAÇÕES DE PODER NA CONTEMPORANEIDADE. O SIGNIFICADO DO PODER NO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT	-----	45

CAPÍTULO VI	-----	55
DA MULTIPLICAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS DE PODER E DO NÚMERO DOS POTENCIAIS VIGILANTES EM UMA SOCIEDADE DISCIPLINAR	-----	55
6.1 O cotidiano enquanto espaço de tensão: o poder como relação e não como propriedade	-----	62
CAPÍTULO VII	-----	66
O PODER ENQUANTO “AÇÃO SOBRE AÇÕES POSSÍVEIS”	-----	66
7.1 O primeiro é o investigativo, a objetivação do sujeito em um saber:	-----	66
7.2 O princípio de inteligibilidade do poder	-----	68
7.3 A resistência e a genealogia: um cenário de luta	-----	70
7.4 As Origens do Pensamento Foucaultiano no Campo de Teoria das Organizações	-----	72
7.5 Etapas da Obra Foucaultiana	-----	74
7.6 A Analítica do Poder	-----	75
7.7 O poder disciplinar, seus dispositivos e técnicas de normalização dos corpos vivos	-----	80
CAPÍTULO VIII	-----	88
ESTUDO DE CASO NA EMPRESA “SUCESSO”	-----	88
8.1 A Empresa “Sucesso”	-----	91
8.2 A articulação da liderança na Empresa Sucesso	-----	92
CAPÍTULO IX	-----	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	-----	98
BIBLIOGRAFIA	-----	108

EPÍGRAFE

“O SENHOR é o meu rochedo, e o meu lugar forte, e o meu libertador; o meu Deus, a minha fortaleza, em que confio; o meu escudo, a força da minha salvação e o meu alto refugio”.

Salmos 18.2

CAPÍTULO I

“Um bom conhecimento da Bíblia vale mais do que uma educação superior. Quase todas as pessoas que com o trabalho de suas vidas acrescentaram algo para o conjunto das realizações humanas... basearam o seu trabalho grandemente nos ensinamentos da Bíblia”.
Theodore Roosevelt

INTRODUÇÃO

Em um mundo cada vez mais dinâmico, uma visão estática e fixa sobre poder não preenche todas as dúvidas e questões inerentes ao tema, portanto, não fornecendo subsídios para que se consiga entender a construção das relações de poder dentro de uma organização, bem como da produção subjetiva dos membros da mesma.

A obra de Michel Foucault (1979, 1985, 1987a, 1987b, 1988, 1997, 1999a, 1999b, 2000, 2002, 2003a, 2003b, 2003c, 2004) tem sido utilizada nos mais variados campos das Ciências Sociais, e como não poderia deixar de ser, a Administração, sendo uma Ciência Social aplicada, tem passado a interessar-se por sua obra, investigando a provável aplicação da mesma nos estudos organizacionais ligados, principalmente, ao poder.

O pensamento de Foucault, muitas vezes, é subdividido em períodos temáticos: saber, poder e processos de subjetivação. Entretanto, vale ressaltar que as discussões sobre saber não se separam de suas análises do poder. Da mesma forma que saber e poder são indispensáveis em seus trabalhos sobre subjetividade. É o próprio Foucault (1979) que nos diz que seu tema de estudo sempre esteve ligado aos processos de subjetivação ou ao exercício ético de constituição de si.

No entanto, a analítica de poder desenvolvida por Michel Foucault tem sido uma das abordagens filosóficas mais questionadas com relação a sua real aplicabilidade nos estudos organizacionais sobre poder. Um dos motivos principais deste questionamento é a dificuldade em entender sua obra, principalmente quando se trata de administradores e outros pesquisadores em administração que têm, em sua formação, pouca clareza e intimidade com estudos e abordagens que envolvem o campo filosófico.

Em face ao exposto, o que se propõe é uma análise do trabalho de Michel Foucault, de forma a entender sua obra como um todo e não como fragmentos, principalmente em estudos que envolvem relações de poder. Propiciando, assim, uma analítica mais íntegra do que seja o pensamento foucaultiano sobre poder e sua aplicabilidade no campo organizacional.

O poder, como manifestação múltipla, está entrelaçado na sociedade, sendo a possibilidade dela se estruturar hierarquizada e ordenadamente. Ele permite que a sociedade se organize e por meio da linguagem pulverize o poder desde sua base até o seu ápice. “(...) No fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso”¹. Deste modo, o poder se encontra diluído em todas as esferas sociais, na família, nas instituições do estado, nas instituições religiosas e educativas, econômicas, nas práticas culturais e, enfim, disseminada em toda a extensão do corpo social.

Por isso, possuir a arte de governar está para além de ter uma habilidade. É necessário que a “continuidade ascendente no sentido em que aquele que quer poder governar o Estado deve primeiro saber governar, sua família, seus bens, seu patrimônio. É esta espécie de linha ascendente que caracterizará a pedagogia do príncipe”². Esta continuidade leva-nos a compreender que a arte de governar converge no sentido de que em todas as esferas sociais constitui-se um governo diferente. Por exemplo, o pai de família exerce o governo de sua casa; o padre, o governo na paróquia e de seus seguidores; o professor governa na sala de aula seus alunos. Assim, eles exercem poder e por isso governam. Isto não implica, no entanto, que sejam esferas autônomas e independentes dentro do Estado ou da Sociedade. Ao mesmo tempo em que governam, são também governados na sua interação com outros membros da sociedade. Um necessita do outro assim como, no corpo humano os membros agem em conexão com o cérebro.

É, também, um processo pedagógico que instrumentaliza toda a sociedade para esta relação de poder. Para governar é necessário primeiro aprender a governar a própria vida. É um processo determinado internamente na relação que a sociedade estabelece com seus indivíduos, isto é, na relação privada da família, por exemplo. Depois se estende para outras esferas maiores e públicas. “Quando o Estado é bem governado, os pais de família sabem como governar suas famílias, seus bens, seu patrimônio e por sua vez os indivíduos se comportam como devem”. Este conjunto de relações e trocas faz surgir uma pedagogia política para imprimir um bom governo. Entre o governo e o povo, governo e família é que surge a necessidade de se aprender a governar as diferentes habilidades existentes na esfera do Estado, assegurando assim o funcionamento da sociedade como um todo da relação de poder.

¹ FOUCAULT, *Microfísica do Poder*, 1979, pág. 179.

² Id *Ibid.* p. 281.

Conseqüentemente, governar é pactuar. É governar e saber que deve ter um retorno e subordinar-se a uma vontade maior, a vontade dos outros. É compreender que ninguém exerce o poder sozinho. Está implícito nesta relação, que o poder de governar é baseado no consenso e outorgado pelo outro. Não há poder de governar incondicionado ou transcendente. O poder de governar é fruto das relações empíricas que os homens estabelecem. “Para ser bom soberano, é preciso que tenha uma finalidade: ‘o bem comum e a salvação de todos’. (...) Só lhe será conferida autoridade soberana para que ele se sirva dela para obter e manter a utilidade pública”³. A finalidade do poder para o governo é a de aproximar-se de objetivos e interesses que se definem com a ampliação da vontade comum que pretende defender. Em suma, o poder é um pacto, um acordo que - não se restringe aqui a jurisdição, justiça ou lei - o soberano deve ter um propósito coletivo mais amplo, que englobe a população.

A arte de governar exige, nesta direção, que se vá para além das leis. “Na perspectiva do governo, a lei não é certamente o instrumento principal, (...) quando, economistas e fisiocratas dos séculos XVII e XVIII, explicam que não é certamente através da lei que se pode atingir os fins de governo”. Assim, é necessário para bem governar, ter virtudes como: a paciência, a sabedoria e a diligência.

Este conjunto de virtus⁴ como capacidade ou potência moral do homem que dará equilíbrio ao governante. A paciência é necessária para que a força dê lugar à diplomacia, isto é, nem sempre é necessário utilizar armas ou força mesmo possuindo-as. O conhecimento é fundamental para dar noção ou consciência daquilo que rodeia o governo, seu real poder. “O conhecimento das coisas, dos objetivos que deve procurar atingir e da disposição para atingi-los; é este conhecimento que constituirá a sabedoria do soberano”⁵. E a diligência é justamente o que dará ao governo sua medida, colocando-o como instrumento do povo a atingir esta finalidade.

Podemos dizer que o Estado tem uma dinâmica própria que pode ser racionalizada. Esta dinâmica ancora-se nas suas regularidades e nas suas leis.

Ela é lógica e por isso pode ser conhecida e compreendida pelo entendimento humano. “O Estado se governa segundo as regras racionais que lhe são próprias, que não se deduzem nem das leis naturais ou divinas, nem dos preceitos da sabedoria ou da prudência; o

³ Id. Ibid. p. 283.

⁴ ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. [Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revisada por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução de novos textos de Ivone Castilho Benedetti]. – 5ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.

⁵ FOUCAULT, Microfísica do Poder, 1979, p. 285.

Estado, como a natureza, tem sua racionalidade própria, ainda que de outro tipo”⁶. Assim, cabe ao governante compreender esta lógica ou dinâmica, uma vez que ela é criada pelo acordo entre os homens, e materializada quando transformada em prática social. Em suma, é isto que se exige em uma arte de governo a partir do século XVIII, técnica, conhecimento e paciência.

Se procurarmos o meio termo ou o ponto de passagem para esta exigência moderna, veremos que o Mercantilismo é paradoxal na relação Mercado-Estado. Se por um lado, o Mercantilismo, como prática de mercado, possibilitou regras claras para a comercialização em escala mundial ou transcontinental, criou leis para este mercado e uma regularidade sendo administrada no interior do Estado; por outro, serviu de suporte ao soberano para cada vez mais se armar, criando exércitos e armamentos, conservando-o no poder. “O mercantilismo é a primeira racionalização do exercício do poder como prática de governo; é com ele que se começa a construir um saber sobre o Estado que pode ser utilizável como tática de governo”⁷. Para se organizar numa ação mercantil foi necessária uma racionalidade por parte do Estado, isto é, o mercantilismo possibilitou a regularidade: leis, ordens e regulamentos; mas nas mãos do monarca serviu para concentrar força e poder.

Este requerimento moderno de uma racionalidade para a organização do Estado foi algo positivo. As leis e regularidades permitiram que o Estado ordenado e regularmente administrado pudesse ser racionalizado e conhecido logicamente. Elas fomentaram, portanto, a constituição de um governo de muitos. Um governo consentido, pactuado e acordado, dando origem à concepção de democracia. Contrariamente, coisa que não acontecia antes do século XVIII, com o governo soberano, que trazia a idéia de governo para poucos ou governo de um só, tornava-se tirano, destruindo a continuidade do desenvolvimento do Estado. Com efeito, diante desta questão, os pensadores políticos passaram a reformular a concepção acerca da teoria de governo. Diz Foucault:

É neste sentido que os juristas do século XVIII formularam ou reatualizam a teoria do contrato: a teoria do contrato será precisamente aquela através da qual o contrato fundador – o Ele, em conjunto, estabelece as regras e as leis que serão conduzidas nas esferas do Estado, passando a ser uma vontade geral, a vontade da maioria. O governante é apenas um instrumento. Ele é o autorizado a colocar em prática a Vontade Geral. Soberana agora é esta vontade. Ela deve sufocar ou suplantar a vontade individual que conduz à tirania.

⁶ Op. cit p. 286.

⁷ Op. cit. p. 286-287.

O Contrato Social regula não só a relação Estado-Soberano-População, mas sim todas as relações sociais. A sociedade passa a ser gerida por um contrato e a arte de governar diz respeito ao entendimento desta relação e a aplicação deste entendimento. Em suma, é na prática de governo que opera o poder através do soberano nas teias de uma sociedade que é contratual e com inúmeras relações reguladas por regras e leis.

Outra mudança significativa, neste contexto, refere-se à economia. Enquanto a economia se restringia à família - os bens da casa - limitava a ação do governante uma vez que deveria estar voltado a defender a propriedade privada e restrita da família, restringindo também a construção de uma arte de governo mais ampliada que pudesse ser abarcada além deste limite doméstico.

A arte de governar procurou fundar-se na forma geral da soberania, ao mesmo tempo em que não pôde deixar de apoiar-se no modelo concreto da família; por este motivo, ela foi bloqueada por esta idéia de economia, que nesta época ainda se referia apenas a um pequeno conjunto constituído pela família e pela casa. Com o Estado e o soberano de um lado, com o pai de família e sua casa de outro, a arte de governo não podia encontrar sua dimensão própria (FOUCAULT, *Microfísica do Poder*, 1979, pág. 287).

Compromisso recíproco entre o soberano e os súditos – se tornará uma matriz teórica a partir de que se procurará formular os princípios gerais de uma arte do governo (FOUCAULT, *Microfísica do Poder*, 1979, pág. 285).

Aqui nos parece que a arte de governar encontra suporte na concepção de Vontade Geral de Rousseau. É O Contrato Social de Rousseau que estabelece os limites do governo. O poder está no contrato e os indivíduos definem as regras do mesmo. O indivíduo agora está imbuído de poderes.

1.1 Objetivo

O objetivo desta dissertação é problematizar o estudo do poder, tendo-se como referência os estudos organizacionais, por meio de uma pesquisa de cunho bibliográfico. Assim, foram analisadas várias obras com destaque para Michael Foucault. Observa-se que, dentre as diferenças de pensamento dos autores estudados, as questões relacionadas com a existência ou não de uma fonte de poder, o papel das normas e estruturas organizacionais, a atuação do poder como sendo repressivo ou positivo e a idéia que cada autor faz de subjetividade são as principais divergências entre esses autores. Salienta-se ainda que quando se compara a obra de Foucault com os demais, existem diferenças mais restritas entre essas

obras. Desta forma, enquanto outros autores tentam criar uma teoria sobre o poder nas organizações e o atribuem como sendo uma ação individual, Foucault desenvolve uma análise do poder, não procurando criar, assim, uma teoria sobre o poder tal qual os outros autores mencionados, dando um caráter de ação coletiva ao poder.

1.2 Justificativa

Considerando as constantes mudanças no ambiente organizacional, as emergentes alianças empresariais em busca do diferencial competitivo do mercado, o surgimento de correntes tecnológicas de otimização de recursos frente às promessas de ganho na lucratividade e obtenção de resultados superiores, sabemos que as empresas, em um futuro próximo, não terão escolha, senão a de se converterem em organizações baseadas em conhecimento. Coloca-se em evidência, no cenário mundial, a importância de algumas questões envolvidas nestes processos de mudança, tais como o volume de informações que são gerenciadas todos os dias nas organizações e que permeiam todos os níveis hierárquicos, os conhecimentos tácitos acumulados ao longo de suas próprias histórias e como são assimilados e utilizados em todos os níveis organizacionais, os diferentes aspectos históricos, aspectos culturais, regras de comportamento compartilhadas e de relações de poder.

1.3 Problemática

Temas como Gestão do Conhecimento e Gestão da Informação tem sido objeto de estudo de um número cada vez maior de pesquisadores que buscam oferecer às empresas e seus dirigentes caminhos para o destaque neste contexto. Contudo, poucas publicações se preocupam em contextualizar as relações entre as fontes de conhecimentos aplicadas ao longo do fluxo da história e as relações de poder instituídas. Fatores que ao serem estudados de forma convergentes podem, por hipótese, explicar as principais razões das lideranças econômicas e políticas legitimadas ao longo do fluxo da história.

1.4 Relevância do Estudo

Para discutir as relações de poder e sua influência nos processos de geração e disseminação do conhecimento, deve-se, sobretudo estudar as suas inter-relações e vínculos com os aspectos da cultura organizacional. O tema em questão que pressupõe a cultura

organizacional como fator de institucionalização do poder foi discutido na literatura clássica por vários autores (Maquiavel, Michael Foucault, C. Bertero), contudo a abordagem na qual esta dissertação se baseará compõem-se dos pressupostos elaborados e publicados por Michael Foucault.

1.5 Delimitação do Estudo

Inicialmente, ressalta-se a identificação dessas inter-relações para o interior da organização, o que Galbraith (1983) chamou de fontes de poder. Outra contribuição importante de Galbraith é a identificação de grupos de poder que exercerão influência na construção da cultura organizacional.

Neste ponto, chama atenção uma certa identidade de coalizões propostas e as redes capilares enunciada por Foucault, onde a interação inter e intrapessoal criam e estabelecem as relações de poder existente.. Mesmo não se enxergando nas coalizões uma recorrência tão abrangente como se reconhece nas capilares – estas últimas, segundo seu autor, permeiam toda a sociedade, as economicamente ativas e as inativas – elas também são redes de indivíduos que podem se organizar para lutar por objetivos e posteriormente se desmanchar quando os objetivos mudarem. Este aspecto de síntese das concepções de Galbraith e Foucault fica assim ressaltado na contribuição de Bertero para quem redes de transmissão de poder podem se constituir intra-organização – não necessariamente perto do estado de poder – desde que seus integrantes estejam associados de alguma forma às fontes de poder.

Como visto, Michel Foucault destaca-se como um dos principais pensadores contemporâneos. Suas obras têm servido de base para reflexões e problematizações em uma vasta gama de áreas que vão desde artes e dança até a literatura e o direito (Portocarrero e Branco, 2000). Atualmente, o mesmo fato se repete no campo da teoria das organizações. Üsdiken e Pasadeos (1995), em uma análise bibliométrica, constataram que Michel Foucault era o sétimo autor mais citado no periódico *Organization Studies*, logo atrás de Max Weber. Há coletâneas que versam especificamente sobre a influência do pensamento de Michel Foucault em análise organizacional (McKinlay & Starkey, 1998;) e números especiais de periódicos com o mesmo tema (Organization, 2002).

Assim, o pensamento Foucaultiano exerce uma influência significativa na teoria das organizações em sua vertente crítica (Knights, 2002). A literatura tem demonstrado que as obras de Michel Foucault são extremamente úteis para discutir a questão do poder nas

organizações (Burrell, 1988; McKinlay & Starkey, 1998, Knights, 2002). Porém, não encontramos nenhuma sistematização sobre como tais obras estão sendo utilizadas pelos teóricos organizacionais.

Frente a isso, o objetivo desta pesquisa é sistematizar os estudos que utilizaram as idéias de Michel Foucault em teoria das organizações, problematizá-los e indicar alguns caminhos para o desenvolvimento desse tipo de análise. Para tanto, na primeira parte indicaremos as origens da utilização de noções foucaultianas em teoria das organizações. Na segunda, discorreremos sobre a analítica do poder foucaultiana. Na terceira, apresentaremos um levantamento sobre os artigos que utilizam as obras de Michel Foucault em teoria das organizações. Após isso, problematizaremos os usos das noções foucaultianas em nossa área de estudo. Por fim, apresentaremos as conclusões e indicaremos algumas possibilidades de desenvolvimento da aplicação de noções foucaultianas, a partir de sua analítica do poder.

CAPÍTULO II

“Não me sinto obrigado a acreditar que o mesmo Deus que nos dotou de sentidos, razão e intelecto, pretenda que não os utilizemos”.

Galileu Galilei

PODER NAS ORGANIZAÇÕES SEGUNDO GALBRAITH

Para constituição do presente capítulo, tomemos com parâmetro a interação organizacional na institucionalização do poder vigente baseado nos aspectos organizacionais, conforme relacionados no quadro 1, abaixo.

Quadro 1: Poder nas Organizações

Poder nas Organizações			
Estrutura	Galbraith	Foucault	Bertero
Conceito	Concentração nos tipos de poder vigente e suas fontes.	Não existe o poder como algo unitário e sim, formas heterogêneas em constante transformação.	Interações das relações de poder nas diferentes culturas organizacionais: coalizão interna e coalizão externa.
Premissas	Estático <ul style="list-style-type: none">• Tipos de Poder• Fontes de Poder	Dinâmico <ul style="list-style-type: none">• Microfísica do poder• Capilaridade do poder	Interações <ul style="list-style-type: none">• Hora capital• Influenciadores internos• Influenciadores externos
Bases	Diagnóstico do interior das organizações (fontes de poder).	Integração empresa e ambiente que lhe confere poder aqueles que venham supri-los.	Redes de transmissão do poder podem se constituir intra-organização desde que seus integrantes estejam associados de alguma forma.
Teoria	O poder é visto como um recurso (como alguma coisa que alguém possui).	Poder como relação social caracterizado por algum tipo de dependência.	Poder como habilidade de conseguir que outra pessoa ou organização faça alguma coisa mediante uma necessidade.

Fonte: Baptistucci & Nery (2002)

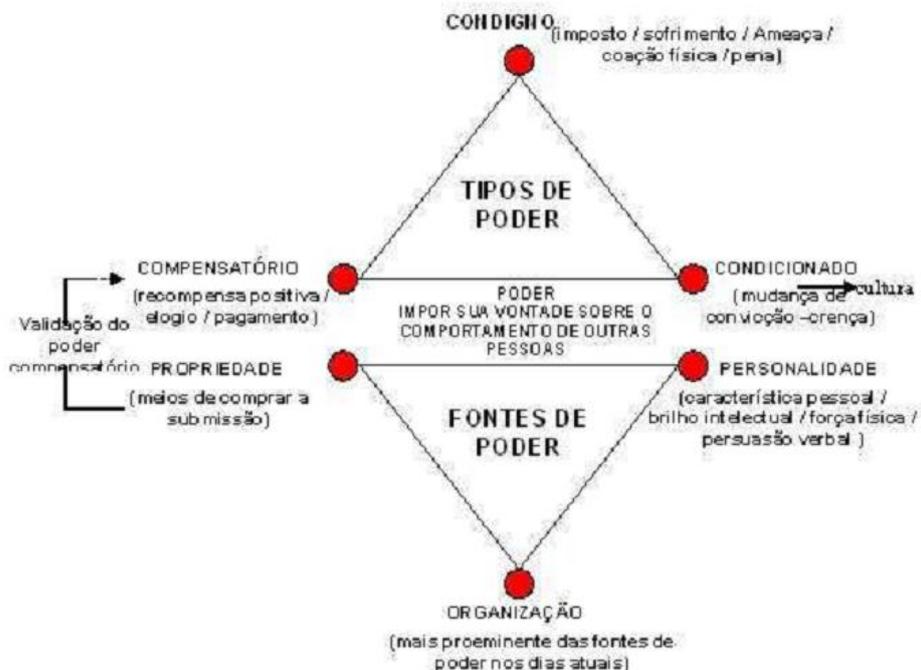
Inicia-se a discussão de poder nas organizações segundo a visão de Galbraith (1983). O autor discute formas de resistência ao poder nos níveis individual e institucional. A teoria em questão contribui com a análise de uma “dinâmica mais ampla que poderão discutir o mundo pré-capitalista, o surgimento do capitalismo, as reações ao mesmo e a emersão / imersão de instituições como protagonistas desta dinâmica: estado, organização, militarismo, religião e imprensa”.

O conceito de poder segundo Galbraith (1983) é extraído do seu pensamento de reflexivo “... a possibilidade de alguém impor a sua vontade sobre o comportamento de outras pessoas...” O poder cumpre, há séculos, uma regra tripla, pois pode-se dizer que há três elementos para manejá-lo ou exercê-lo e há três instituições ou atributos que outorgam o direito de usá-lo. Estes nomes precisam ser estabelecidos: poder condigno, compensatório e condicionado. Para o exercício do poder estão as três fontes do poder - os atributos que distinguem os que detêm o poder dos que a ele se submetem: personalidade, propriedade (inclui renda) e a organização.

O poder condigno é o tipo de poder imposto via o instrumento de ameaça de sofrimento, tais como: coação física, penas penitenciárias, entre outras. O poder compensatório consegue a adesão prometendo recompensa positiva. A idéia é simples, têm-se pessoas submetendo sua vontade, suas atitudes, seu comportamento enfim, a vontade de outras pessoas que lhes tenham prometido algo de valor: um elogio, um pagamento em moeda, o que quer que seja. Já o poder condicionado é praticado sem consentimento formal do que a ele se submete, graças a uma mudança de convicção ou de crença. O poder compensatório passa estabelecer os laços de interação poder - cultura à medida que ele se torna fundamental para o funcionamento da economia e do governo nos tempos atuais.

Para concluir a teoria discutida por Galbraith (1983) define-se quais são as fontes de poder que consolidam os tipos de poder instituídos. São eles: a personalidade, propriedade e a organização. A personalidade é qualquer característica pessoal que dê acesso aos instrumentos – tipos – de – poder, sejam eles: brilho intelectual, força física, capacidade de persuasão verbal, entre outras. A segunda fonte de poder é a propriedade, que está associada ao poder compensatório já que representa os meios de comprar a submissão. A organização é a mais proeminente fonte de poder dos dias atuais e não obstante estar mais ligada ao poder condicionado, dá, também, acesso ao poder dos outros dois tipos, o que induz a importante conclusão de que haja numerosas combinações entre fontes e tipos de poder. A Figura 1 ilustra a concepção de Galbraith.

Figura 1: O Poder segundo Galbraith (1983)



Fonte: Baptistucci & Nery (2002)

À medida que se buscam referências bibliográficas mais amplas, encontra-se a teoria discutida por Michael Foucault, atribuindo a genealogia do poder, a avaliação do processo dinâmico de relação das pessoas e/ou organizações com o seu ambiente. Diferentemente de Galbraith (1983), Foucault não se ocupou de minuciosamente conceituar poder e identificar seus tipos de fontes. O autor defende que não exista algo unitário e global chamado poder e sim formas heterogêneas em constante transformação: o poder não é objeto, não é coisa, ele é prática social constituída historicamente.

Foucault preconiza uma não sintonia entre Estado e poder; revelando a existência de manifestações de poder distintas do estado que com ele interagem e o sustentam. O autor está propondo a percepção de que os poderes não estejam localizados em nenhum ponto específico de estrutura social. Funcionam como uma teia de mecanismos de quem comanda e ninguém escapa. Sempre se está suscetível a seus efeitos. Foucault provoca polêmica ao negar a existência de categorias que tenham poder e outras que não o tenham.

Foucault, ainda refuta a ilustração econômica para compensação do poder e revela sua preferência pela luta como modelo: ao se exercer o poder, ou se ganha ou se perde; uma colocação que suscita a idéia de que no exercício de poder haja objetivos em jogo e é neste sentido que deve tráfegar a sua difusão. Nestas bases, o autor rejeita a percepção compartimentada de simetria proposta por Galbraith (1983); para Foucault as relações de

poder não se passam nem só pelo direito nem só pelas lutas, nem são de caráter exclusivamente contratual nem de natureza repressiva. A multiplicidade e simultaneidade das arenas seriam, estas sim, o locus de exercício de poder.

A difusão do poder se dá no nível micro, no nível dos indivíduos, daí cunhar-se a expressão microfísica do poder. Sua transmissão é vital ao organismo social e é nesse sentido que estas redes por onde passa o poder, compostas por indivíduos, são comparáveis a capilares, pois, no corpo humano estes são os que transportam o que nele é propulsor da vida, o sangue. Daí o conceito de Capilares do Poder: conjuntos de indivíduos em permanente movimento de coalizão exercendo poder; um conceito sintonizado com a abordagem de Bertero, cujo tema é o poder exercido internamente na organização ou poder intra-organização.

Como definição de síntese da institucionalização do poder na cultura organizacional encontra-se a teoria de coalizões de Bertero (1996) que compila as teorias estática de Galbraith na definição do poder e suas fontes; e dinâmica de Foucault que considera suas relações com o meio. A partir deste ponto Bertero (1996) discute o poder nas interações organizacionais de coalizão interna e externa.

Bertero (1996) reconhece o proporcional aumento de tamanho da avaliação referente às relações de poder na evolução das organizações no tempo em que demanda uma diversidade maior de recursos – fontes de poder – a serem supridos por uma quantidade maior de indivíduos que ao interagirem com a organização passam a manter relações de poder com as mesmas. A primeira categoria de recursos apresentada é do tempo. À medida que a empresa cresce, o tempo do dono não é mais suficiente para fazer tudo que é necessário e, além disso, ele não tem mais toda a habilidade para dar conta desse “tudo”. É o que se depreende da seguinte afirmação de Bertero: “Os primeiros influenciadores internos, ou seja, os primeiros profissionais, tendem a ser dotados de habilidades que o empresário proprietário não as possui. O empresário procura utilizar seu poder juntamente com suas habilidades até seu limite. É apenas à medida que esbarra em suas próprias limitações técnicas e/ou administrativas que o proprietário procurará apoio em profissionais”.

Avançando no tempo, chega-se à existência dos influenciadores externos. Mais uma vez, graças à expansão das organizações, o poder emanado das mesmas torna-se ainda mais fluido. Portanto, sejam estes clientes da organização ou supridores de recursos, governos nacionais e internacionais, clientes – indivíduos ou empresas, acionistas, sindicatos, bancos, passam a tornar parte na divisão do poder organizacional. Assim a organização passa a ser

vista mais como uma rede de relações sociais do que exclusivamente privada como era no início.

Finalizando, em todo estudo das relações de poder e cultura organizacional, aborda-se os estudos publicados por Gareth Morgan (1996), que contribuem para a identificação das maneiras pelas quais os membros da organização podem tentar exercer a sua influência. Morgan (1996) propõe uma metáfora onde se identificam interesses, respectivos conflitos e formas de dirimi-los: o uso do poder.

A força da metáfora estaria ligada à sua capacidade de trazer a dimensão política para o consciente dos atores, de suprimir o pressuposto de racionalidade organizacional, de politizar a compreensão do comportamento humano nas organizações e ressaltar o aspecto desintegrador desta dimensão.

O poder é o meio através do qual conflitos de interesses são resolvidos. O poder influencia quem consegue o quê, quando e como. Ao longo dos últimos anos, muitos teóricos estudaram sobre como pessoas vêem o poder como um recurso (alguma coisa que alguém possui), outras vêem o poder como uma relação social caracterizada por algum tipo de dependência (como um tipo de influência sobre alguma coisa ou alguém).

2.1 Do mercantilismo à era do conhecimento

Após a discussão sobre as formas e fontes de poder e os meios pelos quais o poder exerce sua influência nas instituições economicamente ativas ou não, toma-se como base, os estudos de Galbraith (1983) sobre os três pilares aos quais o poder se apresenta e discute-se estes estudos frente aos acontecimentos históricos.

Prévio ao aparecimento do capitalismo mercantil que se dá entre os séculos XV e XVIII, a base da economia era agrária, amonetária, não comercial e auto-suficiente. As relações de poder se davam pela vinculação pessoal entre senhores e vassalos, substituindo as relações entre estados e os cidadãos. Assim, segundo Galbraith, o poder se apresentava sob a forma cognitiva, já que os senhores feudais o impunham sob pena e na fonte de propriedade. Os servos eram, na maior parte, população camponesa, descendentes dos antigos colonos romanos e se mantinham presos à terra, sob intensa exploração, mesmo que, tal exploração estivesse vinculada à aplicação de conhecimento agrário no cultivo e produção da terra. Tal submissão era retribuída pela proteção militar e a disponibilização de um tempo mínimo no uso das terras para a produção de auto-sobrevivência.

O período conhecido por Baixa Idade Média, que se estendeu do século X ao XV, foi marcado por profundas alterações na sociedade, as quais conduziram à superação das estruturas feudais e à progressiva estruturação do futuro modo de produção capitalista. O fim das invasões na Europa e a redução das epidemias que invadiram o continente europeu neste período proporcionou à sociedade da época maior facilidade de adaptabilidade à terra e a redução da necessidade do fechamento das sociedades em feudos para proteção ao contágio.

Frente ao novo panorama que se criara, o aumento da natalidade, a redução da mortalidade, a marginalização da sociedade excedente, provocaram expansão rápida das cruzadas armadas com o propósito de ruptura ao cerco muçumano ao qual a Europa vinha se submetendo.

Neste momento há o renascimento comercial, institucionalizado pela empreitada mercantil, onde o poder novamente se apresenta na forma de propriedade e de personalidade a medida que o foco passa a ser a conquista dos pontos de acesso das áreas que possuíam bens comercializáveis e a riqueza das nações passa a ser medida pela quantidade e volume de prata e ouro acumulados.

Novamente nesta fase, pode-se intensificar que o conhecimento marítimo passa a ser um diferencial competitivo extremamente comercializado sob a forma de patrocínio das grandes nações empreendedoras.

Ao final do século XVI, na Inglaterra, a burguesia comercial começava a ganhar projeção cada vez maior frente a uma nobreza ligada aos empreendimentos além-mar. Foi ao longo dos séculos que se sucederam até o período entre os séculos XVIII e XIX que movimentos políticos e altruístas de poder que se caracterizavam pela forma compensatória e de propriedade definidas por Galbraith (1983) que a Europa, sobretudo, a Inglaterra vai se preparando para realizar, segundo Landes (1968), um dos maiores e mais complexos movimentos de inovações tecnológicas, chamado Revolução Industrial, que substitui a habilidade humana pelas máquinas e a força humana e animal pela energia de fonte inanimada, introduzindo uma mudança que transforma o trabalho artesanal em fabricação em série e, ao fazê-lo, dão origem a uma economia moderna. Assim como mencionado por Landes (1968):

“O cerne dessa Revolução foi uma sucessão inter-relacionada de mudanças tecnológica. Os avanços materiais ocorrem na substituição das habilidades humanas, até então, artesanais, onde a fonte do conhecimento era transmitida por gerações entre as famílias, por dispositivos mecânicos; a energia de fonte inanimada, como o vapor, tomando o lugar da força humana aplicada; e a melhoria acentuada nos

processos de extração de matéria-primas, especialmente no que se conhece como indústrias metalúrgicas e químicas.”

Em sentido restrito, a Revolução Industrial refere-se às mudanças expressivas, sejam elas técnicas e econômicas, ocorridas na Inglaterra, entre os séculos XVIII e XIX. Nesse período se dá o surgimento da indústria moderna, o que se refere à passagem da oficina artesanal para a que atualmente chamamos de manufatura. Nesta fase, muda-se significativamente a forma do mercado capital do trabalho, usando-se como base o conhecimento tecnológico como agente propulsor para as mudanças de base da indústria atual.

Neste período o poder surge novamente sob a forma compensatória (Galbraith, 1983), já que para implantar a nova forma de relação de trabalho foi necessário que os seres humanos passassem a vender sua força de trabalho como resultado do ganho capital, devido à escassez dos demais recursos. Sendo assim, Galbraith (1983) caracteriza a fonte de poder existente como propriedade, já que a mecanização das indústrias surge como consequência das necessidades impostas pela divisão do trabalho, simplificando o processo produtivo.

Com o advento tecnológico gerado pela Revolução Industrial, os países determinam uma nova relação de poder, não apenas focado no parque industrial e na balança comercial de cada nação, mas sim em todo o poderio bélico, motivado inclusive pelo aquecimento da própria indústria do segmento.

A medida, que transcorriam os anos à época do início da própria Revolução Industrial, diferenças entre os países emergentes e europeus se tornavam visíveis. Os grandes países europeus passam a disputar a hegemonia de seus impérios, tais como: a grande disputa entre Itália e França pelo Mediterrâneo; as disputas territoriais de Alemanha e França pelo Marrocos; gerando entre outros sintomas a aliança político-econômico, destacando-se: A Tríplice Aliança, constituída pela Alemanha, Áustria e Itália; e A Tríplice Entente, formada pela Inglaterra, França e Rússia.

Nesta fase, fica evidente o poder na sua fonte de propriedade, segundo Galbraith (1983), já que passa a serem importantes os mais largos “braços” de cada país; e suas formas condignas, impostas sob forma de ameaça e pena.

O grande estopim da 1ª Grande Guerra Mundial se dá em 1914, após o atentado do herdeiro do trono austríaco, durante sua visita à Sérvia, desencadeando uma série de declarações de guerra entre os países aliados.

A Guerra Mundial, por si só, levou o mundo a uma grande crise e desequilíbrio. Revoluções derrubaram dinastias e o regime republicano estendeu-se pelo continente europeu. As moedas nacionais sofreram baixas, o câmbio se desestabilizou e a inflação atingiu níveis elevadíssimos.

Sendo assim, a crise econômica de 1929, foi uma consequência deste cenário. Neste período bancos americanos e europeus que detinham ações na bolsa de Nova York foram à falência, levando a cabo, a própria Alemanha à sua falência econômica e governamental, o que proporcionou a re-instauração da ditadura.

Os anos que sucederam a 2ª Guerra Mundial foram caracterizados pelos poderes autoritários de líderes de suas nações (Stalinismo, Leninismo, Fascismo e Nazismo). Neste período, o conhecimento era resguardado sob os olhos dos ditadores como peças importantes para decisão de confrontos bélicos entre as nações, supostamente amigas, e o poder condigno, sob a forma de sofrimento e ameaça.

Contudo, o grande beneficiário da guerra de 1914 e seus acontecimentos posteriores foi o Japão, já que o desaparecimento da concorrência americana e europeia ampliava as exportações na Ásia.

Neste período os japoneses desenvolveram sua indústria metalúrgica e química. Foi então, na 2ª Guerra Mundial que o Japão atinge seu apogeu, com a conquista do Pacífico e o ataque a Pearl Harbor e ao mesmo tempo seu declínio com a reconquista americana e os ataques a Hiroshima e Nagasaki.

O domínio americano, baseado no sistema capitalista, proporciona o seu apogeu nas nações derrotadas e o ritmo de produção mundial, levando ao Japão a indústria de reposição de peças e equipamentos bélicos dos exércitos americanos. Este processo substitui a indústria de massa japonesa, elevando-os a indústrias de especificidade de pequenos itens e alta demanda sob a grande rotatividade.

Inocentemente, o capitalismo americano faz surgir o berço do que conhecemos hoje como gestão do conhecimento.

Questionando seus índices de produtividade sem o aumento de demanda, a indústria japonesa passa a valorizar o incremento individual como fonte geradora de diferencial competitivo. Tal fato se dá, com a redução de demissões, até então exemplo dos sistemas produtivos mundiais e, conseqüentemente, acúmulo de excedente, gerando um sistema interno de educação permanente, o que seria a base de absorção do crescimento de demanda futura.

O Japão cria um modelo de gestão de administração, onde o novo não prejudica a força de trabalho e sim gera novas oportunidades.

Neste momento identificamos o poder compensatório, baseado em um ambiente profícuo para o estabelecimento de confiança, catalisando um processo de aplicação de conhecimento e troca entre as bases das organizações japonesas que se tornaram exemplos a serem seguidos pelas industriais mundiais.

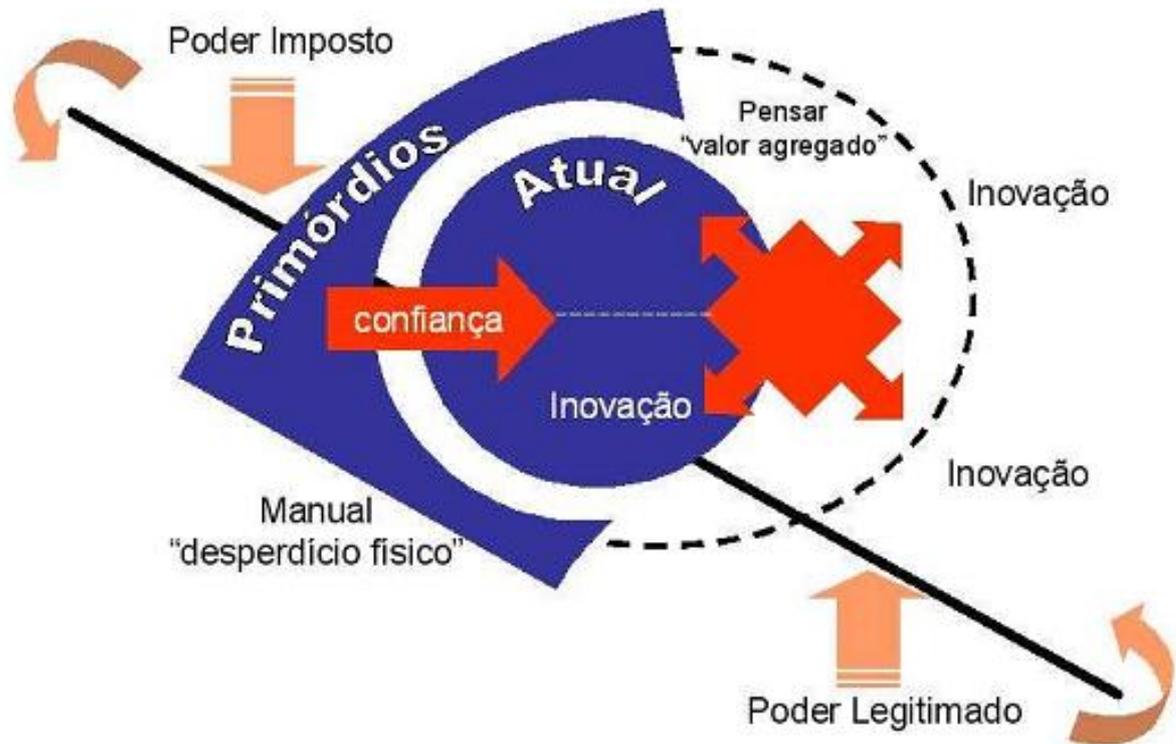


Figura 2: A Era do Conhecimento

Como podemos perceber na figura 2, ao se estabelecer um laço de confiança, a organização japonesa estimula um processo de inovação interno que reflete para o ambiente externo, catalisado pela forma de poder que se caracteriza pela legitimidade, o que impulsiona a alavanca do crescimento constante sob qualquer variação externa de demanda e de mercado. Desta forma, os maiores eventos de mudanças tecnológicas e industriais da história da humanidade, na qual podemos considerar a 1ª, 2ª e 3ª Revolução Industrial, o nível de capacidade humana de decisão e interação com o processo de produção dos resultados se torna mais efetivo. Não basta apenas, a comoditização dos processos produtivos, já que o conhecimento agregado de cada indivíduo passa a ser diferencial agregado no aumento da capacidade de penetração de mercado de cada organização e por conseqüência as suas respectivas nações. Ainda assim, torna-se evidente que por mais que os sistemas produtivos e

de acúmulo de capital, se transformem de sua aplicação mecânica – baseada na força humana, transcorrendo pelos sistemas nervosos – cujo foco está nos controles operacionais humanas baseados na infra-estrutura tecnológica, até chegar aos sistemas digitais de acúmulo de informações relevantes para apoio à decisão, o poder como propulsor para canalizar o conhecimento aplicado - fonte de riqueza e acúmulo de capital - se evidencia ao longo de todo percurso histórico, seja em qual fonte ou forma esteja caracterizado.

CAPÍTULO III

*“Para realizar grandes conquistas, devemos não apenas agir, mas também sonhar;
não apenas planejar, mas também acreditar”.*
Anatole France

A FORMA DE GOVERNAR MEDIEVAL SEGUNDO MICHEL FOUCAULT

A filosofia de Paul-Michel Foucault (1926 – 1984), isto é, a análise que faz sobre as estruturas do poder e das hierarquias sociais, não pode ser compreendida se não entendermos seu contexto, sua época e o pensamento de sua época, bem como sua crítica e a perspectiva que ele quer alcançar com seu pensamento.

A racionalidade moderna apresentou a possibilidade de ordenar, compreender e desvendar toda a realidade por intermédio da razão. Entretanto, o que se vê na contemporaneidade é que o mundo, a sociedade, a economia e o pensamento não correspondem mais à perspectiva ordenada, moral, evolutiva. Isto fez com que alguns pensadores começassem a ter cautela ao analisar os resultados inferidos pelos filósofos dos séculos passados.

As transformações sociais que vieram com o sistema capitalista contribuíram para tornar o homem cada vez mais distante da sua humanização e da sua civilidade cultural e serviu de combustível básico para funcionar a crítica elaborada pelas Ciências Humanas e pela Filosofia nos séculos seguintes.

Portanto, entendemos melhor a crítica que Foucault faz de como é exercido ou praticado o poder, quando compreendemos sua tentativa de responder a problemática vivida pelo homem contemporâneo, bem como a valorização do corpo, da singularidade, das práticas e das relações sociais, econômicas e culturais, da linguagem e da arte como formas autênticas da produção da vida e existência humana no mundo.

Para Foucault, o poder é o que estrutura a sociedade e a mantém hierarquicamente organizado. É o conjunto de poderes menores se exercendo continuamente no seu interior, quase imperceptível, que dá à sociedade sua organização.

Neste sentido, o poder do Estado é um dos importantes poderes existentes na sociedade, uma vez que ele é fundamental para a organização e administração do Estado.

Quando observamos apressadamente o Estado - na sua forma constituída como aí está - nos escapa o fato de que ele é resultado de inúmeras mudanças internas provocadas pelas lutas políticas que buscam se afirmar hegemonicamente.

Estas lutas são formadas a partir da disputa dos poderes. Os modelos de governo ou formas de governar procuraram se afirmar neste jogo. As reivindicações da sociedade desenvolvem uma lógica de necessidades ou demandas a serem atendidas pelo Estado e a arte de governar apresenta-se como um conjunto de habilidades e compreensões acerca deste processo de conhecimento ou saber sobre a sociedade e suas reivindicações. Isto pode ser traduzido como disputa de poder. Este poder é uma governamentalidade, ou seja, um processo que se constitui historicamente, somando administração, organização e saberes. Constrói-se um governo a partir do entendimento das questões que envolvem uma população e a utilização de recursos técnicos para suas ações.

Para o autor, a segurança é um tema importante no sentido de conduzir rumo à formação de um governo. A preocupação em governar, tendo como referência os indivíduos, apóia-se em um tripé: segurança, população e governo constituído. Porém, ao longo da história os governos se voltaram para problemáticas diferentes a cada época da existência do Estado, evoluindo na superação dos problemas e gerando um Estado cada vez mais complexo.

Se fizermos uma retrospectiva histórica, compreenderemos melhor a reflexão de Foucault a cerca do problema: a forma de governo. Primeiro devemos compreender a seguinte proposição: governar e exercer poder seguem a mesma orientação. Deste modo, na Idade Média a questão do poder estava voltada para Deus e seus pressupostos teocêntricos. Isto de certa forma alimentava a preocupação do Governo, uma vez que necessitava da cultura teocêntrica para manter seu poder como Poder outorgado por Deus, ou seja, na Idade Média o poder terreno dos reis se originava do poder divino. Diz Foucault:

Certamente, na Idade Média ou na Antiguidade greco-romana, sempre existiram tratados que se apresentavam como conselhos ao príncipe quanto ao modo de se comportar, de exercer o poder, de ser aceito e respeitado pelos súditos; conselhos para amar e obedecer a Deus, introduzir na cidade dos homens a lei de Deus, etc. (FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. [Organização e tradução de Robert Machado]. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, pág. 277).

A partir do século XVI surge a concepção de “bom governo” ou “bem governar”, ou seja, a idéia de política aparece associada a uma arte de governar, uma técnica ou um conjunto de procedimentos e compreensão sobre a sociedade. “A partir do século XVI até o final do século XVIII, vê-se desenvolver uma série considerável de tratados que se

apresentam não mais como conselhos aos príncipes (...) mas como arte de governar”⁸. Deste modo, o governo é aquele que pode arrebanhar e conduzir seus súditos ao bem viver na sociedade ou garantir a convivência. Introduce-se a idéia de coletividade. O governo foca sua preocupação nos seus problemas internos e humanos. Com o Renascimento Cultural a concepção antropocêntrica suplanta a teocêntrica. Portanto, a sociedade moderna, desenvolverá também uma idéia moderna de homem e de governo. A arte de governar encontra-se voltada, também, para o aspecto terreno das relações que os homens estabelecem.

3.1 A Mentalidade Moderna

Nesse sentido, convém compreender a concepção de homem ocidental produzida pelo Cristianismo, a partir do renascimento cultural. Segundo a historiadora de mentalidades Agnes Heller, no texto intitulado: “Homem do Renascimento”⁹, na introdução: Terá Haverido um Ideal Renascentista do Homem? Dá-nos a idéia de que o renascimento cultural produziu um ideal de homem para a modernidade. Este ideal encontra-se fundado na concepção de um homem dinâmico, isto é, a idéia de um homem capaz de conduzir-se no mundo com referenciais que combinam dinamismo e eticidade cristã.

Em outras palavras, um homem que pudesse mediar a hipocrisia absoluta (proposta pela filosofia política de Maquiavel) e a ingenuidade absoluta (proposta pela filosofia política platônica), sabendo que tanto o ingênuo quanto o hipócrita estão condenados ao fracasso, deveria, portanto, este homem constituir-se de modo astuto para perceber diante de si a hipocrisia humana e ao mesmo tempo não deixar-se levar ingenuamente, tendo a possibilidade de fazer suas escolhas com referência a um bem e capaz de ir além das fronteiras geográficas e estabelecer relações políticas em projeções mundiais.

Isto em decorrência da complexidade vivida pela fase moderna, bem como o desenvolvimento econômico, da ciência e as extensões territoriais e os aumentos populacionais no âmbito do Estado Moderno.

Conseqüentemente gerou-se dois problemas: de um lado, grandes Estados a serem administrados somados à aquisição de uma corrida política colonialista; e de outro, processos diversos de organização do Estado para atender esta demanda que se torna cada vez mais complexa.

⁸ FOUCAULT, Microfísica do Poder, 1979, pág. 277.

⁹ HELLER, Agnes. O Homem do Renascimento. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Presença, 1982.

Outra referência importante na idéia de constituição de governo, na fase moderna, assenta-se sobre as orientações de Maquiavel, uma vez que, separado por um período na história, os objetivos do Estado e as reivindicações por poder se constituem em aspectos semelhantes e amparam-se nas orientações dadas por Maquiavel ao príncipe:

O que se deu no contexto preciso da Revolução Francesa e de Napoleão, quando se colocou a questão de como e em que condições se pode manter a soberania de um soberano sobre um Estado; no contexto do aparecimento, com Clausewitz, da relação entre política e estratégia e da importância política, manifestada, por exemplo, pelo Congresso de Viena, em 1815, que se atribuiu ao cálculo das relações de força considerado como princípio de inteligibilidade e de racionalização das relações internacionais; finalmente, no contexto da unificação territorial da Itália e da Alemanha, na medida em que Maquiavel foi um dos que procuraram definir em que condição a unificação territorial da Itália poderia ser realizada (FOUCAULT, *Microfísica do Poder*, 1979, pág. 277).

Apesar de ser uma obra moderna, *O Príncipe*, de Maquiavel, encontrou fortes oposições a sua proposição política. Esta oposição diz respeito, prioritariamente, ao princípio de governabilidade que o mesmo dá ao monarca. O governo nesta proposta se constituiria a partir dos seguintes aspectos: um governo imposto pela força ou dominação de principados mais fracos; constituindo-se assim um governo exterior, estrangeiro e estranho ao povo dominado; a Monarquia hereditária concebe um governante doado e não escolhido por qualidade dos seus súditos e transcende o povoado uma vez que não há um pertencimento natural aos súditos e é um governo conquistado por alianças, sendo estranho à organização interna do povoado.

Este conjunto de fatores torna o domínio do Príncipe fragilizado, uma vez que não estabelece relações mais estreitas com seus dominados. Não se tem uma relação essencial que torna possível uma unidade administrativa. Não há confiança. Todos podem se apresentar aparentemente como inimigo, uma vez que a relação entre eles não é natural e nem garantida pela lei. “(...) Na medida em que é uma relação de exterioridade, ela é frágil e estará sempre ameaçada, exteriormente pelos inimigos do príncipe que querem conquistar ou reconquistar seu principado e internamente, pois não há razão a priori, imediata, para que os súditos aceitem o governo do príncipe”¹⁰.

Desse modo, a unidade encontra-se comprometida. O domínio externo não garantiu uma unidade interna e sim uma ameaça, uma oposição. Em outras palavras, o poder gera sempre o seu contrário: o contra-poder. Cabe ao Príncipe nessas condições ficar sempre

¹⁰ FOUCAULT, *Microfísica do Poder*, 1979, p. 279.

atento e vigilante para não lhe escapar o poder. Desenvolver habilidades para garantir a duração de seu reinado e conservar-se no poder.

Entretanto, a oposição em relação a esta concepção de Maquiavel surge no sentido de diferenciar, para a reflexão moderna de Estado e poder, a habilidade de conservar o poder com a arte de governar. “O Príncipe de Maquiavel é essencialmente um tratado da habilidade do príncipe em conservar seu principado e é isto que a literatura anti-Maquiavel quer substituir por uma arte de governar. Ser hábil em conservar seu principado não é de modo algum possuir a arte de governar”¹¹.

Desse modo, a arte de governar surge diante de uma necessidade de compreender melhor a política como reflexão da ação e da organização dos homens em sociedade. Assim, devemos compreender que não existe mais apenas um poder central exercido pelo Príncipe, e sim, múltiplos poderes onde o governante não é mais o detentor exclusivo dele. A arte de governar é resultante de uma política mais científica e reflexiva que apresenta o governante como mais uma parte deste poder que se organiza no interior do Estado ou da Sociedade. Por isso, a arte representa uma técnica de governar.

¹¹ Id. Ibid p. 280.

CAPÍTULO IV

“Na vida, não existem soluções. Existem forças em marcha: é preciso criá-las e, então, a elas seguem-se as soluções”.
Antoine de Saint-Exupéry

DISCIPLINA, NORMALIZAÇÃO, INSTITUIÇÃO PEDAGÓGICA E FABRICAÇÃO DE INDIVIDUALIDADE

A delimitação dos objetos tratados por Michel Foucault – como a loucura, a doença, a criminalidade, as instituições médicas, judiciais e pedagógicas, o poder disciplinar e normalizador – pode ser compreendida, em seu conjunto, como uma insurreição contra os poderes da normalização. O pensamento de Foucault permite tomar as noções de norma e de normalização como conceitos operatórios para pensar e ver de outras maneiras, para pensar historicamente e circunscrever acontecimentos singulares – referentes à instituição escolar e relações de poder específicas – ao mesmo tempo em que ajuda a tornar visíveis certas circunstâncias atuais e a pensar, também, o que estamos fazendo hoje em nossa sociedade ¹².

Ao pesquisar, em sua genealogia desenvolvida nos anos 70, as condições externas de possibilidade da existência e da formação do saber das ciências do homem na modernidade – como a educação, a psicologia, a psiquiatria, a psicanálise, a sociologia –, Foucault indaga as formas de poder que têm por alvo o sujeito, considerando esse saber como um dispositivo de natureza essencialmente estratégica. Essa pesquisa histórica objetiva mostrar de que maneira as práticas sociais podem constituir domínios de saber, que fazem aparecer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento; a proposta é especificar como pode se formar, no século XIX, um certo saber do homem, da individualidade, do indivíduo normal ou anormal, dentro ou fora da regra, a partir de práticas sociais do controle, da vigilância e do exame, que se relacionam com a formação e estabilização da sociedade capitalista.

Em *Vigiar e punir* (Foucault, 2003) e em *História da sexualidade: a vontade de saber* (Foucault, 2001), são apontadas relações entre estas ciências e as relações de poder, para explicar o surgimento de uma nova forma de dominação constituída com o capitalismo, cujo exercício não se reduz à violência nem à repressão, mas é produtivo, transformador, educativo

¹² De acordo com Deleuze, a filosofia inteira de Foucault é uma pragmática da multiplicidade, compreendida como algo a ser feito e apreendido no ato mesmo de sua fabricação (Deleuze e Guattari, 1980). É nesse sentido que Rajchman comenta: “(...) O que é ver, tornar visível esta multiplicidade ainda por ser feita (...) e uma vez vista, ou visível, como então agimos sobre ela, pensamos sobre ela – como no caso de perceber e tornar visível aquilo que Foucault chamava de ‘o intolerável’, para o qual ainda não fíxamos um modo de tratar?” (Rajchman, 2000, p. 75).

e se exerce em toda sociedade através de uma rede de micropoderes. É esta forma de dominação que Foucault torna visível, apontando seus perigos.

Foucault estuda a constituição, a partir do século XVIII, de saberes e práticas que ordenam as multiplicidades humanas e objetivam o sujeito, individualizando-o e homogeneizando as diferenças através da disciplina e da normalização – práticas de divisão do sujeito em seu interior e em relação aos outros. Trata-se de saberes e práticas que atingem a realidade mais concreta do indivíduo, seu corpo, e que, devido à sua estratégia de expansão por toda a população, funcionam como procedimentos abrangentes de inclusão e exclusão social, que constituem um processo de dominação com base no binômio normal e anormal. “Esse processo o objetiva. Exemplos: o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os bons meninos” (Foucault, 1995, p. 231).

A questão dos saberes e dos poderes que objetivam o sujeito foi levantada e criticada por Foucault do ponto de vista da teoria do sujeito, bem como da teoria do poder. O que importa a Foucault, na época em que desenvolve essa crítica, é tentar ver como se constitui um sujeito não é dado definitivamente, a partir do qual a verdade se daria na história, mas que se constitui no interior mesmo da história, como efeito de um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais.

Ele explica: nas sociedades capitalistas, o poder é negativo e repressivo, porém possui uma eficácia produtiva; possui a positividade da gestão da vida dos indivíduos e das populações, para a qual produz uma série de estratégias, técnicas e saberes específicos. Sua positividade consiste, do ponto de vista do conhecimento, na produção de saberes que geram poderes, e de estratégias de poder que geram saberes para assegurar seu exercício; do ponto de vista da ação, consiste na produção de indivíduos e populações politicamente dóceis, economicamente úteis, saudáveis e normais, através de uma série de mecanismos como os da disciplina e da normalização.

O projeto genealógico desembaraça-se de uma interpretação jurídica e negativa do poder – caso em que poder significa lei, interdição, soberania e negação de liberdade –, para trabalhar com outra chave de interpretação histórica do poder, em que este significa norma, produção e afirmação das resistências como forças imanentes e não exclusivamente repressão e não saber ou ideologia¹³. A genealogia foucaultiana evidencia o caráter peculiar às formas

¹³ “O que Foucault pretende mostrar em suas análises do poder é que a dominação capitalista não conseguiria se manter se fosse exclusivamente baseada na repressão, se fosse exercida de forma exclusivamente violenta. A violência é a forma mais insegura e menos econômica de poder. Um professor não é propriamente um agente da repressão; é um representante do saber. Mas não será que ele exerce – pelo saber que produz ou reproduz – um tipo de poder diferente, um tipo específico de dominação?” (Machado, 2004, p. 30).

de exercício do poder em nossa sociedade: nas sociedades contemporâneas ocidentais, o poder assume formas regionais e concretas extremamente eficientes, com o objetivo de fazer do indivíduo e da população entidades normais e saudáveis.

A estratégia dessa forma de poder que se exerce em nossa sociedade a partir do século XVIII – a constituição de uma sociedade sadia e de uma economia social –, liga-se ao projeto de prevenção e de transformação do anormal em indivíduo normal, através de saberes, como o da pedagogia, criados para este fim ¹⁴.

Foucault estuda esse projeto social como tendo se desenvolvido a partir do século XVII em duas formas principais, dois pólos interligados. O primeiro pólo – por ele denominado de anátomo-política do corpo – formou-se tendo por alvo o corpo compreendido como máquina, como algo a ser adestrado, a ter suas aptidões ampliadas, suas forças extorquidas, sua utilidade e docilidade aumentadas, a ser integrado em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos do poder que caracterizam a disciplina. O segundo pólo, formado na segunda metade do século XVIII, centrou-se no corpo compreendido como espécie biológica, corpo vivo perpassado por processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, processos a serem assumidos através de intervenções e controles reguladores de uma biopolítica das populações (Foucault, 2001, p. 131).

O problema que essa concepção de poder levanta é que, se o poder tem mesmo uma capacidade de controle e uma eficácia produtiva tão penetrante e abrangente quanto Foucault demonstra em suas análises da disciplina e da normalização, torna-se muito difícil localizar regiões de resistência e de inovação que possibilitem a constituição de sujeitos autônomos, comprometendo sobremaneira os projetos institucionais de uma inclusão social ampliada e eficaz do normal – bem como do anormal – através de novas práticas escolares. As práticas de inclusão institucional precisarão, através da resistência, das lutas pontuais e da criação, situar-se às margens das formas políticas instauradas para não terminarem por reproduzir e reforçar, sob a ilusão da mudança, os procedimentos de normalização e objetivação do sujeito – que barram a subjetivação – e os quais Foucault e Canguilhem tornam visíveis.

¹⁴ Foucault explica tal projeto atribuindo grande relevância à questão da “governamentalidade” (questão da relação entre segurança, população e governo), historicamente incrementada a partir do século XVIII, momento em que a população passa a ser compreendida como problema econômico e político, quando os governos percebem que não têm de lidar apenas com sujeitos ou povos, mas com uma população que precisa ser regulada, que tem variáveis específicas (natalidade, fecundidade, alimentação, habitação) aos quais se situam no ponto de interseção dos movimentos próprios à vida e os efeitos particulares das instituições (Foucault, 1982).

Em *Vigiar e punir* (Foucault, 2003), Foucault faz ver que diversos procedimentos disciplinares já existiam há muito tempo nos conventos, nas forças armadas, nas oficinas. Mas, a partir do século XVII, as disciplinas foram se tornando fórmulas gerais de dominação. Foucault especifica historicamente o exercício do poder capitalista através da análise da disciplina em diversas instituições, como a prisão e a escola.

A disciplina organiza o espaço através de uma repartição dos indivíduos; controla a atividade através do controle do tempo; especifica o indivíduo generalizando-o através de uma vigilância hierárquica; organiza as diferenças através de uma sanção normalizadora e reproduz e produz saber através do exame.

A idéia de espaço educativo corresponde à instauração de internatos, quando se considerava que para educar era preciso isolar a criança num espaço, ele mesmo transformador. Mesmo abandonando-se, mais tarde, o princípio de que era necessário o isolamento num espaço educativo para transformar as crianças, mantém-se, na escola, essa noção de espaço transformador, devido a suas divisões internas e à ordem por ele criada, através de seu caráter celular e serial.

As disciplinas, organizando as “celas”, os “lugares” e as “fileiras” criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. São espaços mistos: reais, pois que regem a disposição de edifícios, de salas, de móveis, mas ideais, pois projetam-se sobre essa organização caracterizações, estimativas, hierarquias (Foucault, 2003, p. 126).

Os conventos forneceram o modelo da célula que esquadrinha o espaço, tornando-o analítico, permitindo correlacionar o indivíduo e o lugar a ser ocupado por ele. A série reparte os indivíduos na ordem escolar, criando uma hierarquia entre as classes nas salas de aula, no recreio, nas tarefas, nas disciplinas, nas idades.

A organização de um espaço celular e serial, afirma Foucault, funcionou como condição de possibilidade do controle simultâneo de um grande número de alunos, através da classificação de cada um, que individualiza o conjunto heterogêneo de alunos. Na modernidade, o espaço celular e serial resolveu, na prática, o problema da falta de controle do conjunto dos alunos que ficavam às soltas, enquanto uma lição individual estava sendo ministrada. A série permite a repartição dos indivíduos na ordem escolar, hierarquizando-os em classes em que o trabalho simultâneo é realizado por todos que a ela pertencem, ordenando e especificando as multiplicidades.

A disciplina opera um controle da própria atividade – o capitalismo foi o primeiro sistema político e econômico a ter como alvo não somente o produto, mas a própria atividade de produção –, através do controle do tempo, da precisão da decomposição dos gestos e dos movimentos, ajustando o corpo a imperativos temporais. Trata-se de construir um tempo integralmente útil, para produzir uma atividade desejada, garantindo a qualidade do tempo empregado: “controle ininterrupto, pressão dos fiscais, anulação de tudo o que possa perturbar e distrair” (Foucault, 2003, p. 128).

Gesto e corpo são postos em relação. O controle disciplinar não consiste simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos, mas impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é sua condição de eficácia e de rapidez. “Um corpo bem disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto. Uma boa caligrafia, por exemplo, supõe uma ginástica – uma rotina cujo rigoroso código abrange o corpo por inteiro, da ponta do pé à extremidade do indicador” (Foucault, 2003, p. 130). A disciplina decompõe o ato em elementos, correlaciona o corpo com o gesto, articula o corpo com o objeto que manipula, e exercita os corpos com tarefas repetitivas, diferentes e graduais, através de uma utilização sempre crescente do tempo. A vigilância hierárquica é uma técnica fundamental para o exercício da disciplina, que opera através do olhar indiscreto, do princípio da total visibilidade.

Ao lado da grande tecnologia dos óculos, das lentes, dos feixes luminosos, unida à fundação da física e da cosmologia novas, houve as pequenas técnicas das vigilâncias múltiplas e entrecruzadas, dos olhares que devem ver sem ser vistos; uma arte obscura da luz e do invisível preparou em surdina um saber novo sobre o homem, através de técnicas para sujeitá-lo e processos para utilizá-lo (Foucault, 2003, p.144).

Trata-se de uma tecnologia para ocupar todos os espaços numa vigilância contínua das salas de aula, dos dormitórios, dos banheiros, exercida por fiscais perpetuamente fiscalizados – mestres, monitores, inspetores.

“E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um chefe, é o aparelho inteiro que produz poder e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta (...)” (Foucault, 2003, p. 148).

O poder disciplinar age através da sanção normalizadora, que é o caráter da disciplina analisado por Foucault para mostrar como as instituições constituem seus próprios mecanismos de julgamento, pequenos julgamentos.

A escola, por exemplo, funciona como um pequeno tribunal, com leis e infrações próprias para organizar as diferenças entre os indivíduos, atribuindo pequenas penalidades, bem como prêmios por merecimento. A sanção é normalizadora porque impõe a regra a todos os que dela se afastam, impõe “toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes incorretas, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência)” (Foucault, 2003, p. 149).

A sanção é normalizadora porque faz funcionar a disciplina através do estabelecimento da norma, da medida que permite avaliar e julgar, normalizando por meio da comparação, da diferenciação, da hierarquização, da homogeneização e da exclusão. A partir do século XVIII, o normal se estabelece como princípio de coerção no ensino com a instauração de uma educação padronizada e a criação das escolas normais.

A sanção normalizadora é combinada com as técnicas da vigilância hierarquizada através do exame. O exame é um controle normalizador, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Como elemento dos dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Ele supõe um mecanismo que relaciona a formação de saber a uma certa forma de exercício de poder.

A escola é uma espécie de aparelho de exame ininterrupto que acompanha em todo o seu comprimento a operação do ensino. O exame permite que o mestre, ao mesmo tempo em que transmite seu saber, forme um campo de conhecimentos sobre seus alunos: “o exame é na escola uma verdadeira e constante troca de saberes: garante a passagem dos conhecimentos do mestre ao aluno, mas retira do aluno um saber destinado e reservado ao mestre. A escola torna-se o local de elaboração da pedagogia” (Foucault, 2003, p. 155).

O exame é uma técnica tanto de poder como de saber; por esta razão, orienta a hipótese de Foucault segundo a qual o saber é diferente da ideologia e o poder é diferente da repressão, pois ambos seriam puramente negativos e o que Foucault mostra é a positividade do poder. Foucault aponta três características do exame que convém notar. Primeiramente, o exame inverte a economia da visibilidade no exercício do poder: (...) tradicionalmente, o poder é o que se vê, se mostra, se manifesta e, de maneira paradoxal, encontra o princípio de sua força no movimento com o qual a exhibe. (...) O poder disciplinar, ao contrário, se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória (Foucault, 2003, p. 156).

Em segundo lugar, o exame faz a individualidade entrar num campo documentário: “(...) seu resultado é um arquivo inteiro com detalhes e minúcias que se

constitui ao nível dos corpos e dos dias. O exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente uma rede de anotações escritas” (Foucault, 2003, p. 157). Em terceiro lugar, o exame faz de cada indivíduo um caso que constitui um objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder: O caso não é mais, como na casuística ou na jurisprudência, um conjunto de circunstâncias que qualificam um ato e podem modificar a aplicação de uma regra, é o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado (...) (Foucault, 2003, p. 158).

Essa transcrição das existências reais de cada um funciona como um processo de objetivação e de sujeição, portanto de fabricação da individualidade celular, orgânica, genética e combinatória, que têm a norma e os desvios como referência. Foucault observa que, num sistema de disciplina, a criança é mais individualizada do que o adulto, o doente mais do que o homem sã, o louco e o delinquente mais do que o normal.

Através da disciplina surge o poder da norma. O normal se estabelece, em vários campos, como princípio de coerção: no ensino, com a instauração de uma educação padronizada e a criação de escolas normais; no esforço para organizar um corpo médico e um quadro hospitalar da nação capazes de fazer funcionar normas gerais de saúde e na regularização dos processos e dos produtos industriais, por exemplo.

Do mesmo modo que a vigilância disciplinar, a normalização torna-se um dos grandes instrumentos de poder, a partir do final da época clássica. Ela substitui ou acrescenta graus de normalidade, que são signos de pertença a um corpo social homogêneo, mas que se divide por meio de uma distribuição em classes. A normalização, para Foucault como para Georges Canguilhem, constrange para homogeneizar as multiplicidades, ao mesmo tempo em que individualiza, porque permite as distâncias entre os indivíduos, determina níveis, fixa especialidades e torna úteis as diferenças.

As normas visam integrar todos os aspectos de nossas práticas num todo coerente, para que diversas experiências sejam isoladas e anexadas como domínios apropriados de estudo teóricos e de intervenção. No interior desses domínios, as normas não são estáticas, mas se ramificam a fim de colonizar, nos seus mínimos detalhes, as micropráticas, de modo que nenhuma ação considerada importante delas escape: “Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ela introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais” (Foucault, 2003, p. 154).

O que caracteriza a biopolítica das populações, o biopoder, é a crescente importância da norma, que distribui os vivos num campo de valor e utilidade. A própria lei funciona como norma devido a suas funções reguladoras. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de técnicas de poder centradas na vida. A principal característica das técnicas de normalização consiste no fato de integrarem no corpo social a criação, a classificação e o controle sistemático das anormalidades.

Em *Vigiar e punir* e em *A vontade de saber*, Foucault aponta não só o modo peculiar de funcionamento das normas modernas, impondo uma rede uniforme de normalidade, como também o mal-estar que esta causa.

Dentre as técnicas, as práticas, os saberes e discursos por ele analisados, a normalização constitui um alvo bastante importante, pois todas as sociedades têm normas de acordo com as quais socializam os indivíduos. O problema apontado por Foucault é que, em nossa sociedade, as normas são especificamente perigosas, já que funcionam, de modo muito sutil, como estratégias sem estrategista.

A questão desenvolvida por Foucault – a respeito das formas de ação do poder investidas na sociedade moderna ocidental – deve ser analisada em seu enraizamento nas reflexões de Georges Canguilhem acerca da norma e de seu caráter relacional¹⁵. Tal enraizamento deve ser levado a suas últimas consequências, considerando que Foucault está relacionando suas reflexões com as de Canguilhem, desenvolvidas no livro *O normal e o patológico*, no capítulo “Do social ao vital” (Canguilhem, 2002).

4.1 Normalização e princípio de inversão e polaridade da norma segundo Canguilhem

Ao estudar o caráter de sanção normalizadora da disciplina, Foucault toma como ponto de partida a afirmação de Canguilhem, de que o termo normal designa, a partir do século XIX, o protótipo escolar e o estado de saúde orgânica. Sua utilização é correlata da reforma pedagógica e da teoria médica, estreitamente ligadas à reforma das práticas pedagógicas, médicas e hospitalares. Essas reformas exprimem uma exigência de racionalização que também aparece na política e na economia, alcançando o que é chamado mais tarde de normalização.

¹⁵ Foucault o afirma ao analisar os procedimentos constitutivos do poder disciplinar, no capítulo “Sanção normalizadora” de *Vigiar e punir* (Foucault, 2003). Aí, ele explicita que sua concepção de norma é tributária do conceito cunhado por Canguilhem em “Do social ao vital” (Canguilhem, 2002).

Em “Novas reflexões referentes ao normal e ao patológico” – texto privilegiado por Foucault em *Vigiar e punir* –, Canguilhem (2002, p. 209-229) especifica o normal social, distinguindo-o do normal vital. Enquanto a exigência das normas do organismo é interna e imanente à própria possibilidade de vida, a normalização que se estabelece na sociedade deve-se a uma escolha e a uma decisão exteriores ao objeto normalizado, mesmo que não haja consciência – por parte dos indivíduos –, de que se trata da expressão de exigências coletivas, estabelecidas a partir do modo de relação de uma dada estrutura social e histórica, com aquilo que se considera como sendo seu bem particular.

Em *O normal e o patológico* (Canguilhem, 2002), pode-se depreender uma relação estabelecida por Canguilhem entre a vida, a norma, o corpo, a saúde e o sujeito. Para ele, o que caracteriza a especificidade da norma – imanente ao fenômeno vital – é a plasticidade da vida; a necessidade própria da vida de criação e instauração de novas normas vitais e seu caráter de luta, seu caráter dinâmico e inventivo, que serve como princípio de avaliação do estado de saúde do indivíduo. Nesse sentido, pode-se dizer que, para Canguilhem, o vivente é instituidor de normas e torna-se sujeito por sua capacidade como ser vivo de confrontá-las e ultrapassá-las sempre que o meio exigir. Ao colocar a questão do organismo como ser vivo que não mantém uma relação de harmonia pré-estabelecida com o meio, e o sofrimento, não a mensuração normativa ou o desvio padrão, que estabelece o estado de doença, Canguilhem faz um ataque frontal ao edifício da normalização, essencial para o desenvolvimento de uma ciência e de uma medicina positivistas, invertendo o pensamento sobre a saúde. -----Ao considerar o organismo como um ser vivo cuja relação com o meio (externo ou interno) não é a de uma harmonia pré-estabelecida e ao afirmar que é o sofrimento que determina o estado de doença, e não a mensuração normativa ou o desvio padrão, Canguilhem inverte o pensamento sobre a saúde, rejeitando a idéia positivista de que a normalização é o eixo essencial para o desenvolvimento de uma medicina científica.

Canguilhem critica, assim, não só o ensino médico – que privilegia o normal e a normalidade e considera a doença um desvio de normas fixas, que seriam as constantes –, mas também a prática médica que busca estabelecer cientificamente tais normas; critica-os em seu objetivo de trazer o organismo de volta ao estado de saúde, através do restabelecimento da norma anterior, da qual o organismo havia se afastado, pois tal norma não pode ser restabelecida, visto que, pois uma nova norma se instaura, já que, para Canguilhem, o organismo é normativo. --- Canguilhem critica, assim, não só o ensino médico – que privilegia o normal e a normalidade e considera a doença um desvio de normas fixas, que seriam as constantes –, mas também a prática médica que busca estabelecer cientificamente

tais normas; critica-os em seu objetivo de trazer o organismo de volta ao estado de saúde, através do restabelecimento da norma anterior, da qual o organismo teria se afastado, pois tal norma não pode ser restabelecida, visto que uma nova norma se instaura, uma vez que, para Canguilhem, o organismo é normativo, ou seja, não é fixo e instaura sempre novas normas.

Sendo a normatividade própria do ser vivo, a normalidade consiste na capacidade de adaptação, de variação do organismo às mudanças circunstanciais do meio externo ou interno, que, por sua vez, é variável. A doença, ao contrário da saúde, é que constitui se trata de uma redução a constantes. Essa inversão realizada por Canguilhem faz com que aquilo que caracterizava a normalidade – normas estáveis, valores imutáveis, constantes – caracterize a doença. O que caracteriza a saúde é, portanto, a possibilidade de transcender a norma que define a normalidade momentânea; é a possibilidade de tolerar as infrações da norma habitual e instituir novas normas em situações novas.

A necessidade vital da regulação normativa imanente ao objeto normatizado – por exemplo, para o fisiologista, o peso normal do homem, levando em conta o sexo, a idade e a estatura, é o peso que corresponde à maior longevidade previsível – desaparece diante do arbitrário social da decisão normativa. Assim, uma escola normal, que é uma escola onde se ensina a ensinar, é onde se instituem experimentalmente métodos pedagógicos normalizados e normalizadores. A normalização dos meios técnicos da educação – como dos da saúde, do transporte de pessoas e de mercadorias – é a expressão de exigências coletivas. Só há normalização social porque a sociedade se define como um conjunto de exigências coletivas articuladas em torno de uma estrutura diretriz que define seu bem singular.

O importante no pensamento de Canguilhem é que, no social, a norma deixa de valer como regulação interna e passa a valer como prescrição e valoração. A transformação de um objeto em norma supõe uma decisão normalizadora, mas essa decisão só se efetiva relativamente a uma intenção normativa, que confere ao objeto dignidade e valor. A atividade assim regulada é uma tarefa dinâmica, incerta, arbitrária e conflituosa. O conflito das normas no campo social liga-se não a seu caráter de contradição, mas ao caráter de luta e transformação que o constitui. Nesse sentido, a guerra social é pensada primeiramente como uma guerra das normas, devendo ser compreendida como uma guerra de valores que subentende as normas, inscrevendo-se no campo da existência e entrando ou não em conflito com as normas já existentes.

Em “Do social ao vital”, Canguilhem (2002, p. 209-229) explica: a valoração que caracteriza um objeto ou um fato considerado normal é sua função de referência. O normal é ao mesmo tempo a extensão e a exibição da norma. O normal multiplica a regra ao mesmo

tempo em que a indica. Requer, portanto, fora dele, a seu lado e contra ele, tudo aquilo que ainda lhe escapa.

O autor considera, com Gaston Bachelard, que o normal não é um conceito estático ou pacífico, mas dinâmico e polêmico; ele ressalta o interesse de Bachelard pelos valores cosmológicos e populares e – pela valoração que se estabelece a partir da imaginação –, bem como sua percepção de que todo valor tem que ser obtido em oposição a um anti-valor: “Uma norma, uma regra, é aquilo que serve para retificar, pôr de pé, endireitar”.

“Normar, normalizar é impor uma exigência a uma existência, a um dado, cuja variedade e disparidade se apresentam, em relação à exigência, como um indeterminado hostil, mais ainda do que estranho” (Canguilhem, 2002, p. 211). Para Canguilhem, a origem latina da palavra norma é esclarecedora: Quando se sabe que norma é a palavra latina que quer dizer esquadro e que normalis significa perpendicular, sabe-se praticamente tudo o que é preciso saber sobre o terreno de origem do sentido dos termos norma e normal trazidos para uma grande variedade de outros campos (Canguilhem, 2002, p. 211). O conceito de norma é necessariamente relacional: normal/anormal. Trata-se de uma relação de polaridade e de inversão dos pólos, não uma relação de contradição nem de exterioridade, já que a norma é um conceito que qualifica negativamente o setor do dado que não se inclui em sua extensão, ao mesmo tempo em que depende dele para sua própria compreensão.

Tal polaridade da experiência de normalização (experiência especificamente antropológica e cultural) funda, na relação da norma com seu domínio de aplicação, a prioridade da infração – pois, a regra só começa a ser regra ao constituir-se como regra e como tendo uma função de correção que surge da própria infração. Sem infração não há regra.

O sonho de uma regularidade sem regra, como a idade de ouro, o paraíso, são figurações míticas de uma existência inicialmente adequada à sua exigência, de um modo de vida cuja regularidade nada deve à determinação de uma regra, de um estado de não-culpabilidade com a inexistência de proibição que ninguém devesse ignorar, explica Canguilhem. “Estes dois mitos procedem de uma ilusão de retroatividade segundo a qual o bem original é o mal ulterior contido. (...) O homem da idade do ouro e o homem paradisíaco gozam espontaneamente dos frutos de uma natureza inculta, não solicitada, não corrigida” (Canguilhem, 2002, p. 213). Trata-se de um sonho ingênuo, em que a formulação, em termos negativos, de uma experiência conforme a norma, sem que a norma tivesse que se manifestar na sua função normalizadora, significa que o próprio conceito de norma é normativo.

A definição do anormal é a negação lógica do normal. Contudo, é a anterioridade histórica do futuro anormal que suscita uma intenção normativa. Não há, portanto, de acordo

com Canguilhem, nenhum paradoxo em afirmar que o anormal é logicamente o segundo, mas o primeiro, do ponto de vista da existência.

Ao depreciar tudo aquilo que a referência à norma proíbe de ser considerado normal, a norma cria a possibilidade de uma inversão dos termos. Uma norma corresponde a uma proposta de unificação do diverso, que não tem nenhum sentido isoladamente. Sua possibilidade mesma de ser referência e regulação contém sempre, por se tratar apenas de uma possibilidade, uma outra possibilidade que só pode ser inversa.

Com efeito, uma norma só pode ser referência se ela foi instituída ou escolhida como expressão de uma preferência e como instrumento da vontade de substituição de um estado de coisas, pelo qual se tem aversão, por um outro considerado preferível.

Ressalte-se que a conformidade à norma requer a experiência prévia de um certo vazio normativo, em que as multiplicidades das distâncias pré-existem à unidade da série normativa, sendo a alteridade à norma tida como a variedade social que escapa à normalização. A proposta de uma norma é um modo possível de unificação de um diverso, de reabsorção e de regulação de uma diferença.

Numa organização social, (...) as regras devem ser representadas, aprendidas, rememoradas, aplicadas. Ao passo que, num organismo vivo, as regras de ajustamento das partes entre si são imanentes, presentes sem ser representadas, atuantes sem deliberação nem cálculo. Não há, neste caso, desvio, distância, nem intervalo de tempo entre a regra e a regulação. A ordem social é um conjunto de regras com quais seus servidores ou seus beneficiários têm que se preocupar. A ordem vital é constituída por um conjunto de regras vividas sem problemas (Canguilhem, 2002, p. 222).

Para Canguilhem, a norma é menos unificadora do que reguladora. Ela organiza as distâncias, tentando reduzi-las a uma medida comum, restando, contudo, a possibilidade de inversão da norma: ao impor uma exigência e a unificação do diverso, a norma pode-se inverter em seu contrário ou em outra norma, em nova norma.

4.2 Objetivação do sujeito e subjetivação

É importante ressaltar que se pode compreender a norma social, para Canguilhem, como a expressão de uma vontade coletiva que pode ser interrompida por uma normatividade individual para a qual a valorização de um outro estado de coisas engendra uma nova possibilidade de transformação do terreno já existente da vida social. Desse modo, as normas sociais determinam a ação do indivíduo parcialmente, pois, a mecanização do sistema social

deixa margens, cria zonas vazias, que somente um sujeito, cujo projeto é inventar suas próprias normas, pode delas se apropriar.

Só há sujeito para Canguilhem porque há, simultaneamente, sujeição às normas que objetivam o sujeito, e subjetivação dessas mesmas normas. O sujeito é um efeito das normas, porém, um efeito original, pois efetua-se a si mesmo, delas distanciando-se. A distância torna-se a condição normativa do sujeito. O ato de subjetivação por excelência é o afastamento das normas; sua condição de possibilidade é a capacidade normativa da distância.

Foucault parte do enraizamento em Canguilhem para mostrar, a seu modo, é claro, como práticas sociais podem engendrar saberes que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também objetivam o sujeito, fazendo nascer formas totalmente novas de sujeitos; para mostrar como se pôde formar, no século XIX, um certo saber do homem, da individualidade, do indivíduo normal ou anormal, dentro ou fora da regra –, saber esse que, na verdade, nasceu de práticas sociais divisoras do indivíduo. Tal questão tem suscitado, nos últimos anos, inúmeras análises e polêmicas, no campo do direito, da ética, da política e das ciências do homem na modernidade.

Ao discutir a questão do sujeito em Canguilhem e Foucault, Guillaume Le Blanc (1998, p. 95-96), por exemplo, aponta uma afinidade e uma diferença entre estas duas perspectivas. Uma afinidade: na sociedade disciplinar moderna, analisada por Foucault, as normas passam pelo espírito e pelo corpo; não havendo nenhuma possibilidade de sair do jogo normativo, o indivíduo não pode jamais liberar-se das normas. No interior das normas, mantêm-se as distâncias individuais, que são teóricas e práticas, restando possibilidade teórica de compreender-se como pertencente às normas e elaborar os conceitos adequados à produção normativa interna do saber. Para o último Foucault, é possível, na prática singular da amizade, inventar uma relação não normalizada com o outro, visto que os amigos inventam formas de relações singulares. Os modos de vida dos amigos podem fazer surgir sistemas não normativos entre os seres.

Uma diferença: quer dizer que o indivíduo é compreendido em Foucault como ser normativo? O homem normativo é definido por Canguilhem segundo seu poder inventivo, criador de novas normas. Esta possibilidade está ausente da análise de Foucault. De acordo com a leitura de Le Blanc, eu posso, nas normas existentes, colocar entre parênteses a disciplina normativa na prática da amizade; em troca, não posso inventar novas normas, o que seria sair das normas existentes. A transgressão das normas existentes é uma impossibilidade para Foucault, ele afirma, sendo a experiência literária a única experiência da transgressão objetivada pelo filósofo. Uma subversão das normas torna-se, em troca, possível com

Canguilhem, a partir do momento em que o homem normativo tem a possibilidade de fazer quebrar as normas e de instituir novas.

Encontramos com frequência, nos últimos anos, o desenvolvimento dessa questão, através da hipótese de uma solução ética foucaultiana para o problema da inelutabilidade do controle social sobre o sujeito face à eficácia do exercício do poder disciplinar e normalizador das sociedades contemporâneas. Esse problema é levantado principalmente pela esquerda marxista, que critica duramente sua noção de poder, nela apontando uma visão niilista, segundo a qual não haveria lugar nem para a resistência nem para a liberdade.

Uma solução residiria nas idéias de técnicas de si, de cuidado de si, de governo de si, de arte de não ser governado e no conceito de governo, estudados no último Foucault ¹⁶. É certo que a noção de governo, delineada a partir do final dos anos de 1970, como um determinado tipo de relações entre indivíduos, uma forma social de relação junto a outras, como uma ação que se exerce sobre a ação dos outros e sobre si mesmo, constitui uma contribuição para a discussão aqui proposta. Porém, é possível, do ponto de vista de sua genealogia do poder – desenvolvida na década de 1970 –, vislumbrar soluções, se a referência de Foucault às reflexões de Canguilhem sobre a normalização for levada a sério e às últimas conseqüências e se a estas reflexões se combinarem alguns elementos da concepção de poder como resistência, conforme explicitada em *História da sexualidade I* (Foucault, 2001, p. 91).

Em primeiro lugar, a idéia de que lá onde há poder há resistência; negá-lo seria desconhecer o caráter estritamente relacional das correlações de poder, que não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência.

Em segundo lugar, de acordo com Foucault, esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. As resistências são singulares e podem ser necessárias, improváveis, possíveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício. Por definição, as resistências só não podem existir no campo estratégico das relações de poder,

¹⁶ Segundo Ortega, por exemplo, desde 1976, constata-se um deslocamento teórico de Foucault no eixo do poder que conduz à substituição do conceito de poder pelo de governo, para finalmente, desembocar na temática do governo de si. Ortega ressalta que Foucault admite ter estado preso, até o começo dos anos de 1970, a uma noção negativa de poder, a qual ele mesmo critica como hipótese repressiva. Essa noção foi substituída pela concepção de um poder produtivo de verdade e de objetos. Em *História da sexualidade I* (Foucault, 2001), segundo Ortega, Foucault defende uma concepção monista de poder, inspirada em Nietzsche, como multiplicidade de relações de forças. “Com a passagem para a análise das tecnologias de governo, afirma Ortega, Foucault amplia, graças a Habermas, sua concepção de poder para um tipo determinado de relações entre indivíduos, ou seja, uma forma de relação social junto a outras. Assim, o conceito de poder é substituído pelo conceito de ‘governo’, considerado por Foucault mais operacional” (Ortega, 1999, p. 35).

mas isso não quer dizer que sejam apenas subprodutos das mesmas, sua marca em negativo, formando, por oposição à dominação essencial, um reverso inteiramente passivo, fadado à infinita derrota. Ao contrário, por serem o outro termo nas relações de poder, elas se inscrevem nessas relações como interlocutor irredutível: “elas introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irredutíveis” (Foucault, 2001, p. 92).

Em terceiro lugar, a afirmação de Foucault de que assim como a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso, atravessando os aparelhos e as instituições sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais.

De acordo com esta forma de problematização da normalização aqui estudada cabe, sem dúvida, buscar pontos de abertura para um novo campo de invenções possíveis, onde as formas de relações de poder permitam fazer ver, hoje, eixos ou pontos de resistência, vetores, em cujos fluxos o Outro seja inteiramente reconhecido como sujeito de ação. Trata-se de retomar o modelo instituído no século XX, sua forma de objetivação do sujeito para tornar visível aquilo que estamos nos tornando e de que maneira devemos agir, para tentar pensar às margens das formas políticas e sociais prévias, buscando outras possibilidades.

4.3 O Poder nos Estudos de Mintzberg e Crozier

Mintzberg (1992, 1995, 2000) desenvolve um pensamento linear do que seria o poder nas organizações, ou seja, cria uma seqüência de relações causa/efeito que vão se encaixando e progredindo com o tempo, tentando, assim, criar uma teoria sobre o poder. Para o autor existem determinados objetos que são naturais, acabados, dados e determinados no mundo.

Por exemplo, a idéia em sua obra da existência de um poder legítimo em contraposição a um poder considerado como ilegítimo, manifesta com clareza tal concepção, pois o poder legítimo, para o mesmo, é aquele que advém das normas, leis e da própria estrutura hierárquica da organização. Qualquer exercício de poder que não tenha como fonte às normas, as leis e a hierarquia organizacional, é uma forma de exercício ilegítimo do poder.

Assim, para o estudioso as normas, as leis e a hierarquia da organização não devem ser interrogadas sobre nenhum pretexto. São verdades eternas em nossa sociedade, assim devendo permanecer e serem respeitadas por toda a sociedade. Não podem as mesmas,

sobre ponto algum, serem questionadas, a não ser que seja para aperfeiçoá-las no sentido de se tentar buscar a sua eficácia em manter a ordem estabelecida e considerada como natural, pois somente com a existência delas o poder pode ser exercido de forma legítima (MINTZBERG, 1992).

Desta forma, para o autor existiriam agentes internos e externos que estariam lutando para exercer uma maior influência sobre uma determinada organização, ressaltando-se que para Mintzberg (1992, 1995) a palavra influência tem o mesmo significado de poder. Entretanto, para Mintzberg (1992) os agentes internos e externos têm três opções em um jogo de poder: podem sair, calarem-se ou exercer a sua voz. Assim, existem os agentes que optam por não participar do jogo pelo poder, ou seja, optam por sair ou não manifestar a sua voz, portanto, não atuando como agentes de influência na organização e conseqüentemente não exercendo e não participando do jogo pelo poder. Desta forma, para Mintzberg (1992, 1995) somente os agentes que optam pela opção voz, são agentes com influência e participam da disputa pelo poder.

Portanto, o autor acredita que a participação, ou não, de uma agente na disputa pelo poder é uma decisão pessoal do mesmo, pois dele somente depende à vontade e escolha por participar do jogo pelo poder. Contudo, não basta apenas que o agente opte por exercer a sua voz para que o mesmo consiga exercer de forma eficaz uma influência sobre a organização.

Faz-se necessário que o mesmo possua alguma fonte de poder. Assim, Mintzberg (1992) afirma existir cinco possíveis fontes de poder: dependência da organização em controlar um recurso, dependência de uma habilidade técnica, dependência de um corpo de conhecimento que seja importante para a organização, às prerrogativas legais e o acesso dos agentes a uma das quatro fontes de poder citadas.

As três primeiras fontes de poder definidas por Mintzberg (1992, 1995) têm uma relação direta com alguma debilidade que a organização possui e que para suprir esta deficiência a organização depende de alguém para fornecer tais 'recursos'. As outras duas fontes de poder não têm nenhuma relação com uma possível dependência que a organização possa ter das mesmas.

Desta forma, o autor afirma que tanto os agentes internos e externos irão formar coalizões com o intuito de disputarem o poder sobre uma organização. A coalizão interna, composta de agentes internos, pode estar embasada no sistema de controle burocrático, sistema de controle pessoal, sistema de ideologia, sistema de habilidades e sistema de política.

Enquanto que a coalizão externa, formada por agentes externos, pode ser dominada, dividida ou passiva.

Os sistemas de controle burocráticos e pessoais formam, segundo Mintzberg (1992, 1995), o sistema de autoridade de uma organização. Desta forma, o sistema de controle burocrático pode ser imposto aos empregados por três meios distintos: padronizando-se o trabalho a ser realizado por um empregado mediante regras, procedimentos e descrições; padronizando-se o rendimento do trabalho realizado por um empregado mediante os sistemas de planificação e controle e, por último, padronizando-se as habilidades e os conhecimentos que os empregados devem empregar em seu trabalho mediante procedimentos de formação e seleção.

Segundo Mintzberg (1992), o sistema de controle pessoal é uma forma direta e pessoal de se exercer o controle e influência sobre os agentes internos de uma organização. Assim, existem quatro meios possíveis de controle pessoal do comportamento dos membros de uma organização, citados aqui em ordem decrescente de potência de persuasão e de influência: ordens diretas, fixação de premissas para se tomem decisões, revisão das decisões e distribuição de recursos.

Há na coalizão interna outra força de unificação e integração que se encontra bastante separada do sistema de autoridade. Esta força é o sistema de ideologia, único agente não personalístico que atua na coalizão interna para Mintzberg (1992). O pesquisador considera a ideologia de uma organização como um sistema de crenças sobre ela mesma, que são compartilhadas por todos os seus membros e que a distingue de outras organizações. Assim, a ideologia atua como um poder unificador da organização, pois a ideologia vincula os agentes internos a organização, gera um espírito de camaradagem, um sentido de missão, além de integrar os objetivos individuais com os da organização.

Entretanto, os sistemas de autoridade (controle burocrático e pessoal) e de ideologia possuem insuficiências. Contudo, estas insuficiências abrem espaço para o surgimento e a atuação dos sistemas de habilidade e de política, sistemas estes que tendem a desintegrar a organização para o pesquisador (MINTZBERG, 1992, 1995).

Desta forma, a necessidade de coordenação entre as forças originadas pelos sistemas de autoridade e de ideologia dá lugar a um sistema que é baseado na habilidade que os agentes internos possuem, principalmente pelos experts que compõem o corpo técnico e elaboram o sistema de controle burocrático, sendo que estes agentes procuram aumentar a sua influência dentro da organização por meio da dependência que a mesma possui de suas habilidades técnicas (MINTZBERG, 1992).

Assim, as imperfeições de todo o sistema interno de influência, principalmente as imperfeições relacionadas ao sistema de autoridade, possibilitam uma margem de manobra aos agentes internos, sendo que esta margem de manobra dá origem ao sistema de política.

Desta forma, Mintzberg (1992, 1995) afirma que a política se refere ao comportamento de um indivíduo ou grupo, que tem uma natureza informal, objetivos limitados e tecnicamente ilegítimos, que não se submete à autoridade formal, a ideologia e nem ao sistema de habilidade, ainda que possa utilizar qualquer um destes sistemas, pois o poder político requer vontade e habilidades políticas, podendo proporcionar informação ou acesso privilegiado aos que possuem qualquer tipo de poder, além de explorar de uma forma ilegítima os sistemas de poder legítimos.

Portanto, o sistema de política em uma organização caracteriza-se como um grupo de jogos que tem espaço na coalizão interna, jogos estes que acontecem de forma sutil e intrincada sendo que os mesmos são formas ilegítimas de exercício do poder (MINTZBERG, 1992).

Tendo-se analisado a coalizão interna, resta agora explicar o que seria uma coalizão externa dominada, dividida ou passiva.

Uma coalizão externa dominada tem como principal característica a existência de um único agente externo, ou um pequeno grupo deles que atuam em conjunto e de comum acordo, que exerce uma grande influência sobre a organização. Já a coalizão externa dividida é composta por vários agentes externos que têm influência sobre a organização, mas atuam de forma independente, ou seja, os agentes não atuam em conjunto. Por fim, a coalizão externa passiva manifesta-se por uma grande dispersão do poder entre diversos agentes externos, de forma que nenhum deles consiga exercer uma influência sobre a organização (MINTZBERG, 1992).

Entretanto, apesar do confronto entre os três tipos de coalizão externa (dominada, dividida e passiva) e os cinco sistemas de influência existentes na coalizão interna (burocrático, pessoal, ideológico, habilidades e político) possibilitarem a existência de quinze tipos de organizações, para Mintzberg (1992) apenas seis tipos são considerados naturais e irão realmente ocorrer, sendo os mesmos denominados pelo autor de: autocracia, organização instrumental, organização missionária, sistema fechado, meritocracia e arena política.

Uma organização autocrática irá surgir quando a coalizão interna for baseada no controle pessoal e a mesma produz uma coalizão externa passiva. A organização instrumental forma-se pela existência de uma coalizão externa dominada produzindo uma coalizão interna burocrática. Uma organização de sistema fechado ocorre quando há uma coalizão interna

burocrática formando uma coalizão externa passiva. A coalizão interna baseada na ideologia produzindo uma coalizão externa passiva irá caracterizar uma organização missionária. Quando existe uma coalizão interna fundamentada na habilidade técnica de seus membros criando uma coalizão externa passiva ocorre a formação de uma organização meritocrática. Por último, uma coalizão interna politizada relacionando-se com uma coalizão externa dividida, ou vice-versa, produzirá uma arena política (MINTZBERG, 1992).

Crozier (1981, 1990), semelhantemente a Mintzberg (1992, 1995), tenta criar uma teoria sobre o poder. Suas pesquisas foram desenvolvidas junto a duas instituições públicas francesas denominadas pelo autor de Monopólio e Agência Parisiense de Contabilidade. O Monopólio é uma empresa estatal que produz um único produto, não possuindo concorrentes para o mesmo. A Agência é um órgão ligado ao Ministério das Finanças da França, sendo responsável pela análise de informações contábeis.

Assim, Crozier (1981, p. 6) define poder como sendo “relações que todo o mundo mantém com seus semelhantes para saber quem perde, quem ganha, quem dirige, quem influencia, quem depende de quem, quem manipula a quem e até que ponto”. Entretanto, para o sociólogo este jogo não ocorre de uma forma harmoniosa, possibilitando a existência de jogos de poder.

O sociólogo acredita que o poder é uma relação instrumental, não transitiva e recíproca. Poder é uma relação, pois agir sobre um indivíduo é entrar em relação com ele, atuando, desta forma, o poder também é um instrumento, pois é utilizado em uma relação que envolve negociação como uma ferramenta para ajustar os recursos que cada ator envolvido em uma relação de poder possui (CROZIER 1990).

Contudo, é uma relação não transitiva devido o fato de que se uma pessoa A pode obter de uma pessoa B uma ação X e caso B consiga obter esta mesma ação da pessoa C, é muito provável que A possa obter a ação X de C também. Entretanto, para Crozier (1981, 1990) o poder é inseparável dos atores envolvidos em uma relação. Assim, A pode ter dificuldade de obter de B uma ação Y, sendo que contrariamente, outra pessoa poderá obter com facilidade a ação Y de B.

Por fim, é uma relação recíproca, porém desequilibrada, devido ocorrer por meio de um intercâmbio ou negociação, ou seja, caso uma das partes envolvidas em uma relação não tenha nada para intercambiar, de maneira que não tenha recursos para envolver-se, esta relação não se caracteriza como sendo uma relação de poder propriamente dita. Para ser uma relação de poder deve haver alguma reciprocidade ou intercâmbio entre as partes (CROZIER, 1981, 1990).

Entretanto, vale salientar que para Crozier (1981) não basta apenas a vontade de um agente em participar de uma relação de poder para que a mesma se dê, pois toda relação de poder é uma relação recíproca. Portanto, para que ocorra uma relação de poder faz-se necessário que o sujeito possua uma das quatro fontes de poder existentes para Crozier (1990), que são: o controle de uma competência em particular e especialização funcional, as relações de uma organização com o seu exterior, o controle da comunicação e da informação e as que provêm da existência de regras gerais da organização.

O controle de uma competência em particular e a especialização funcional é uma fonte de poder relacionada com a existência de uma competência ou de uma especialização da qual a organização dependa para sua existência. As relações da organização com o seu exterior são fontes de poder que surgem em função das incertezas que se desenvolvem em volta das relações entre a organização e o meio ambiente em que a mesma está inserida, desta forma, a organização estabelece relações com os meios que a rodeiam, pois depende deles para obter os recursos materiais e humanos necessários para a sua existência. Observa-se que existe uma relação entre o controle de uma competência e as relações da organização com seu exterior, pois esta tem a incumbência de fornecer os especialistas para a organização (CROZIER, 1990).

Os fluxos de comunicação que ocorrem dentro de uma organização são fontes de poder das quais as pessoas precisam para realizar de forma satisfatória suas atividades. Assim, caso algum ocupante de um posto hierárquico retenha uma informação que algum destinatário dependa para executar de forma correta uma tarefa ou tomar uma decisão, tal atitude dá uma vantagem estratégica para a pessoa que reteve tal informação (CROZIER, 1990).

Crozier (1981) afirma que apesar das estruturas hierárquicas e as normas organizacionais serem criadas com o intuito de evitar que surjam relações de poder ilegítimas, são elas próprias que criam uma zona de incerteza da qual os membros de uma organização vão utilizar-se para exercerem o poder. Desta forma, ao criar-se normas que prescrevem a forma precisa como os subordinados devem executar suas atribuições, tentando, assim, reduzir a margem de liberdade dos subordinados e aumentar o poder do superior, cria-se uma outra incerteza, pois os subordinados vão apoiar-se nestas mesmas regras para lutarem contra o arbítrio de seu superior.

Portanto, o poder reside na margem de liberdade de que dispõe cada um dos participantes comprometidos na relação de poder, isto é, em sua maior ou menor possibilidade de recusar a ação que o outro demande. É em torno das regras oficiais e do organograma organizacional que a empresa gera suas próprias fontes de poder, pois são as zonas de

incertezas criadas pela estrutura e normas organizacionais que darão uma margem de liberdade para que os membros da organização possam estabelecer relações de poder. Assim, o poder de um grupo ou indivíduo sobre o outro, depende da capacidade de ação dos mesmos, bem como da capacidade de controlar uma fonte de incerteza que interfira na capacidade da organização em alcançar seus próprios objetivos (CROZIER, 1990). Desta forma, os jogadores envolvidos em uma relação de poder tentarão ampliar o máximo possível a sua margem de liberdade e de arbítrio para conservar o mais aberto possível o leque de possíveis influências, ao mesmo tempo em que tentarão restringir a margem de liberdade de seus opositores e adversários, limitando seus comportamentos em ações que sejam facilmente reconhecíveis de antemão (CROZIER, 1990).

Observa-se em Crozier a mesma visão intimista da ação do sujeito, bem como o conceito de subjetividade como sendo algo pessoal e indevassável encontrada em Mintzberg (1992,1995). Assim, para o autor a participação de um sujeito em uma relação de poder depende da vontade do mesmo, sendo que esta vontade vem do seu interior, de sua personalidade, ou seja, do seu íntimo.

CAPÍTULO V

“Quando digo poder não se trata de detectar uma instância que estenda a sua rede de maneira fatal, uma rede cerrada sobre os indivíduos. O poder é uma relação, não é uma coisa”.
Michel Foucault (1981 apud DOSSE, 2001: 223)

A CONTRACULTURA E AS RELAÇÕES DE PODER NA CONTEMPORANEIDADE. O SIGNIFICADO DO PODER NO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

O conceito de poder é central dentro da obra de Michel Foucault. Para o autor, o poder não é algo que se possa possuir. Portanto, não existe em nenhuma sociedade divisão entre os que têm e os que não têm poder. Pode-se dizer que poder se exerce ou se pratica. O poder, segundo Foucault, não existe. O que há são relações, práticas de poder.

Para Foucault o poder não é um sistema geral de dominação exercido por um determinado grupo ou elemento sobre os outros e que por um efeito sucessivo atravessa todo o corpo social. O poder não tem uma origem, uma fonte, uma essência no Estado, na lei ou nas instituições constituídas. Mas o poder deve ser compreendido como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou no contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1988, p. 88-89)

Desta forma, para o filósofo o poder não é algo que se possua, que se adquira ou que se deixe escapar. Não é uma propriedade, pois o poder não pode ser possuído e sim exercido.

O poder é algo microfísico e “se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (FOUCAULT, 1988, p. 90). Portanto, não há poder cujo exercício não tenha alvos e objetivos, mas isto não significa que o poder resulte de escolhas ou de decisões de um sujeito, de uma equipe, de uma presidência, de um governo ou de um mercado, que estariam gerindo a rede de poderes que atuam em uma sociedade. O poder atua por meio de estratégias e táticas que se encadeando entre si, propagam-se e encontrando condição e apoio mútuos, formam dispositivos de exercício conjunto (FOUCAULT, 1979, 1988, 1999b).

Assim, o poder para Foucault (1999b) deve ser analisado pelas suas extremidades, pela sua capilaridade. Trata-se de analisar o poder não em instituições centrais, mas em sua forma local, regional. Desta forma, para que se possa analisar os mecanismos de poder em toda sua complexidade e detalhe, não se pode analisar unicamente os aparelhos de Estado como se o poder tivesse neles sua origem. Mas, deve-se analisar a qual objeto o poder se dirige com o intuito de transformá-lo, modificá-lo e produzi-lo. O poder deve ser compreendido na relação direta com o objeto e local que ele quer produzir e produz seus efeitos. Portanto, o estudioso em sua obra não procura analisar a intenção de um sujeito, o que pretende uma pessoa ao exercer poder, o que seria uma abordagem interna. Contudo, busca entender como o poder foi constituído, quais são seus elementos constitutivos, quais seriam as forças e condições que permitiram seu domínio sobre os demais poderes, suas multiplicidades. Enfim, busca entender a emergência de uma força sobre as demais forças que ali atuam. (FOUCAULT, 1979).

Outra característica da obra de Foucault (1979, 2003c, 2004) é que o poder não é somente negativo, nem repressivo, mas, principalmente, positivo. Ao invés de negar, o poder quer produzir multiplicidades, movimentos, desejos e forças (FOUCAULT, 1979). Porém, isto não significa que o poder esteja fixado nas extremidades ou no centro, mas sim que o poder é algo em constante movimento, em constante transformação. O poder atua em rede, em um fluxo contínuo que passa por toda a estrutura social e não se prende em nenhuma parte dela.

O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles. (FOUCAULT, 1999b, p. 35)

“Onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 1988, p. 91) e por isso mesmo o poder nunca se encontra em condição de exterioridade a resistência, como a resistência não se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. Portanto, não se deve omitir o caráter estritamente relacional do poder no pensamento foucaultiano. O poder é sutil e ambíguo, pois em seu exercício cada indivíduo, independentemente de sua posição na estrutura social, é titular de certo poder (FOUCAULT, 1979). Portanto, é importante não conceber o poder como um “fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras” (FOUCAULT, 1979, p.183), pois o poder, conforme dito anteriormente, não é algo dividido entre os que o possuem e aqueles que não o possuem e são dominados.

Daí o fato de que, por um lado, essas relações de poder se inscrevem no interior de lutas que são, por exemplo, lutas econômicas ou religiosas. Portanto, não é fundamentalmente contra o poder que as lutas nascem. Mas, por outro lado, as relações de poder abrem um espaço no seio do qual as lutas se desenvolvem. [...] é preciso voltar a situar as relações de poder no interior das lutas, e não supor que há de um lado, o poder e, do outro, aquilo sobre o qual ele se exerceria, e que a luta se desenrolaria entre o poder e o não-poder. (FOUCAULT, 2003C, p. 276-277)

Em contradição a essa posição ontológica entre poder e resistência, Foucault (2003c, p. 277) afirma que o poder “não é outra coisa senão uma certa modificação, a forma com frequência diferente de uma série de conflitos que constituem o corpo social, conflitos do tipo econômico, político”. Assim, o poder é visto como a estratificação, a institucionalização, a criação de técnicas e de mecanismos estratégicos que servem a todos esses conflitos, isto é, como relações de poder. Contudo, Foucault (2003c, p. 277) lembra que só pode ser considerado como relação de poder esse exercício – uma vez que ele, afinal, não é outra coisa senão a fotografia instantânea de lutas múltiplas e em contínua transformação -, que esse poder se transforma a si próprio sem cessar. Não se deve confundir uma situação de poder, um tipo de exercício, uma certa distribuição ou economia do poder em um dado momento, com simples instituições de poder, tal como podem ser, por exemplo, o exército, a polícia, a administração.

O que Foucault (2003c) está querendo dizer é que as relações de poder suscitam a cada instante e abrem a possibilidade a resistências. É devido a esta possibilidade de resistência que o poder de quem domina tenta manter-se com mais força e mais astúcia quanto maior for a resistência. Assim, Foucault (2003c) quer mostrar muito mais a luta perpétua e multiforme do que a dominação estável de um mecanismo uniformizante.

Em toda parte se está em luta – há, a cada instante, a revolta da criança que põe seu dedo no nariz à mesa, para aborrecer seus pais, o que é uma rebelião, se quiserem -, e, a cada instante, se vai da rebelião à dominação, da dominação à rebelião; e é toda esta agitação perpétua que gostaria de tentar fazer aparecer. (FOUCAULT, 2003c, p. 232)

Sendo para Foucault (1979, 2003c, 2004) o poder algo relacional é de grande importância entender o que seriam estas relações. Nos parágrafos acima, Foucault (2003c) já dá os indícios do que seria uma relação de poder. Primeiramente, não é uma relação entre dominantes e dominados, pois onde há poder há resistência. Segundo, devido às resistências as relações de poder são constantemente abaladas e transformadas, fazendo com que as relações de poder estejam em luta constante e em transformação. Assim, as relações de poder

são móveis, reversíveis e instáveis. Mas o que seriam mesmo as resistências? Qual o seu intento? Seria um contra-poder, uma oposição ao poder instituído para tomar-lhe o lugar? Quando Foucault (2004) emprega a palavra poder, é sempre com o intuito de resumir a expressão “relações de poder”. Quando se fala em poder, as pessoas tendem a imaginar uma estrutura política, um governo, uma classe social dominante etc. Não é a isto que Foucault (2004) se refere quando fala de relações de poder. Para o filósofo, quaisquer que sejam as relações humanas, o poder (relações de poder) está sempre presente, ou seja, há uma relação em que cada pessoa tenta de certa forma dirigir a conduta do outro. Assim, as relações de poder podem encontrar-se em diferentes níveis e em diferentes formas, são móveis, podendo, assim, modificar-se.

Só pode haver relações de poder se existir uma certa liberdade para os sujeitos envolvidos nesta relação. Caso um dos sujeitos que participa de uma relação de poder, estiver completamente à disposição do outro e tornar o objeto sobre o qual este outro possa exercer uma violência ilimitada, não existe relação de poder. Para que se tenha relação de poder, é necessário que sempre haja dos dois lados certa forma de liberdade (FOUCAULT, 2004).

Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, quando verdadeiramente se pode dizer que um tem todo poder sobre o outro, um poder só pode se exercer sobre o outro à medida que ainda reste a esse último a possibilidade de se matar, de pular pela janela ou de matar o outro. Isso significa que, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, [...] não haveria de forma alguma relações de poder. (FOUCAULT, 2004, p. 277)

Portanto, não existe relação de poder se não existir resistência, ou seja, se não existir liberdade no campo social. Não é possível para Foucault (2004) a concepção e idéia de que o poder é um sistema de dominação que controla tudo e que exclui qualquer espaço para liberdade. Observa-se que resistência não significa contra-poder nem uma oposição ao poder instituído para ocupar o seu lugar. As resistências não atuam no sentido de tornarem-se forças dominantes em uma relação. Elas querem apenas estremecer, abalar e desestabilizar o que se apresenta como inabalável e estável, ou seja, as resistências atuam das mais diversas formas sem constituírem uma estratégia para dominar as demais forças. Se as resistências estabelecem uma estratégia, deixam de ser resistência e passam a ser poder. Desta forma, uma relação de poder em Foucault (2004) sempre é uma relação de poder e resistência.

Também há uma diferença para Foucault (2004) entre relações de poder e dominação. Enquanto as relações de poder pressupõem a existência de uma certa liberdade

para que exista, a dominação é um estado em que as práticas de liberdade não existem, ou seja, um estado que não há resistências. Contudo, quando Foucault (2004, p. 277) foi acusado de enxergar o poder em todo o lugar, de forma que não haveria lugar para a liberdade, ele afirmou: “não é possível me atribuir a idéia de que o poder é um sistema de dominação que controla tudo e que não deixa nenhum espaço para a liberdade”.

Desta forma, para entender e analisar as relações de poder o filósofo utiliza a pesquisa genealógica desenvolvida por Nietzsche (1981, 1998, 2003). Genealogia é o acoplamento dos conhecimentos científicos e das memórias locais, acoplamento este, que permite a constituição de um saber histórico das lutas locais e possibilita a utilização desse saber nas táticas atuais (FOUCAULT, 1999b). O estudo genealógico não procura fazer uma dedução do poder, que se partindo do centro, procurar-se-ia medir até que ponto periférico da estrutura social ele provocaria algum efeito. Mas sim fazer uma análise ascendente de poder, começando pelos mecanismos infinitesimais na periferia da estrutura social.

Assim, Foucault (1979, 1987a, 1988, 1997, 1999b, 2003a, 2003c) ao tratar das relações de poder, não cria conceitos fixos, cristalizados, imóveis sobre o poder como o fazem determinados autores organizacionais ao desenvolverem uma teoria sobre o poder. Foucault não desenvolve uma teoria sobre o poder e sim uma analítica do poder.

A partir das idéias em discussão, os próximos itens serão dedicados a análise das possíveis diferenças entre os trabalhos desenvolvidos por Mintzberg (1992, 1995, 2000), Crozier (1981, 1990) e Foucault (1979, 1985, 1987a, 1987b, 1988, 1997, 1999a, 1999b, 2000, 2002, 2003a, 2003b, 2003c, 2004).

O poder circula. Para Foucault, ao contrário das teses althusserianas – segundo as quais todo poder emana do Estado para os Aparelhos Ideológicos – há as chamadas micropráticas do poder. “De modo geral é preciso ver como as grandes estratégias de poder se incrustam, encontram suas condições de exercício em micro-relações de poder. Mas sempre há também movimentos de retorno, que fazem com que estratégias que coordenam as relações de poder produzam efeitos novos e avancem sobre domínios que, até o momento, não estavam concernidos.”

O tema, no seu desenvolvimento, é retirado do exclusivo campo político para ser instalado no cotidiano. Sem deixar de reconhecer que os interesses hegemônicos de diferentes grupos sociais se encontram por trás de situações de poder generalizadas, considera-se que não é a única manifestação do poder propriamente dito.

Sua natureza final não pode ser apreendida senão ali onde sua intenção está totalmente investida: no interior de práticas reais e efetivas e na relação direta com seu campo

de aplicação. Resulta lógico então não tomar o nível macro como ponto de partida para sua análise, sem a multiplicidade de atos que diariamente são protagonizados pelo indivíduo. Não é algo que se precipita sobre o indivíduo e que se encontra institucionalizado nas formações sociais. Não importa a legitimidade do mesmo se emana dos interesses do grupo hegemônico ou se é produto da vontade da maioria.

A idéia é que o poder se gera e materializa em uma gama extensa de relações pessoais desde as quais se leva a constituir estruturas impessoais. Se ao analisar o discurso existem normas que regem nossa percepção, devem existir, por sua vez, mecanismos que possibilitem que se estruturam e se reproduzam.

Não se pode deixar de reconhecer a presença de pelo menos dois grandes planos em que se agrupam as diferentes manifestações de poder tomando como critério a extensão das mesmas. Uma estaria constituída pelas relações interpessoais, que não alcançam a totalidade de integrantes de um grupo e outra está caracterizada por formas institucionalizadas que operam como espaços fechados. Nesses casos, já não é poder de um indivíduo sobre outro, mas de um grupo sobre outro, com as características que seus integrantes queiram ou não, ficam presas no seu exercício. Os dois planos têm dinâmicas diferentes e geram formas de perpetuação e defesa diferentes.

Foucault parte do princípio de que existem duas esferas em que se consolidam as práticas, cada uma delas tem seus próprios mecanismos de legitimação, atuam como “centros” de poder e elaboram seu discurso e sua legitimidade.

Uma das ditas esferas está constituída pela ciência. A outra, pelo contrário, está formada por todos os demais elementos que podem ser definidos como integrantes da cultura. O ideológico, as diferenciações de gênero, as práticas discriminatórias, as normas e os critérios de normalidade estão dentro da segunda esfera. Tanto uma quanto a outra com uma referência notória a um tempo e espaço determinado.

Utilizado a genealogia do sistema, Foucault chega à conclusão de que a instauração da sociedade moderna supôs uma transformação na consagração de novos instrumentos pelos quais pode-se canalizar o poder. De forma paralela se construiu um conjunto extenso de discursos que conferiram força e capacidade de expandir-se a essas novas formas de poder. Estas já não se baseiam, como no passado, na força e sua legitimação religiosa. Dado que como afirma o homem, em sua atual dimensão é uma criação recente, o poder deve materializar-se por meio de diferentes formas de disciplina. É necessário que passe a integrar parte do próprio ser de cada indivíduo. O dominado deve considerar natural ser subjugado. O poder produz o real. Por possuir essa eficácia produtiva, o poder volta-se

para o corpo do indivíduo, não com a intenção de reprimi-lo, mas de adestrá-lo. No entanto, todo poder pressupõe resistência. O poder não está em uma pista de mão única.

Para alcançar essa meta deve-se estruturar uma retícula de poderes entrecruzados que vão, no seu caminho, conformando os indivíduos. O poder não tem uma única fonte nem uma única manifestação. Tem, pelo contrário, uma extensa gama de formas. Quando um grupo social é capaz de apoderar-se dos mecanismos que regulam determinada manifestação a põe a seu serviço e elabora uma estrutura que se aplica a potenciais dominados. Se cria, assim, um discurso que se apresenta como “natural” e procura bloquear as possibilidades de aparição de outros discursos que tenham capacidade questionadora. Essa necessidade de se contar com um discurso de respaldo, com uma determinada forma de verdade, leva necessariamente a estabelecer uma relação entre poder e saber.

Nenhum discurso é inerentemente libertador ou opressivo. A condição libertadora de qualquer discurso teórico é uma questão de investigação histórica, não de proclamação teórica. (Jana Sawicki, 1988 a, p. 166)

Para muitos, a frase de Sawicki pode parecer estranha ou simplesmente equivocada. No entanto, o objetivo de Sawicki, quando a proferiu, foi demonstrar como essa posição pode ser defendida e por que ela é importante no campo da educação. Ela se enquadra no trabalho do filósofo social francês Michel Foucault. O trabalho de Foucault tem influenciado o pensamento em muitos campos da teoria social, incluindo, mais recentemente, a educação.

A frase de Sawicki caracteriza os principais desafios foucaultianos. Um deles é a visão de Foucault de que a verdade e o poder estão mutuamente interligados, através de práticas contextualmente específicas. Centrando-se na noção de “regimes de verdade”, Foucault desenvolve idéias sobre poder e saber.

A noção de “regimes de verdade” de Foucault (1980) evoca visões de “verdade”, usadas de formas que controlam e regulam. Temos exemplos dramáticos, nos quais versões da “verdade” tiveram horríveis conseqüências de opressão e violência como a visão de uma raça aariana pura de Hitler ou a política do apartheid da África do Sul. Foucault (1985) explica que a “a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e a apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem”. Dessa forma, não é apenas em relação aos discursos “dominantes” ou “dominadores” de qualquer sociedade que faz sentido falar de regimes de verdade. “Se o poder e a verdade estão ligados numa relação circular, se a verdade existe numa relação de poder e o poder opera em conexão com a verdade, então todos os

discursos podem ser vistos funcionando como regimes de verdade.” Desenvolvendo essa noção, Foucault (1980) diz:

“Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro.”

Foucault, ao conceituar poder e saber distancia-se das definições convencionais. Ele “inverte a articulação convencional na qual o poder funciona apenas de forma negativa e na qual a verdade ou o saber podem inverter, apagar ou desafiar a dominação do poder repressivo” (Dreyfus e Rabinow, 1983; Keenan, 1987). Essa definição convencional da relação entre poder e saber encontra-se em muitos dos discursos educacionais que se autoproclamam como radicais. O saber, nessa perspectiva, serve de contra-ataque aos males do poder. Em vez disso, a noção de poder-saber de Foucault desafia a suposição de que alguma verdade não distorcida pode ser alcançada. Ela “delimita os sonhos dos intelectuais em relação ao controle que a verdade pode ter sobre o poder” (Boré, 1988).

Michel Foucault, no livro – A Ordem do Discurso – Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970, nos faz refletir sobre questões desafiadoras como a “verdade” e a relação “poder-saber”. Segundo Foucault (1983) “o poder não é necessariamente repressivo uma vez que incita, induz, seduz, torna mais fácil ou mais difícil, amplia ou limita, torna mais provável ou menos provável.” Além disso, o poder é exercido ou praticado em vez de possuído e, assim, circula, passando através de toda força a ele relacionada.

Analisando essas questões, suscitadas através da leitura do livro, surgem indagações como: Onde está o poder? O poder está em cada um de nós? O poder se apresenta “mascarado”? O “discurso” é um elemento do poder? Foucault inicia sutilmente a aula inaugural, dizendo da sua dificuldade em começar, quando afirma:

O desejo diz: “Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo: gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz.” E a instituição responde: “Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra, mas o

desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém.”.

Foucault, no decorrer do seu discurso, faz uma indagação: ”Mas afinal, onde está o perigo de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente?”. Através desse questionamento, ele nos leva a refletir sobre os discursos que estão em pauta no nosso cotidiano, principalmente nas salas de aula. Que tipo de discurso ouvimos, falamos, ou melhor, repetimos? Nessa perspectiva, o perigo estaria na normatização do discurso, visto, assim, como um elemento do poder? Assim, a sociedade se torna normativa e disciplinada através da linguagem dos discursos que se proliferam indefinidamente.

Visto, por esse ângulo, o poder torna-se mascarado, não sabemos, na verdade, onde ele está. Um discurso libertador pode se tornar opressor. Os indivíduos vão “apreendendo” idéias e valores em nome de um discurso proferido como válido pelas famílias, pelas instituições (principalmente as escolares). Assim “esses discursos” pretendem inculcar no homem o papel que ele precisa desempenhar na sociedade. Percebe-se que Foucault quer nos alertar, levantando alternativas sobre a visão de homem que reina no mundo, e que o discurso, fecundo e universal, coloca esse homem numa trilha, como sendo o caminho da verdade, ou seja, o caminho que interessa ao poder.

Nesse sentido, a vontade não é expressão do desejo do homem. Nossa vontade de verdade camufla nossos desejos. O que está em jogo é o “desejo” e o “poder.” O discurso mascara a verdade. O desejo do homem é escamoteado, surrupiado. O discurso que prevalece é do indivíduo que detém o poder, ou seja, o saber. Assim, como diz Foucault, cada sociedade tem sua “política geral da verdade”. Os discursos políticos, educacionais, religiosos, terapêuticos não podem ser dissociados dessa prática que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos. Discursos veiculados pela mídia têm legitimidade quando proferidos por governantes, médicos, advogados, executivos, economistas, professores, etc. E a voz dos oprimidos? Quando será ouvida? Que prodigiosa maquinaria é essa que exclui aqueles que insistem em não ouvir os “discursos legítimos” ou não colocar em prática a “ordem” advinda desses discursos?

No livro, Foucault faz menção também às “sociedades do discurso” cuja função era conservar ou produzir discursos, para fazê-los circular em um espaço fechado segundo regras estritas. O número de indivíduos que falavam, mesmo não sendo fixado, tendia a ser limitado. Só entre eles o discurso poderia circular e ser transmitido. Mesmo não existindo mais essas “sociedades do discurso”, com esse jogo ambíguo de segredo e de divulgação, Foucault faz um alerta: “Ninguém se deixe enganar; mesmo na ordem do discurso verdadeiro,

mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, se exercem ainda formas de apropriação de segredo e de não-permutabilidade”.

É possível que o ato de escrever institucionalizado no livro, no sistema de edição e no personagem do escritor tenha lugar em uma “sociedade do discurso” difusa, talvez, mas certamente coercitiva.

Ao final do seu discurso, Foucault retoma ao início quando diz: “Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível.” Através dessa retomada, ou seja, dessa circularidade, ele compreende melhor porque sentia tanta dificuldade em começar.

Considerando esses desafios foucaultianos abordados no livro “A Ordem do Discurso” percebe-se a importância de uma leitura mais reflexiva e consciente do mesmo, principalmente para os gestores, que estão, de certa forma, “autorizados a falar.” Analisar as relações de poder-saber veiculadas na sociedade, que permite começar a identificar as características e práticas particulares que têm efeitos perigosos, dominadores ou negativos. Ter um “novo olhar” para os mecanismos das organizações, questionar a “verdade” de nossos próprios e cultivados discursos, examinar aquilo que faz com que sejamos o que somos pode nos abrir possibilidades de mudanças na nossa prática gerencial. Finalizando, procede retomar ao início do discurso de Foucault quando ele diz:

“... É preciso continuar, é preciso pronunciar palavras enquanto as há, é preciso dizê-las até que elas me encontrem, até que elas me digam - estranho castigo, estranha falta, é preciso continuar, talvez já tenha acontecido, talvez já me tenham dito, talvez me tenham levado ao limiar de minha história, diante da porta que se abre sobre minha história, eu me surpreenderia se ela se abrisse.”

CAPÍTULO VI

“É como se, enfim, algo de novo surgisse depois de Marx. É como se uma cumplicidade em torno do Estado fosse rompida. Foucault não se contenta em dizer que é preciso repensar certas noções, ele não o diz, ele faz, e assim propõe novas coordenadas para a prática. Ao fundo, ressoa uma batalha, com suas táticas locais, suas estratégias de conjunto, que não procedem, todavia, por totalização, mas por transmissão, concordância, convergência, prolongamento”.
Gilles Deleuze

DA MULTIPLICAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS DE PODER E DO NÚMERO DOS POTENCIAIS VIGILANTES EM UMA SOCIEDADE DISCIPLINAR

Michel Foucault traz concepções das relações de poder em uma sociedade disciplinar, que acarretam adentrar em um terreno arenoso. O autor referenda, como bem ao seu gosto, as controvérsias despertadas por tal empreitada são muitas. Se pensar o poder como uma relação e não como algo passível de ser localizado e/ou situado em determinada instância significa, necessariamente, investir em uma torção analítica¹⁷ em referência às práticas sociais que, cotidianamente, são estabelecidas.

Posto que suas análises prestigiam, por um lado, um distanciamento em relação às abordagens que operam o cotidiano das sociedades como se fosse uma “realidade muda” (Foucault, 1972: 64) refém dos direcionamentos propostos por certos setores sociais particulares. E, por outro, privilegiam um questionamento no que toca aos enfoques interessados em trazer à baila elementos que apontam para dissimulações e/ou “manipulações” conscientes da realidade, difundidas de modo a fazer valer vontades dominantes específicas.

Tal torção analítica enfatiza, portanto, o cotidiano como um espaço de contínua tensão, atravessado por instituições disciplinares e por diversificadas práticas culturais empreendidas por não menos diversos sujeitos sociais¹⁸. Por outros termos, coloca em cena, principalmente, um progressivo afastamento da idéia de se pensar o poder como algo

¹⁷ Ao empregar essa expressão, dialogo diretamente com as inquietações investigativas sublinhadas por Michel Foucault em sua primeira conferência na “Mesa Redonda” que tinha como tema as técnicas de interpretação em Marx, Nietzsche e Freud. Afinal, segundo as palavras do pensador: “De fato, a interpretação não aclara uma matéria que com o fim de ser interpretada se oferece passivamente; ela necessita apoderar-se, e violentamente, de uma interpretação que está já ali, que deve trucidar, revolver e romper a golpes de martelo”. (Foucault, 1975: 15).

¹⁸ A opção pelo emprego da expressão “sujeitos sociais” sinaliza para um posicionamento teórico que, desde já, cabe ressaltar. Ao pensar o poder como uma relação e não como uma “propriedade”, Michel Foucault enfatiza que não são por suas vontades conscientes ou por suas liberdades de atuação que os “indivíduos” seriam caracterizados, mas sim por um “conjunto de condições que [os] possibilitam cumprir uma função de sujeito”. Nesse sentido, por conta das características da sociedade disciplinar, os “indivíduos” tornam-se sujeitos sociais. Essa questão será aprofundada mais adiante. (Foucault, 1992: 83).

localizável e/ou passível de ser “propriedade” de alguns indivíduos. Em lugar disto, delimita um procedimento investigativo que concebe que são as produções, discursos e representações advindas de uma lógica circunstancial de poder e de saber que contribuem para a construção dos espaços dos possíveis dentro dos quais se estabelecem as necessidades e exigências de uma época (cf. Foucault, 1996a).

Ao concentrar suas análises nas práticas que, historicamente, construíram determinadas condições de possibilidade e formas de experiência, Foucault

[...] tenta examinar mais detalhadamente o funcionamento daquelas práticas em que figuram normas morais e verdades acerca de nós próprios, submetendo-as à análise crítica. Assim, questiona a centralidade do modelo da ideologia na crítica; questiona o pressuposto de que o poder funciona primordialmente através uma mistificação ou falsificação de uma verdadeira, racionalmente fundamentada, experiência (Rajchman, 1987: 77).

A proposta de interrogar “a centralidade do modelo da ideologia” teve um endereço certo: questionar os paradigmas teóricos que concebiam que as “[...] relações sociais ou formas políticas se imp [unham] do exterior ao sujeito de conhecimento” (Foucault, 1996b: 26). E que, em concomitância, compreendiam que essas relações sociais tinham como principal motor as condições econômicas de existência. O debate fora lançado e, de certo modo, permanece até os dias atuais.

No entanto, tais controvérsias ocasionadas por essa torção analítica não se esgotavam na tentativa de se articular as relações de poder e de saber tomando em consideração, também, outros fatores relevantes. Ao contrário, a partir das incertezas e angústias de Nietzsche – “Não existe mais ninguém tão inocente para ainda colocar, à maneira de Descartes, o sujeito ‘Eu’ como condição do ‘penso’” (Nietzsche apud Dosse, 2003: 195) –, Foucault acrescentou mais uma pitada de polêmica em sua abordagem acerca do que caracterizava as relações de poder. Afirmando ser, “simplesmente nietzschiano” (Foucault apud Dosse, 2003: 200), promoveu um contundente questionamento à concepção de indivíduo, bem como à sua liberdade de ação em uma sociedade disciplinar.

A defesa de pontos de vista como esses contribuiu para que o seu diálogo com os historiadores fosse caracterizado por reconhecimentos e, do mesmo modo, por contendas enormes. Tais posicionamentos teóricos podem, em linhas gerais, ser agrupados em duas grandes frentes.

Uma primeira, a dos simpatizantes, destaca as suas contribuições para a prática dos historiadores e para o fomento do debate historiográfico. Particularmente em alusão às suas ponderações a respeito das incoerências da história teleológica (“[que] encerra o

acontecimento no ciclo do tempo [e] converte o presente numa figura enquadrada pelo futuro e pelo passado” (Foucault, 1975: 44) e sobre a valorização das descontinuidades, das rupturas e da “microfísica do poder” (cf. Burke, 2005: 74-76).

Já em relação à segunda grande frente, a dos opositores, as críticas têm como cerne principal a insinuação de que Foucault constitui-se como um anti-modernista, niilista de cátedra, conservador¹⁹ e que pretende, ao fim e ao cabo, “[...] reduzir nossa história a um processo intelectual tão implacável quanto irresponsável” (Veyne, 1982: 160).

Uma vez que sua relativização generalizada multiplica as incertezas e aponta as incoerências dos estudos históricos sem, no entanto, apresentar uma análise que consiga escapar das armadilhas lançadas pelo seu próprio discurso.

Deste modo, sublinha-se o “[...] uso abundante de verbos pronominais e do pronome pessoal ‘on’ (se). Trata-se de poder, de estratégia, de técnica, de tática... ‘mas não se sabe quais são os atores: poder de quem? Estratégia de quem? [...] censura [-se] em Foucault o fato de mergulhar o leitor num universo kafkiano [...]’ (Jean Léonard. apud. Dosse, 2003: 210-11).

Nesse sentido, quer o foco esteja nos reconhecimentos, quer se encontre nas discordâncias o que nem simpatizantes nem críticos negam é a capacidade que possuía de polemizar o debate historiográfico. Gerava polêmicas porque o próprio não consentia que seus pensamentos fossem encarados, apenas, como manifestações de determinada área do conhecimento (Filosofia, História, Psicanálise, Lingüística, Direito) (Cf. Fonseca, 1995). Tampouco se contentava em ver suas análises tomadas como expoentes de certas vagas teóricas datadas (anti-positivismo; anti-humanismo, estruturalismo). Junte-se a isso suas asseverações de que: “‘Mais de uma pessoa, como eu sem dúvida, escreve para não ter mais rosto. [Por isso] Não me perguntem quem sou eu nem me peçam que continue o mesmo: essa é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que nos deixe livres quando a questão é escrever’” (Foucault apud Dosse, 2001: 221). Daí compreender-se o porquê das polêmicas e controvérsias estarem sempre presentes no diálogo de Foucault com a História.

O intrincado arranjo da sociedade disciplinar, no correr do século XIX, teve a visibilidade do entrelaçamento (“encontro”) do poder com o saber como um dos motores que possibilitou a sua ampla difusão. Nesses termos, o cotidiano do meio social foi sendo tomado por um gradativo processo de embaralhamento das distâncias que separavam o privado do público, o interior do exterior, enfim, o vigilante do vigiado.

¹⁹ Sobre alguns aspectos das polêmicas despertadas pelo pensamento de Foucault, dentre outros trabalhos, ver as análises de: (Rajchman, 1987); (Deleuze, 1995); (Gondra, 2005); (Ribeiro – org., 1985); (Dosse, 2001).

Nessa perspectiva, o poder panóptico ao romper os muros, paredes e portões instaurou-se nos espaços sociais e contribuiu para que os momentos de observação e vigília multiplicassem-se. Uma multiplicação que figurava uma ampliação não só das circunstâncias passíveis de controle, como também do número dos potenciais vigilantes.

No que tange às primeiras, inicialmente, cumpre reforçar que em uma sociedade disciplinar a preocupação maior é a de que “[...] não mais espetáculos sejam dados ao maior número de pessoas, mas que indivíduos sejam dados como que em espetáculo a um olhar vigilante” (Muchail, 1985: 201). Desta feita, mesmo as interações estabelecidas no anonimato dos espaços públicos passaram a sofrer as interferências das relações de poder e de saber.

Portanto, como Foucault o fez, pensar que “a prisão é a imagem da sociedade e a imagem invertida da sociedade, imagem transformada em ameaça” (Foucault, 1996b: 123) ocasiona encarar o cotidiano social como uma instância prenhe de inquietações relacionadas à obediência de regras, disciplinamento de condutas e respeito às leis. E, da mesma maneira, o seu inverso. Isto é, enfocá-lo como um domínio atravessado por preocupações conducentes às intimidações, sanções e ameaças de punições aos crimes, desvios e infrações, porventura, cometidos.

No tocante à ampliação do número dos potenciais vigilantes em uma sociedade disciplinar, deve-se sublinhar dois principais fatores. Um primeiro que se relaciona à função desempenhada, propriamente, pela disciplina. Já que a mesma “[...] cria espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias [...]”. Caracterizando-se, portanto, a primeira de suas grandes operações, “[...] a constituição de quadros vivos que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas” (Foucault, 2005: 126-27).

Com efeito, a expansão da sociedade disciplinar contribuiu para uma substancial modificação nas formas de atuação dos instrumentos de controle e fiscalização no espaço público. Em função, principalmente, do dispositivo da visibilidade foi-se configurando um quadro onde a vigilância e o ordenamento social passaram a ser desempenhados por outros olhos que não, exclusivamente, os dos mecanismos de repressão e perseguição governamentais.

Foi o “ver sem ser visto” conjugado à possibilidade de, também, estar em observação que concorreu para que o “auto-policimento” se pulverizasse. De tal modo que, gradativamente, a vigília, o controle e o disciplinamento diluíram-se pelo meio social. Posto que cada um dominado em seus “interesses pessoais”, embora indiretamente, poderia se

tornar um vigilante dos demais, com o objetivo de beneficiar a coletividade (cf. Guirado, 1996: 65).

As regras sociais já não eram mais explicitadas no corpo do supliciado, mas sim praticadas e espalhadas pelo cotidiano do corpo social. Antes mais do que um “superpoder”, o que a sociedade disciplinar privilegiou foi uma chamada “microfísica do poder” (Foucault, 1988: 145-53). Ou, pelas palavras de Foucault, “um poder [...] que correria ao longo de toda a rede social, agiria em cada um de seus pontos, e terminaria não sendo mais percebido como poder de alguns sobre alguns, mas como reação imediata de todos em relação a cada um” (Foucault, 2005: 107). O segundo fator alusivo, ainda, ao aumento dos possíveis vigilantes em uma sociedade disciplinar ilumina aspectos que dizem respeito, uma vez mais, ao entrelaçamento (“encontro”) do poder com o saber. Como já foi sublinhado, o dispositivo da visibilidade facultou a difusão das relações de poder e de saber pelo cotidiano.

Para melhor discorrer sobre essa difusão, neste momento, a remissão direta a Foucault é indispensável. Em *Vigiar e Punir* o autor detém-se, com especial atenção, em algumas das estratégias de punição privilegiadas em finais do século XVIII e início do XIX. O objetivo de tal empreitada, como o próprio autor reconhece, não é fazer a história das diversas instituições de correção, mas sim perscrutar algumas principais iniciativas que, embora modificadas e/ou readaptadas, auxiliaram a compor o presente “modelo coercitivo, corporal, solitário, secreto do poder de punir” (Idem: 108).

Nesse quadro, por conta de um certo princípio em especial que se encontra no ideal do sistema prisional atual, cabe destacar a experiência defendida por J. M. Servan. Particularmente no que toca às suas asseverações sobre a chamada “cidade punitiva” (Idem: 93).

Segundo Foucault, para que não pairasse nenhuma sombra de dúvida em relação à culpa dos infratores, Servan defendeu o desenvolvimento de um conjunto de práticas interessado em, a um só tempo, ratificar e pôr em visibilidade a punição dos mesmos. Tratava-se dos “mil pequenos teatros de castigos” (Idem) que, protagonizados pelos criminosos, teriam como palco de encenação: as “encruzilhadas, os jardins, a beira das estradas que são refeitas ou das pontes que são construídas, as oficinas abertas a todos, o fundo de minas que serão visitadas” (Idem). Como enredo: “que cada castigo seja um apólogo. E que, em contraponto a todos os exemplos diretos de virtude, se possam a cada instante encontrar, como uma cena viva, as desgraças do vício” (Idem: 94). E, finalmente, como desfecho parcial: “[que] em torno de cada uma dessas ‘representações’ morais, os

escolares se comprim[am] com seus professores e os adultos aprend[am] que lição ensinar aos filhos” (Idem).

Ainda conforme Foucault, esse “teatro sério, com suas cenas múltiplas e persuasivas” (Idem) seria difundido pela “memória popular em seus boatos” (Idem). Donde se conclui que o espetáculo jamais teria um término, uma vez que sua continuação estava assegurada nas recordações e falas cotidiana espalhadas pelo meio social.

Deve-se sublinhar que Foucault inclui, em *Vigiar e Punir*, essa “cidade punitiva” dentro das experiências centradas, ainda, no anterior “modelo representativo, cênico, significativo, público, coletivo” (Idem: 108). Todavia, em *A verdade e as Formas Jurídicas* o autor tece algumas ponderações que indiciam que certos ideais deste empreendimento correcional podem ser percebidos na, contemporânea, prisão:

No grande panoptismo social cuja função é precisamente a transformação da vida dos homens em força produtiva, a prisão exerce uma função muito mais simbólica e exemplar do que realmente econômica, penal ou corretiva (Foucault, 1996b: 123).

Pela leitura, nota-se que para Foucault o seqüestro dos infratores é, apenas, uma das faces dessa instituição corretiva. Já que não se pode desconsiderar que a prisão exerce, e por vezes principalmente, uma grande função simbólica e exemplar na sociedade disciplinar.

Particularmente no que tange à pulverização da necessidade de obediência às práticas de sociabilidade (sob forma de ameaça) e ao poder de punição. Afinal, ela caracteriza-se como “a expressão de um consenso social” (Idem).

No que se atine aos “mil pequenos teatros de castigos” de Servan, a visualização dos criminosos elucidava a infração, assim como a prática do castigo. Mas esse “teatro sério” figurava uma substancial modificação em relação ao anterior ritual do suplício. Uma vez que o castigo do condenado não era assistido em uma única apresentação solene (marcada pela contundência dos atos de exercício da repressão). Ao contrário, o espetáculo da punição contava com uma encenação diária (com o objetivo de que “cada membro da sociedade pudesse distinguir as ações criminosas das ações virtuosas”) (Foucault, 2005: 80).

Como se pode perceber, tanto o projeto de Servan quanto a prisão da sociedade disciplinar valorizam, embora de forma diferente, a propagação de saberes correccionais pelo meio social. O primeiro através de encenações; a segunda por meio de ameaças.

Nesse quadro, torna-se possível indiciar alguns elementos das “representações morais” de Servan no sistema prisional contemporâneo.

Afinal, os dois modelos de correção investem em uma multiplicação das impressões e justificativas sobre os possíveis motivos que levaram o “criminoso” a sofrer

aquela determinada punição. O que acarretava (e permanece acarretando), indiretamente, um aumento no número das conversas (e das vigílias) sobre as atitudes idôneas ou desviantes; sobre os comportamentos adequados ou desrespeitosos; sobre os procedimentos convenientes ou injustos. Trata-se, aqui, uma vez mais do entrelaçamento (“encontro”) do poder com o saber.

Nesse movimento, chega-se à conclusão de que as relações de poder e de saber, já indiciadas no experimento de Servan, tornaram-se, acentuadamente, presentes no modelo corretivo da sociedade disciplinar. De tal maneira que o fortalecimento do exercício de poder da prisão entrecortou-se, cada vez mais, com a difusão dos saberes condizentes à criminologia. Entrementes, esse não foi um acontecimento exclusivo do sistema prisional. Também em outras instituições disciplinares, ao longo do século XIX e início do XX, é possível indiciar esse encontro do poder com o saber.

À guisa de ilustração, fenômeno semelhante aconteceu entre o hospital e as classificações de doenças, facultando a proliferação de diagnósticos e prescrições sobre os riscos, sintomas, comportamentos indevidos. Ou entre a escola e a pedagogia, propiciando a expansão de ideais de disciplina, boa-educação, boa-conduta. Ou entre o hospício e a psiquiatria, pulverizando as identificações de padrões de normalidade, condutas suspeitas, sintomas de desvios. Ou entre os controles do prazer e a sexualidade, dilatando os discursos referentes à promiscuidade, indecência, perversão.

Tais exemplos ratificam a multiplicação dos olhares da vigilância em uma sociedade disciplinar. O que significa compreender as relações cotidianas como um arranjo complexo, atravessado por impressões, constrangimentos, censuras, repreensões, valorizações, diagnósticos, intimidações, etc. advindas não apenas dos discursos institucionais, mas também das práticas que são construídas em razão de diferentes posicionamentos dos próprios sujeitos sociais.

Já que, conforme Foucault o poder disciplinar é “absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente ‘discreto’, pois funciona permanentemente em grande parte em silêncio” (Foucault, 2005: 148).

6.1 O cotidiano enquanto espaço de tensão: o poder como relação e não como propriedade

A “indiscrição” – por conta de estar em todos os lugares e sempre alerta – e a “discrição” – em razão de, no mais das vezes, exercer-se silenciosamente – foram adjetivações escolhidas por Foucault para melhor qualificar o poder em uma sociedade disciplinar. Se se acrescentar às duas características as suas inquietações investigativas no que tange à atenção que se deve ter com o que, “[...] a partir do século XIX, os gestos mudos, as enfermidades e todo o tumulto que nos rodeia podem, igualmente, falar-nos [...]” (Foucault, 1975: 06), tem-se as condições para que se possa enfocar o cotidiano da sociedade disciplinar como um espaço de contínua tensão. Afinal, a multiplicação das circunstâncias passíveis de controle e do número dos potenciais vigilantes concorreu para que “a mística do cotidiano se associa [sse] à disciplina do minúsculo” (Foucault, 2005: 120).

Por outras palavras, o investimento analítico defendido por Foucault ruma para a direção de não se entender as relações cotidianas de poder como oriundas de e/ou localizáveis em determinados setores (grupos ou “classes”) sociais particulares. Antes disso, a sociedade disciplinar, atravessada por relações institucionais, seria marcada por uma pulverização das relações disciplinares (“disciplina do minúsculo”).

Sendo tais relações desencadeadas, cotidianamente, a partir de diferentes posicionamentos dos sujeitos sociais em face às exigências e necessidades.

Destarte, é por meio, principalmente, de sua abordagem do poder que Foucault irá principiar um debate com a corrente teórica que, enfatizando as condições econômicas de existência, compreendia que as relações sociais e as “formas de dominação” eram impostas no meio social.

Nesse particular, por prestigiar uma “topologia moderna que já não estipula um lugar privilegiado como fonte de poder” (Deleuze, 1995: 49), para ele não são classes, grupos, setores ou indivíduos que possuem o poder e que se utilizam de ideologias com o objetivo de obscurecer, direcionar ou dissimular as condições de domínio e de exploração.

E, assim sendo, já não se trata mais de inquirir, mesmo que sob as influências da dialética, sobre quem ou qual setor social detém ou não o poder. Já que, “A falar verdade, a dialética não liberta o diferente; antes pelo contrário, garante que sempre estará apanhado. A soberania dialética do mesmo consiste em deixá-lo ser, porém sob a lei do negativo, como o mesmo do não ser” (Foucault, 1975: 54).

Dessa feita, para Foucault as análises devem prestigiar “um pensamento sem contradição, sem dialética, sem negação” para que se torne possível, assim, elaborar “um pensamento afirmativo cujo instrumento seja a disjunção; um pensamento do múltiplo – da

multiplicidade dispersa [...] um pensamento que não obedece ao modelo escolar (que falsifica a resposta já feita) [...]” (Idem: 55).

Por esse pensamento interessado na “multiplicidade dispersa” deve-se compreender um esforço que promova uma ampliação no horizonte de reflexões acerca de determinado acontecimento. Nessa direção, enfatizar as condições econômicas de existência procurando, de antemão, encontrar os setores sociais dominantes, as dissimulações conscientes da realidade, a superestrutura, os embates entre os que “detém” ou não o poder, dentre outras “respostas já feitas” torna-se insuficiente. Uma vez que essas “respostas já feitas” “[...] nada explicam, antes supõem sempre um agenciamento ou ‘dispositivo’ no qual operam, e não o inverso” (Deleuze, 1995: 52). E, ainda para Deleuze, “não constituem o combate entre as forças, elas são apenas a poeira levantada por esse combate” (Idem).

De posse dessas considerações, para problematizar esse “combate entre as forças”, tornava-se necessário, segundo Foucault, um providencial ajuste nas lentes reflexivas. De um modo tal que à visão perspectivada se associasse um olhar lançado com o anseio de aproximar, adentrar e esquadrihar a transitoriedade das relações de poder em uma sociedade disciplinar. Tal refinamento passaria, antes de tudo, pela concepção de uma diferente “mecânica do poder” (Foucault, 2005: 148).

Era diferente porque, ainda para Foucault, o poder é múltiplo, automático e anônimo. Logo, não se pode possuí-lo “como uma coisa”, tampouco usufruí-lo e/ou repassá-lo “como uma propriedade”. Ademais, seu funcionamento articula-se como “uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede ‘sustenta’ o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apóiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados” (Idem).

Porque percebido como uma rede, o funcionamento das relações de poder projeta luz intensa sobre a contínua tensão intrínseca ao cotidiano da sociedade disciplinar. Já que traz à baila a possibilidade de se pensar uma série de movimentos inesperados do dia-a-dia que concorrem para o enfraquecimento da idéia de que são, somente, os discursos, as ações ou vontades conscientes dos “indivíduos” e/ou “grupos dominantes” que determinam aquelas que passarão a se constituir como principais características do meio social. Afinal, “[...] tanto os discursos são produtos de uma lógica extraída do próprio cotidiano [...], como esse cotidiano orienta-se por certos princípios e temas capazes de ordenar e fornecer uma justificativa mais ampla para as atividades desenvolvidas” (Vianna, 1999: 39).

Nessa medida, a transitoriedade das circunstâncias de poder numa sociedade disciplinar, com seu intrínseco movimento de difusão de saberes e multiplicação do número

de potenciais vigilantes/vigiados, contribui para a consecução de um redimensionamento nas maneiras de se conceber os “indivíduos”, assim como as suas possíveis liberdades de atuação. Afinal, se são corretas as ponderações de Foucault, “que a organização piramidal do poder lhe dá um ‘chefe’” (Foucault, 2005: 148). Não menos coerentes parecem ser as suas afirmações de que “é o aparelho inteiro que produz ‘poder’ e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo” (Idem).

Nesse quadro, esmaece-se o “afã analítico” de, a todo custo, vislumbrar ideais conspiratórios, superestruturas econômicas, deturpações do imaginário coletivo, manipulações ideológicas, enfim toda a série de posicionamentos conscientes protagonizados, quase sempre, por indivíduos e/ou grupos dominantes de modo a fazer valer suas vontades sobre os setores dominados. Isto porque, para Foucault, “as relações de força, as condições econômicas, as relações sociais não são dadas previamente aos indivíduos” (Foucault, 1996b: 26).

Trata-se, portanto, de se aproximar do poder concebendo-o como uma verdadeira engenharia da participação. O que significa que os interessados em perscrutá-lo devem, necessariamente, atentar para a visibilidade de suas relações que provoca, induz e estimula disciplinamentos, constrangimentos, comportamentos e, até mesmo, emoções.

Tais considerações reafirmam a questão de que o poder não é imputável ou localizável, mas sim se configura como uma instância transitória. Mas não só isto. Aludir ao mesmo como uma engenharia da participação acarreta, também, pensá-lo como fruto de uma lógica circunstancial que se faz presente cotidianamente.

Afinal, são as diversas circunstâncias cotidianas (com suas surpresas e eventualidades) que contribuem para o desencadeamento de práticas, não menos variáveis, de relações de poder. Tanto é assim que, não por acaso, a expansão da sociedade disciplinar trouxe consigo não só preocupações que remetem à ordem repressiva (vigilância, disciplinamento, condicionamento, controle) como também à ordem reflexiva (auto-penitência, vergonha, remorso, auto-policiamento).

Sendo tanto as ocasiões de caráter repressivo quanto as de caráter reflexivo atravessadas pela aludida lógica circunstancial que atribui, retira, distribui, reparte o poder pelo cotidiano. Junte-se a isto os já sublinhados movimentos de difusão de saberes e dilatação do número dos potenciais vigilantes/vigiados numa sociedade disciplinar e se terá as condições para se problematizar o cotidiano social em função de um diferente enfoque.

Ou seja, não se trata mais de conceber o cotidiano social a partir de direcionamentos de indivíduos ou grupos dominantes que perturbam, obscurecem, velam as condições de existência (Idem) de modo a fazer valer as relações de dominação do poder. Mas

sim de enfatizar as condições de possibilidade, a transitoriedade do poder, a lógica circunstancial que o caracterizam como uma instância cortada por redes que interfere, ininterruptamente, na construção da identidade que cada “indivíduo” entende como própria (cf. Fonseca, 1995: 131).

Como se nota, esse enfoque analítico, primeiramente, questiona o próprio estatuto do indivíduo. Posto que as necessidades e exigências sociais o fariam cumprir diferentes “funções de sujeito” (Foucault, 1992: 83). Depois, aponta a dificuldade de se enxergar a disposição dos indivíduos em estratificações sociais. Já que essas diversas “funções de sujeito”, com muita frequência, são desencadeadas em razão de uma multiplicidade de circunstâncias e relações cotidianas.

À vista desses pontos, pode-se afirmar que os “indivíduos” se tornaram sujeitos sociais com a expansão da sociedade disciplinar. Isto é, longe de possuírem uma total consciência de seus atos, os “indivíduos” encontram-se sujeitos por uma lógica de poder e de saber que tanto os obriga a obedecer quanto, em concomitância, estimula que participem sob a forma de vigilantes.

Por esta via, deve-se percebê-los tendo em consideração um particular “modo de sujeição” da sociedade disciplinar que se articula a partir “da idéia que o indivíduo fará de si próprio, diante da obrigação de agir de tal ou tal forma, em função de tal ou tal preceito” (Fonseca, 1995: 101).

Por certo, não se está, aqui, decretando a negação ou morte dos indivíduos. Nem Foucault assim o fez. Apenas se trata de concebê-los sem que se perca a dimensão das interferências das condições de possibilidade e das exigências sociais que fazem com que os mesmos não sejam mais percebidos como detentores de uma total consciência em relação aos seus pensamentos e posicionamentos. O que ocasiona ensá-los, muito mais, como sujeitos sociais das relações de poder e de saber que, cotidianamente, são estabelecidas. “Contenhamos, pois, as lágrimas” (Foucault, 1992: 81).

CAPÍTULO VII

“O homem que não conhece a dor, não conhece a ternura da humanidade”.
Jean-Jacques Rousseau

O PODER ENQUANTO “AÇÃO SOBRE AÇÕES POSSÍVEIS”

No apêndice do livro “Michel Foucault – para além da hermenêutica e do estruturalismo”, do filósofo Hubert Dreyfus e do antropólogo Paul Rabinow, o próprio Foucault retoma resumidamente seu percurso sobre a questão do poder e se propõe a especificar alguns pontos de sua obra, ainda considerados por alguns como obscuros ou controversos. Primeiramente, Foucault afirma que é o sujeito, e não o poder a questão principal de seu trabalho. Para o filósofo, nossa cultura desenvolveu “modos de objetivação que transformaram os seres humanos em sujeitos” (Foucault, 1982: 231). Ainda segundo o filósofo, sua obra lidou com três deles.

7.1 O primeiro é o investigativo, a objetivação do sujeito em um saber:

A objetivação do sujeito na *grammaire générale*, na filologia e na lingüística. Ou, ainda, a objetivação do sujeito produtivo, do sujeito que trabalha, na análise das riquezas e da economia. Ou, um terceiro exemplo, a objetivação do simples fato de estar vivo na história natural ou na biologia (Idem).

O segundo refere-se às “práticas divisórias”. O sujeito é objetivado por elas, dividido em seu interior e em relação aos outros: “O louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os bons meninos”. (Idem)

Foucault abordara em seus últimos trabalhos outro tipo de objetivação: a maneira pela qual o ser humano aprendeu a reconhecer a si próprio como sujeito.

Por exemplo, na história da sexualidade, “como os homens aprenderam a se reconhecer como sujeitos de sexualidade”. (Idem: 232).

Conclui Foucault que se o ser humano é colocado em objetivações dessa natureza, ele é igualmente colocado em complexas relações de poder. Portanto, é preciso estudar as práticas, as relações entre os homens que estabelecem essa objetivação.

Foucault define o poder enquanto ação: uma ação sobre outra ação possível (Foucault, 1982: 243). Ou seja, o poder não é substância ou faculdade, mas sim, a própria execução: o poder não se tem, se exerce. Ele se estabelece numa relação entre indivíduos:

uma ação em relação à outra ação. Logo, uma relação de poder não é uma ação sobre coisas. É necessário distinguir, para tanto, o conceito foucaultiano de certos usos correntes da palavra poder. Segundo Foucault (1982: 240), a palavra é muitas vezes empregada para definir a possibilidade ou os recursos de que se poderia dispor para realizar um feito, por exemplo. Foucault, em todo caso, não parece censurar esse uso da palavra, mas sugere, para esses casos, o termo “capacidade”.

Além da capacidade, devemos distinguir também as relações de poder das relações de comunicação, “que transmitem uma informação através de uma língua, de um sistema de signos ou qualquer outro meio simbólico” (Idem). As relações de poder perpassam as relações humanas na medida em que a capacidade, a comunicação e o poder não se excluem, mas constituem entre si instrumentos mútuos de apoio. Por exemplo, a aplicação da capacidade objetiva, nas suas formas mais elementares, implica relações de comunicação - seja de informação prévia, ou de trabalho dividido -; liga-se também a relações de poder - seja de tarefas obrigatórias, de gestos impostos por uma tradição ou aprendizado, de subdivisões ou de repartição mais ou menos obrigatória do trabalho (Foucault, 1982, pg. 241).

Para Foucault, a análise do poder deve considerar o indivíduo como o próprio agente de sua ação e não como uma marionete. Uma relação de poder ocorre entre indivíduos “livres”, ou seja, “sujeitos individuais e coletivos, que têm diante de si um campo de possibilidades, onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (1982: 245). Logo, um homem acorrentado, explica Foucault, não está submetido ao poder a não ser que ele seja induzido a agir de determinada maneira, como, por exemplo, ser induzido a confessar. Foucault, em alguns momentos, se refere ao poder como força. De fato, é Gilles Deleuze, em seu livro sobre Foucault, quem dá ênfase maior à concepção de uma força agindo sobre outra força: um campo de forças. A propósito da força, afirma Deleuze:

A força nunca está no singular, ela tem como característica principal estar em relação com outras forças, de forma que toda força já é relação, isto é, poder: a força não tem por objeto nem sujeito a não ser a força. Não se deve ver nisso uma volta ao direito natural, porque o direito, por sua conta, é uma forma de expressão, a Natureza uma forma de visibilidade e a violência um concomitante ou conseqüente da força, mas nunca um seu constituinte. (Deleuze, 1986: 78).

O poder, então, é uma ação que visa outra ação, a força que não tem como objetivo senão outra força. Daí a necessidade, ressaltada acima, de se conceber um campo de possibilidades, de ações possíveis, pois o que caracteriza o poder não é a dominação total de um indivíduo sobre o outro, nem tampouco a violência, pois esta não se dispõe

necessariamente a causar outra ação, mas pode servir, contudo, de um eventual instrumento numa relação de poder específica.

Sintetizando os pontos acima, o poder é tanto “ação sobre ação” quanto “força sobre força”. Mas há, todavia, uma diferença, pois, ao contrário da ação, a força está sempre em relação à outra força. Logo, força já é relação.

Tanto a ação quanto a força não atuam somente de forma repressiva. A força pode afetar outra força também a incitando, desenvolvendo-a e estimulando-a. Foucault afirma com insistência a necessidade de desvincular a analítica do poder do princípio da lei. O poder não estabelece somente o que é permitido e proibido, numa dimensão prioritariamente repressiva. O poder pode ser também produzir, ele “incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles são suscetíveis de agir” (Foucault, 1985: 243).

7.2 O princípio de inteligibilidade do poder

Em uma de suas aulas no Collège de France, no dia 14 de janeiro de 1976, no curso “Em defesa da sociedade”, Foucault estabelece dois pontos, dois “limites” em relação ao exercício do poder. Um desses pontos se refere às “regras de direito que delimitam formalmente o poder” e, o outro ponto, aos “efeitos de verdade que esse poder produz” (Foucault, 1976 a: 28). A partir desse triângulo poder-direito-verdade, Foucault analisará uma abordagem tradicional do poder, que se daria em torno dos limites do direito de se exercer poder. Ou seja, sob qual verdade se instituem legalmente os limites de direito e dever. Essa abordagem tradicional estaria relacionada aos discursos sobre a questão da soberania, sobre os direitos legítimos do monarca. Foucault, então, propõe uma inversão de análise: utilizando-se de quais aparatos formais o poder produz efeitos de verdade? O que ele tenta fazer é uma análise do poder que não estaria ao lado do soberano e da legitimidade, mas uma análise que se daria no nível do seu ponto de aplicação efetiva nos indivíduos, e dos efeitos de verdade que essas relações produziriam para se estabelecerem. A relação entre poder e verdade pode resumir-se na seguinte afirmação:

Quero dizer o seguinte: numa sociedade como a nossa – mas, afinal de contas, em qualquer sociedade – múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento

do discurso verdadeiro. Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele (Foucault, 1976 a: 28).

Certas tradições filosóficas e discursos históricos concebem o poder em sua relação direta com a lei e com as verdades que a legitimam. E, mais ainda, no Ocidente desde a Idade Média essa elaboração jurídica se fez a partir e em torno da figura do rei, do poder soberano. São leis que têm como princípio essa relação de soberania. O método tradicional de análise do poder seria, então, concebido a partir do direito, do sistema jurídico. Foi através dele que o exercício desse poder se legitimou. O autor mostra que o papel essencial da teoria do direito, desde a Idade Média, é o de fixar a legitimidade do poder. (...) Dizer que o problema da soberania é o problema central do direito nas sociedades ocidentais significa que o discurso e a técnica do direito tiveram essencialmente como função dissolver, no interior do poder, o fato da dominação, para fazer que aparecesse no lugar dessa dominação, que se queria reduzir ou mascarar, duas coisas: de um lado, os direitos legítimos da soberania, do outro, a obrigação legal da obediência (Foucault, 1976 a: 31).

Foucault introduz uma abordagem a partir da guerra: as forças, as lutas, as dominações. Se, para o filósofo, o princípio de inteligibilidade seria a guerra, é porque as relações de poder, em suas palavras, “tais como funcionam numa sociedade como a nossa, têm essencialmente como ponto de ancoragem uma relação de força estabelecida em um dado momento, historicamente precisável, na guerra e pela guerra” (Foucault, 1976 a: 23). Nesta relação de forças, o direito passa a ser visto como uma espécie de arma utilizada dentro do campo de forças.

Por um lado, o poder monárquico afirma-se através do direito e, por outro lado, esse mesmo direito servirá de questionamento a esse poder. Enfim, desde a monarquia o direito serviu como um modo de representação do poder, não como “ilusão ou tela, mas como modo de ação real” (Foucault, 1977 a: 247).

Se o direito é concebido como uma arma, isso implica dizer que, quando se fala em força, não se está referindo a um enfrentamento de ordem física, no que isso possa significar um combate violento dos corpos, mas a inteligência e até mesmo as emoções podem entrar na estratégia do combate. Trata-se de uma dimensão política, na qual os combates se dão através das palavras e atitudes: negociações, protestos, recusas, greves etc.

Diferentemente de Marx, Foucault não estabelece uma dicotomia entre verdade e ideologia. Se muitos discursos, para esconder o fato da dominação, se ocultam sob a “doce fumaça da retórica”, como diria Shakespeare, o importante para Foucault não é propriamente

a batalha entre os discursos falsos e o discurso verdadeiro, mas sim, os discursos que batalham entre si, produzindo cada um seus efeitos de verdade. Resumindo, se a política pode estar em oposição à guerra, ela não está em oposição às forças. Ou seja, não que a sociedade, a lei e o Estado sejam como que o armistício nessas guerras, ou a sanção definitiva das vitórias. A lei não é a pacificação, pois, sob a lei, a guerra continua a fazer estragos no interior de todos os mecanismos de poder, mesmo os mais regulares. A guerra é que é o motor das instituições e da ordem: a paz, na menor de suas engrenagens, faz surdamente a guerra (Foucault, 1976 a: 59).

A partir deste ponto de vista, Foucault inverte o aforismo do general prussiano Karl Von Clausewitz ao afirmar que, pelo contrário, a política é a continuação da guerra por outros meios. Foucault procura estabelecer um princípio fundamental entre os dois elementos: a guerra é a matriz de inteligibilidade da política.

A idéia de um poder que toma como objeto a vida pode, às vezes, parecer estranha à guerra que tudo destrói. No entanto, Michel Hardt e Antonio Negri mostram que mesmo a guerra propriamente dita (e na contemporaneidade mais do que nunca) não tem como objetivo único ou principal a destruição, mas sim, uma dominação e uma transformação da sociedade. Hardt e Negri chegam a afirmar que a guerra no mundo contemporâneo se transformou em “uma forma de governo destinada não apenas a controlar a população, mas a produzir e a reproduzir todos os aspectos da vida social” (Hardt & Negri, 2005: 34). Ou seja, a guerra se transformou, segundo esses autores, em um regime de biopoder. Biopoder é o nome dado por Foucault ao tipo de poder que o mundo moderno desenvolveu e que tentaremos, ao longo do trabalho, traçar seu nascimento e desenvolvimento na contemporaneidade.

7.3 A resistência e a genealogia: um cenário de luta

Outro ponto fundamental na analítica do poder é a resistência. A resistência não deve ser entendida somente como uma ação deliberada contra o poder: a delinquência é uma resistência, assim como a loucura, assim como a simples dificuldade de um indivíduo ou de um grupo de realizar um feito. A resistência se refere aos pontos em que deverão ser desenvolvidos mecanismos que garantam a eficácia do poder. Em uma situação hipotética, onde não se encontraria resistência, a análise do poder se torna impossível, pois nessa situação não há nenhuma estratégia adotada. Quanto maior a resistência, maior é o conjunto de forças que se deverá empregar. Ela é justamente o que faz as relações de poder se estabelecerem através das estratégias de luta, ao contrário da obediência legítima, do acordo e do direito, que

figuram o discurso da soberania e a abordagem tradicional do poder. Nas palavras de Foucault:

Usar essa resistência como um catalizador químico, de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias (Foucault, 1982: 234).

Assim sendo, conclui Foucault, devemos partir do campo das resistências para fazer uma cartografia dos mecanismos de poder. Esse cenário de luta também corresponde ao método que Foucault chamou de genealogia. Para explicarmos essa questão, retornemos ao curso “Em defesa da sociedade”, de 1976. No início de uma das aulas, Foucault se refere aos estudos realizados nos últimos anos, como, por exemplo, “O Anti-Édipo”, de Deleuze e Guattari. Eles se referem a um processo que Foucault denominou “insurreição dos saberes sujeitados”. Acontecimentos como o Maio de 68, o surgimento da Anti-Psiquiatria, bem como o Grupo de Informações das Prisões (GIP), cujo manifesto é assinado, entre outros, pelo próprio Foucault, trouxeram à tona uma multiplicidade de discursos de estudantes, professores, médicos, pacientes, advogados e presos, que não remetem, todavia, à unanimidade de opinião. O GIP tinha como objetivo principal reunir informações sobre os presos e pessoas de alguma forma ligadas à prisão. Ao invés de se deter nos relatórios oficiais, o grupo pretendia construir um edifício de saber com base nas palavras dos próprios detentos, nas palavras “das pessoas”. Um dos trechos do manifesto afirma:

Propomo-nos a fazer saber o que é a prisão: quem entra nela, como e por que se vai parar nela, o que se passa ali, o que é a vida dos prisioneiros e, igualmente, a do pessoal da vigilância, o que são os prédios, a alimentação, a higiene; como funciona o regulamento interno, o controle médico, os ateliês; como se sai dela e o que é, em nossa sociedade, ser um daqueles que saiu (Foucault, 1971: 02).

Por que esses discursos foram “sujeitados”? Porque foram desqualificados, classificados como “ingênuos” e, ao longo da história, foram filtrados e inibidos pelos saberes totalizadores e globalizantes. É importante notar que, em francês, *sujet* significa tanto “súdito” quanto “sujeito”. Se, em português, este último é usado para fins considerados apropriados, por outro lado a palavra também irá corresponder necessariamente à sujeição: estar sujeito a algo. Aqui se pode observar a relação entre o poder e seus efeitos de verdade:

Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder (Foucault, 1976 a: 29).

A elaboração do sistema jurídico ocidental, dirá Foucault, se constituiu em torno da legitimação dos direitos da soberania, ou seja, da “evicção do fato da dominação e de suas conseqüências” (Foucault, 1976 a: 31). A proposta do filósofo não é a de questionar essa legitimidade, mas de trazer à tona uma multiplicidade de saberes sujeitados ao longo da história. Trata-se de um projeto genealógico, um empreendimento histórico, com o intuito de “libertar” os saberes sujeitados, ou seja, de colocar essas singularidades em posição de igualdade de luta contra os discursos totalizantes. Esses fragmentos genealógicos não se pretendem a uma cientificidade – como uma oposição à ideologia do poder - e nem dizem respeito a um empirismo ou positivismo. O confronto se estabelece não propriamente contra o conteúdo das ciências, mas em contraponto ao efeito centralizador de um discurso científico organizado. Para Foucault, essa análise corresponde às lutas contemporâneas contra as formas de sujeição. São lutas que questionam a objetivação dos modos de vida, as identidades coercitivas e o estatuto dos saberes.

7. 4 As Origens do Pensamento Foucaultiano no Campo de Teoria das Organizações

Até meados da década de oitenta, as idéias de Michel Foucault não encontravam muitos entusiastas no campo. Burrell (1996) relata que no início dessa década, ele e um grupo de pesquisadores da Universidade de Lancaster tomaram contato com a obra de um “certo filósofo francês” chamado Michel Foucault por meio da leitura do livro *Vigiar e Punir*.

Após conhecer a obra do pensador, Burrell (1996, p. 454) afirmou: “minha reação pessoal ao ler aquele texto foi um importante deslocamento de Gestalt, no qual os padrões de mundo passaram a ser vistos por lentes novas e aperfeiçoadas”. Ele conta que descobriu uma nova perspectiva que, a seu ver, poderia ser extremamente útil para a compreensão das organizações ao trazer novas luzes para o processo de organizar e para o tema do poder em teoria das organizações. Entusiasmado que estava com as descobertas sobre o novo autor, ele e outros pesquisadores escreveram um texto sobre as possíveis contribuições do pensamento de Michel Foucault para a teoria das organizações e o submeteu, em 1984, para publicação na *Administrative Science Quarterly*. Após um longo período de revisão, os avaliadores rejeitaram o artigo questionando a relevância de um “filósofo francês ‘desconhecido’ e perguntaram o que uma audiência americana poderia apreender com esse tipo de pensamento” (Burrell, 1996, p. 454). Porém, como apontamos na introdução, atualmente as idéias de Michel Foucault são amplamente utilizadas pelos teóricos organizacionais. Até mesmo o

periódico que rejeitou a relevância da perspectiva do pensador para a teoria das organizações publica artigos foucaultianos (Barker, 1993; Sewell, 1998). Como tal alteração aconteceu?

Na busca pelas origens da utilização das idéias de Michel Foucault e analisando o desenvolvimento das diferentes perspectivas em nossa área de estudo, é possível constatar que tal introdução foi viável graças à “quebra” do domínio absoluto da perspectiva funcionalista sobre o campo, o que possibilitou o desenvolvimento de vertentes teóricas críticas.

Até o final da década de 60, a teoria das organizações vivia uma fase de desenvolvimento controlado dentro de um acordo tácito a respeito de métodos, metodologias, perspectivas de análise e base epistemológica (Burrell, 1996). Durante esse período, havia um predomínio absoluto e incontestável da teoria organizacional funcionalista (Burrell e Morgan, 1979).

Todavia, essa época de “ciência normal” foi abalada pela publicação de algumas obras (Weick, 1969; Silverman, 1971; Braverman, 1971 e Burrell & Morgan, 1979) que trouxeram olhares diferentes do funcionalismo para a análise do objeto organização e tiveram o poder de abrir a caixa de Pandora na teoria das organizações, gerando uma pluralidade de alternativas à visão dominante que se ampliaram ao longo do tempo (Clegg e Hardy, 1996).

No início da década de 80, autores como Baudrillard, Lyotard e Derrida, tidos como pós-modernos, passaram a ser cada vez mais utilizados nas ciências humanas (Bauman, 1988a, 1988b; Featherstone, 1988), gerando um grande debate entre os defensores da perspectiva modernista e da pós-modernista que persiste até recentemente (Sokal e Bricmot, 1999). Os debates, que ocorriam nas ciências sociais, passaram, no final dos anos 80, a afetar a forma de produzir conhecimento em teoria das organizações (Cooper & Burrell, 1988; Calás & Smircich, 1999), pois com o rompimento do domínio absoluto da perspectiva funcionalista a área estava aberta às visões alternativas a dominante.

Foi no contexto da efervescência do debate entre modernistas e pós-modernistas nas ciências sociais que Gibson Burrell (1988) publicou artigo que tratava das novas possibilidades que uma abordagem foucaultiana poderia abrir para a teoria das organizações. Por meio do debate citado, as obras de Michel Foucault começaram a ser utilizadas de forma mais marcante na teoria das organizações, pois as idéias de Foucault são consideradas como pós-modernas pelos pesquisadores organizacionais (Burrell, 1988; Burrell, 1996; Calas e Smircich, 1999; Knights, 2002).

Outro fato que contribuiu para difundir o uso das obras de Foucault para o estudo das organizações foi o emprego de sua “epistemologia” para renovar o debate na Labor Process Theory (LPT). O LPT fora marcado por uma grande ênfase em explicações marxistas

para a análise do processo de trabalho e do controle das organizações sobre seus funcionários. O seu foco era as relações objetivas de trabalho e de classe social. Além do próprio Marx, a obra de Braverman (1974) serviu durante muito tempo como base teórica fundamental para os teóricos do LPT.

Todavia, partindo dos escritos de Michel Foucault, Knights e Willmott (1989) analisaram o processo de subjugação no ambiente de trabalho e atacaram as abordagens marxistas por analisarem somente a exploração econômica e deixar de lado como as relações de poder constituem os sujeitos e suas subjetividades. O artigo em questão realizou uma ruptura na tradicional LPT e criou uma nova corrente: a chamada Manchester School of Foucauldian Labour Process Theory (Wray-Bliss, 2002). Essa nova perspectiva gerou uma série de artigos durante toda a década de 90 e, também, debates entre esses estudiosos, principalmente devido aos ataques mútuos entre os teóricos de base Marxista e Foucaultiana (Parker, 1999; Wray-Bliss, 2002).

Atualmente, a Critical Management Studies (CMS) (Alvesson e Willmott, 1996, 1997; Fournier e Grey, 1999; Organization, 2002), corrente teórica que procura submeter à administração e as organizações ao crivo crítico tem sido de fundamental importância para a propagação de perspectivas críticas em estudos organizacionais, pois este movimento acaba por cumprir uma função política de legitimar essas perspectivas no campo de teoria das organizações. A CMS inclui teorias modernistas de base marxista, teorias pós-estruturalistas e teorias feministas. Ela está desempenhando um papel fundamental na legitimação e defesa da abordagem foucaultiana para os estudos organizacionais, pois é uma abordagem crítica muito utilizada nos dias de hoje (Fournier & Grey, 2000).

Desta forma, o desenvolvimento da “análise organizacional pós-moderna” e os desdobramentos nas discussões no Labor Process Theory fizeram com que as idéias e pensamento do “filósofo francês desconhecido” passem a ser aceitas e largamente utilizadas por teóricos organizacionais. O movimento da CMS desempenhou papel importante na continuidade da utilização das idéias de Michel Foucault em análise organizacional. Porém, como Michel Foucault tratou da questão do poder em suas obras?

7.5 Etapas da Obra Foucaultiana

As obras de Foucault distribuem-se ao longo de três “etapas”: Arqueologia, Genealogia e Ética. Não há entre elas rompimentos bruscos, mas sim deslocamentos de ênfases metodológicas (Fonseca, 2001). Na Arqueologia, as obras do pensador tratam das

práticas discursivas de certos “domínios do saber”. O método arqueológico não leva em conta a verdade ou falsidade dos enunciados propostos por cada um dos domínios que analisa, ou seja, não interessou a Foucault esclarecer ou discutir a veracidade ou a falsidade dos ensinamentos da medicina, psiquiatria ou das ciências humanas, mas sim tratar do que foi dito por estas “ciências” como “discursos-objeto”, buscando clarificar quais são as regras que regem os discursos científicos (Rabinow e Dreyfus, 1995; Fonseca, 2001).

Após as discussões da Arqueologia, o pensador realizou o primeiro deslocamento de ênfase metodológica das suas obras. Partindo e apoiado pela Genealogia de Nietzsche, passou a investigar e tematizar as relações entre verdade, teoria, valores e instituições, bem como as práticas sociais nas quais tais relações emergiam. A nova abordagem fez com que ele prestasse atenção e passasse a tematizar as questões relacionadas ao poder (Rabinow Dreyfus, 1995). Nesta “etapa”, também apresentou e discutiu a biopolítica. A discussão da biopolítica finalizou com a discussão sobre a governamentalidade. A partir da governamentalidade, Foucault realizou o segundo deslocamento de ênfase metodológica (Ortega, 1999; Fonseca, 2001) em suas obras que ocasionou na terceira delas conhecida como Ética. Neste período, passou a tratar das diferentes formas de constituição do sujeito por meio de procedimentos de uma Ética apoiada na reflexão sobre si, sem que neste processo haja a presença prescritiva de códigos, interditos e mecanismos disciplinares (Fonseca, 1995). Passaremos a detalhar a analítica do poder desenvolvida pelo pensador que está localizada na etapa genealógica das suas obras.

7.6 A Analítica do Poder

Podemos dizer que Foucault possui uma teoria do poder? Não, o termo “teoria” não é o mais adequado para compreender o que foi desenvolvido pelo pensador em suas discussões sobre o assunto. Michel Foucault (1995) considera que a questão do poder não é apenas uma questão teórica, mas que faz parte de nossa experiência e faz mais sentido quando analisada dentro de racionalidades específicas. Para o pensador, “não existe algo unitário chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social” (Machado, 1979, p. X).

Assim, para caracterizarmos o trabalho desenvolvido pelo pensador sobre o assunto, o mais correto é falarmos em uma analítica do poder, pois o que está em jogo é “determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em

campos e com extensões tão variadas” (Foucault, 1999a). Na sua analítica do poder, Michel Foucault analisa três mecanismos de poder: os suplícios, as disciplinas e a biopolítica. Na realidade, as análises das disciplinas e da biopolítica surgem em oposição ao mecanismo dos suplícios.

O regime dos suplícios ocorreu durante as monarquias pré-capitalistas quando as punições dos que atentavam contra a ordem social ocorriam por meio de rituais sanguinários de tortura, humilhação e massacre público, rituais esses que expressam que o erro, o crime e a punição se intercomunicavam e se ligavam sob a forma de uma atrocidade pública cometida contra os contraventores. A idéia era fazer do criminoso um exemplo para que as pessoas evitassem transgredir as regras. Tais rituais representavam a mecânica do poder de punir das monarquias para o qual a desobediência era um ato de hostilidade e, que na falta de uma vigilância ininterrupta, procurava a renovação de seu efeito no brilho e na força de suas manifestações singulares renovando e ostentando ritualmente a sua realidade de super poder (Foucault, 1987).

Todavia, no final do século XVIII e início do século XIX, o ritual das punições começou a se extinguir por dois motivos. O primeiro deles era que a nova ordem capitalista que se instaurava não precisava somente punir os crimes, mas evitar ao máximo que eles fossem cometidos ao mesmo tempo em que necessitava de uma população com vigor e presa ao aparato de produção. O outro motivo foi que cresceu a consciência dentro das sociedades de que os espetáculos dos suplícios eram desumanos e imorais (Foucault, 1987; 1999b).

Desta forma, a questão presente nos suplícios de fazer com que o Estado se vingasse dos criminosos passou, com o capitalismo, a ser de evitar que os crimes fossem cometidos e de majorar a capacidade das pessoas e da população para produzirem mais, pois esta seria uma forma mais eficiente e econômica de controlar a sociedade e maximizar sua força. Procurava-se agir sobre a vida, por meio de um bio-poder, com o intuito de geri-la e majorá-la, exercendo sobre ela controles precisos e regulações de conjunto - “Pode-se dizer que o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida ou devolver à morte” (Foucault, 1988 p. 130). Assim, o regime dos suplícios foi paulatinamente sendo substituído por um regime de bio-poder, que apresenta dois mecanismos fundamentais: as disciplinas e a biopolítica. Vale frisar que Michel Foucault não considera que estas alterações ocorreram de forma orquestrada e guiada por mentes malignas e dominadoras, mas que elas aconteceram por si só; tampouco parte do pressuposto de que as relações econômicas determinam as relações sociais.

O mecanismo de poder disciplinar funciona sobre os indivíduos no interior de um espaço fechado atravessado por procedimentos de vigilância ao passo que a biopolítica age sobre um conjunto de processos “populacionais”, exercendo sobre eles efeitos de conjunto e regulação (Foucault, 1999b). Na realidade, as disciplinas atuam sobre o corpo individual e a biopolítica atua sobre o “corpo” coletivo, a população (Foucault, 1999b).

Mais especificamente, as disciplinas dizem respeito ao adestramento dos indivíduos, tornando-os dóceis e submissos. Elas impõem um modelo, uma norma previamente estabelecida, padronizando os indivíduos e seus comportamentos. Assim, ela normaliza indivíduos, a partir de um normal definido a priori. Para tanto, elas funcionam dentro de um espaço fechado, analisa, decompõe os indivíduos, os lugares e o tempo, classifica os termos decompostos, estabelece seqüências, ordenações, entre eles, fixa procedimentos de adestramento e de controle e, a partir daí, estabelece uma separação entre o normal e o anormal, o padronizado e o não padronizado, o disciplinado e o não disciplinado, agindo sempre sobre o não disciplinado para torná-lo normalizado (Fonseca, 1995). Para se concretizar, a vigilância deve ser exaustiva, ilimitada, permanente e indiscreta. Porém, ela não deve ser visível como no regime dos suplícios, mas deve ser sim extremamente subliminar. O modelo arquitetural ideal em que as disciplinas operam da maneira mais eficiente possível é do já amplamente difundido Panóptico (Foucault, 1987). Desta forma, o campo das disciplinas diz respeito à série “corpo – organismo – disciplina – instituições” (Fonseca, 2001).

Conforme citamos, a biopolítica, por sua vez, não age sobre cada indivíduo especificamente, mas sobre o conjunto das pessoas. O campo da biopolítica é determinado pela série “mecanismos de segurança – população – governo” (Fonseca, 2001). Ela age sobre um conjunto de processos populacionais, tais como: a proporção dos nascimentos e dos óbitos, as taxas de reprodução, de natalidade, a fecundidade de uma população, a velhice, etc. (Foucault, 1999b). Assim, a biopolítica é uma forma de poder que intervêm, sobretudo, para aumentar a vida, controlando seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências globais.

A biopolítica também realiza uma normalização que se dá por meio de mecanismos de regulação, ou mecanismos de segurança, que atuam sobre os processos da vida de um dado conjunto populacional. O que ela procura fazer é agir sobre um grupo de pessoas, não para impor uma norma pré-determinada, como no caso das disciplinas, mas para combater certas normalidades vistas como mais desviantes em relação ao que se poderia definir como uma “curva normal geral”. Os mecanismos de segurança procuram conduzir as curvas desfavoráveis de uma dada variável populacional a estados mais favoráveis.

Assim, nesses mecanismos, o comportamento considerado normal é extraído da população analisada. Desta forma, primeiro são estudadas as diferentes curvas de normalidade e somente depois se fixa a norma. Esta norma é sempre específica para um grupo determinado (uma dada população) em relação a uma situação determinada (por exemplo, uma doença) (Fonseca, 2001). Os mecanismos de segurança possuem características específicas: lidam com uma série de eventos possíveis e prováveis, avaliam por meio de cálculo de custos comparativos e não prescrevem uma demarcação binária entre permitido e proibido, normal e anormal, mas agem por meio da especificação de uma média ótima com uma variação tolerável (Gordon, 1991). Para majorar os elementos positivos e minimizar os negativos, tanto atuais quanto futuros, os mecanismos de segurança trabalham com previsibilidades, riscos e probabilidades de ocorrências.

Nos mecanismos de segurança está em jogo a gestão de séries abertas de elementos que se deslocam de forma indefinida (bens, pessoas, doenças), a partir de probabilidades e estatísticas (Fonseca, 2001). Os procedimentos da biopolítica não implicam uma exclusão ou uma disciplina, mas são caracterizados por uma forma de atuação de “governo”, no sentido da “condução de condutas” tendo por foco central atuar sobre os processos inerentes à vida. É neste ponto que Michel Foucault entra no último tema de sua analítica do poder: a governamentalidade ou “artes de governar” (Fonseca, 2001).

A governamentalidade concerne à natureza da prática de governar e ao como se governa. Ela se caracteriza por uma prática de soberania política que busca governar as pessoas em conjunto ao mesmo tempo em que se preocupa com cada indivíduo, ou seja, uma gestão que procura ser, concomitantemente, totalizante e individualizante e que atua dentro de uma lógica governamental específica. Em seus cursos no Collège de France entre 1979 e 1981, Michel Foucault realizou a análise de alguns tipos de governamentalidade: a pastoral cristã, a Razão de Estado, o Liberalismo e o Neoliberalismo alemão e americano (Gordon, 1991). As diferentes governamentalidades possuem em comum o fato de, ao mesmo tempo em que induzem uma gestão dentro de uma lógica específica para cada época, fornecerem a possibilidade da “salvação” para indivíduos, por meio da apresentação de uma verdade que quer ser aceita, que quer se impor. As “artes de governar” se aplicam à vida cotidiana das pessoas caracterizando-as, marcando suas identidades (Foucault, 1995).

Com a sua discussão sobre os mecanismos de segurança e as “artes de governar”, Michel Foucault ampliou as suas análise das disciplinas e agregou à sua a analítica do poder outros domínios (os processos da vida em uma dada população), outras práticas (práticas de gestão das condutas dos homens) e outras instâncias (o Estado e seus aparelhos

administrativos) em relação às que foram realizadas na análise das disciplinas (Fonseca, 2001).

A relação entre poder/saber perpassa toda a analítica do poder foucaultiana. A idéia geral é que todo ponto em que se exerce poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saberes.

O hospital pode mostrar isso, já que não é apenas uma máquina de cura, mas é também um instrumento de produção, acúmulo e transmissão de saber sobre os seres-humanos e a sua saúde, da mesma forma que a escola está na origem da pedagogia e o hospício da psiquiatria (Machado, 1979). A biopolítica também se exerce gerando saberes sobre uma dada população. Além disso, quando os saberes são criados o que está sendo criado, concomitantemente, é um tipo específico de regime de verdade. Assim, a verdade não existe fora das relações do poder. Elas servem também para sustentar as relações de poder (Foucault, 1979).

Outro aspecto que perpassa a analítica do poder é a idéia de que o sujeito se constitui historicamente, a partir das relações de poder. Por exemplo, os mecanismos das disciplinas produzem cada indivíduo, elaboram sua história e a arquivam, distribuem-nos no espaço de forma particularizada, elaboram suas atividades, controlam e relacionam seu tempo e os combinam com outros indivíduos. Nas disciplinas, todo indivíduo é singularizado, tendo o status de ser possuidor de uma identidade que trás a marca da utilidade e da docilidade (Fonseca, 1995). Assim, as escolas produzem os estudantes, as fábricas os trabalhadores, as prisões os delinquentes, os manicômios a loucura. Ao tentar impor uma verdade aos indivíduos, as “artes de governar” também criam sujeitos presos a relações de poder.

Vale frisar que as discussões sobre a questão da resistência são tratadas por Foucault em dois momentos de sua analítica do poder. Primeiro, quando tratava das disciplinas, tinha como pressuposto a idéia de que a resistência é o outro termo das relações de poder, ou seja, onde havia poder, havia resistência (Foucault, 1987). Nas suas discussões sobre a biopolítica, com a ampliação de suas análises sobre o tema poder quando passou a analisar o seu exercício como “condução de condutas”, Michel Foucault discutiu a possibilidade das pessoas exercerem uma “atitude crítica” que significa a recusa de ser governado (Fonseca, 2001).

Por fim, vale destacar que Foucault (1999b) argumenta que há a possibilidade de haver uma articulação entre as disciplinas e a biopolítica ocorre na norma, pois ela pode ser aplicada tanto a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regular. A sociedade de normalização, adverte Foucault (1999b), não é somente uma sociedade em

que imperam as instituições e o modelo disciplinar. Ela é uma sociedade em que se cruzam a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder tomou posse da vida no século XIX até os dias de hoje é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que engloba tanto a mecânica do corpo quanto a mecânica da população (Foucault, 1999b).

7.7 O poder disciplinar, seus dispositivos e técnicas de normalização dos corpos vivos

Por meio de suas investigações arqueológicas, Foucault (1999a) revela duas grandes descontinuidades na epistémê da cultura ocidental: uma primeira, que inaugura a Idade Clássica, por volta de meados do século XVII, e uma segunda que, em fins do mesmo século, início do seguinte, marca o limiar da modernidade. Na primeira, Foucault (1999a) identifica a elaboração de uma nova forma de poder, o poder disciplinar, cujo alvo é o sujeito-corpo. Na segunda, essa forma de poder ganha extensão na forma da biopolítica, cujo foco passa a ser o homem enquanto população, o sujeito-espécie.

Para o autor, o fundamental para a epistémê clássica, longe de ser o sucesso ou o fracasso do mecanicismo, o direito ou a impossibilidade de se matematizar a natureza, é sua estrita relação com a máthesis. Relação, a qual apresenta dois caracteres essenciais. O primeiro, é que as relações entre os seres são pensadas sob a forma de ordem e de medida e; o segundo, a concepção de se poder reduzir os problemas de medida aos de ordem. Nesse sentido, o projeto leibniziano de uma matemática das ordens qualitativas se estabelece no centro do pensamento clássico, sendo tão essencial para esse período quanto foi a relação com a Interpretação, para o Renascimento (FOUCAULT, 2001, 1999a).

Segundo Foucault (2001), não obstante a Idade Clássica ser louvada pelo surgimento de uma massa considerável de técnicas científicas e industriais, por ter inventado novas formas de governo, aparelhos administrativos e instituições políticas; ela também inventou técnicas de poder tais que o poder não age mais por arrecadação, como no feudalismo ou nas sociedades de castas, mas por produção e sua maximização. Um poder que não age por exclusão, mas por inclusão densa e analítica de elementos. Um poder que não age pela separação em grandes massas confusas, mas por distribuição de acordo com individualidades diferenciais. Um poder que não se apresenta ligado ao desconhecimento, mas, ao contrário, a toda uma série de mecanismos que assegura a formação, investimento, acumulação e ampliação do saber.

Tem-se com a Idade Clássica uma nova arte de governar, precisamente no sentido em que se entendia, àquela época, como o governo das crianças, dos loucos, dos pobres e,

logo depois, dos operários. Um governo que pode ser compreendido como a maneira correta de dispor cada uma das coisas a se governar, para conduzi-las a um objetivo definido (FOUCAULT, 2001).

Para Foucault (2001), no senso lato é preciso compreender essa nova noção de governo, no contexto do século XVIII, que inventou uma teoria jurídico-política do poder centrada na noção de vontade, sua alienação e transferência para um aparelho governamental, com seus prolongamentos e apoios em diversas instituições, aperfeiçoou uma técnica geral de exercício do poder, a qual comporta um dispositivo típico: a organização disciplinar, cujo fim é a normalização.

Ainda segundo Foucault (2001), em *O Normal e o Patológico*, Ganguilhem (2006) já apresenta uma série de idéias teórica e metodologicamente fecundas acerca da noção de normalidade. De um lado, faz referência a um processo geral de normalização social, política e técnica, que se desenvolve no século XVIII e que manifesta seus efeitos no domínio da educação, com suas escolas normais; da medicina, com a organização hospitalar e da produção, em nível das primeiras unidades fabris.

Conceito polêmico destaca Ganguilhem (2006), a norma não se define como uma lei natural, mas pelo papel de exigência e de coerção que ela é capaz de exercer em relação aos domínios a que se aplica. Por conseguinte, é portadora de uma pretensão ao poder, sendo um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado.

Ao mesmo tempo, destaca Foucault (2001), a norma traz consigo um princípio de qualificação e de correção. Desse modo, não tem a função de excluir e rejeitar. Ao contrário, associa-se a uma técnica positiva de intervenção e transformação, a uma espécie de poder normativo. Constata-se, assim, o deslocamento de uma tecnologia do poder que expulsa, exclui, bane, marginaliza, reprime, a um poder que apresenta uma positividade, no sentido que fabrica, observa, sabe e se multiplica, a partir de seus próprios efeitos. Uma concepção de poder, simultaneamente, positiva, técnica e política.

A idéia de que o poder tem por função essencial proibir, impedir, isolar, ao invés de permitir a circulação, as alternâncias, as múltiplas combinações de elementos, parece-lhe uma concepção que se refere a modelos historicamente superados, que não se referem ao funcionamento real do poder na era clássica.

Para o autor, o século XVIII instaura mediante o sistema de disciplina para a normalização, mediante o sistema de disciplina-normalização, um poder que, na verdade, não é repressivo, mas produtivo - a repressão só figura a título de efeito colateral e secundário, em relação a mecanismos que, por sua vez, são centrais e relativamente a esse poder, mecanismos

que fabricam, criam, produzem. Além disso, trata-se de um poder que não é de superestrutura, mas que se apresenta integrado no jogo, na distribuição, na dinâmica, na estratégia, na eficácia das forças; portanto um poder investido diretamente na repartição e no jogo dessas forças. Ademais, institui-se um poder que não é conservador, mas inventivo, um poder que detém em si os princípios de transformação e de inovação (FOUCAULT, 1991).

Ainda segundo o autor, o poder não se dá, nem se troca, nem se reforma, mas se exerce, existindo somente em ato. Para ele, em uma sociedade como a nossa - mas, igualmente, em qualquer sociedade - múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social, não se estabelecendo, no entanto, sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento de um discurso de verdade. Assim, outra característica do poder em Foucault, é que o mesmo não é exercido sem certa economia dos discursos de verdade, que operam nesse poder, a partir e por meio dele: “somos submetidos pelo poder à produção de verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade” (FOUCAULT, 1999b: 28).

Vale salientar que para Foucault (1997), as práticas discursivas não são pura e simplesmente modos de fabricação de discursos. Elas, ao contrário, ganham corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de comportamento, em tipos de transmissão e de difusão, em formas pedagógicas, políticas e práticas organizacionais que ao mesmo tempo as impõem e as mantêm. Desse modo, nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento, que é em si mesmo uma forma de poder, ligado, em sua existência e funcionamento, a outras formas de poder. Em outros termos, nenhum poder se exerce sem a extração, a apropriação, a distribuição ou a retenção de um saber, afinal “pertencemos a uma civilização inquisitória, que há séculos pratica, segundo formas cada vez mais complexas, porém todas derivadas do mesmo modelo, a extração, o deslocamento, o acúmulo do saber” (FOUCAULT, 1997: 22).

Contrariamente à teoria jurídico-política da soberania, que data da Idade Média e da reativação do direito romano, constituída em torno do problema da monarquia e do monarca, o poder em Foucault não é do soberano; é alheio, portanto à forma da soberania, é o poder disciplinar.

Nesse sentido, o discurso da disciplina é alheio ao da regra como efeito da vontade do soberano. Em outras palavras, as disciplinas vão fazer referência a um discurso que será o da regra, mas não o da regra jurídica derivada da soberania, mas da norma. Ela definirá um código que será não aquele da lei aprovada pelo soberano, mas o da

normalização. Ela se referirá, necessariamente, a um horizonte teórico que não o edifício do direito, mas o campo das ciências humanas, das relações humanas (FOUCAULT, 1999b).

Que na contemporaneidade o poder se exerça ao mesmo tempo por meio deste direito e das técnicas da disciplina, que esses discursos invadam o direito, que os procedimentos da normalização colonizam cada vez mais os procedimentos da lei, é isso, segundo Foucault (1999b), que pode explicar o funcionamento global do que denomina de sociedade da normalização. Sociedade, na qual a compreensão do poder, ao invés de centrada no soberano, deve ser extraída, histórica e empiricamente, das relações de poder, nos operadores de dominação. Teoria da dominação, das dominações, muito mais do que teoria da soberania:

[...] em vez de partir do sujeito (ou mesmo dos sujeitos) e desses elementos que seriam preliminares à relação e que poderíamos localizar, se trataria de partir da própria relação de poder, da relação de dominação, no que ela tem de factual, de efetivo, e de ver como é essa própria relação que determina os elementos sobre os quais ela incide. Portanto, não perguntar aos sujeitos como, por quê, em nome de que direito eles podem aceitar deixar-se sujeitar, mas mostrar como são as relações de sujeição efetivas que fabricam sujeitos (FOUCAULT, 1999b:51).

Em outros termos, ao invés de se perguntar a sujeitos ideais o que puderam ceder de si mesmos ou de seus poderes para deixar-se sujeitar, caberia investigar como as relações de sujeição podem produzir sujeitos. Afinal, como um sujeito foi estabelecido, em diferentes momentos e em diferentes contextos institucionais, como objeto de conhecimento possível, (in) desejável ou até mesmo (in) dispensável? Como a experiência e o saber que se pode fazer de si mesmo ou que formamos dos outros foram organizados por meio de alguns esquemas? Conforme ilustra Silveira (2005), a constituição do corpo como força de trabalho somente ocorre se ele está preso a um sistema de sujeição, o qual se dá por meio de uma tecnologia política do corpo, caracterizada por um saber para controlá-lo. Isso, já que um poder que tem a tarefa de encarregar-se da vida terá necessidade de mecanismos reguladores, contínuos e corretivos: muito mais do que eliminar, excluir de antemão, um poder desse tipo tem de medir, qualificar, avaliar, hierarquizar. O que ele acaba por fazer, então, é operar distribuições em torno da norma. A lei passa, nesse sentido, a funcionar cada vez mais como norma, acarretando na denominada sociedade normalizadora, disciplinar.

Entendendo-se, portanto, a disciplina como “uma tecnologia positiva de exercício do poder, um conjunto de táticas, um mecanismo estratégico a partir do qual se efetivam as relações de poder” (FONSECA, 2001: 152), para Foucault, o mecanismo disciplinar atravessa quatro fases ou movimentos, conforme seu ordenamento no espaço e no tempo. O primeiro

momento, e o mais importante de todos os fatores ativos do disciplinamento, refere-se à distribuição e organização dos indivíduos no espaço. Deste modo, durante o século XVIII, se instaura nas fábricas um tipo de distribuição espacial que integra os corpos, o aparato de produção e as diferentes formas de atividade, em função dos cargos, quer dizer, das funções.

Assim, a estrutura espacial - postos de trabalho, células de trabalho - veio a harmonizar distintos componentes, em conformidade com uma ampla variedade de modalidades produtivas. O segundo momento, refere-se ao controle e avaliação da atividade corporal em função de um emprego eficaz do tempo. Trata-se, neste caso, da introjeção, em cada corpo, de um tempo regulador, metucioso de todas as atividades e ações do cotidiano humano. O terceiro movimento trata do tempo das existências singulares. Neste caso, a técnica que se privilegia é o exercício, o qual supõe os seguintes passos: (1) há que se dividir a duração das atividades corporais em segmentos sucessivos ou paralelos; (2) combiná-los em níveis de complexidade crescentes; (3) fixá-los um término temporal, cujo final constitui a prova de haver alcançado um nível maior de aptidões; (4) ordenar séries de séries, pela via da divisão e subdivisão das atividades. Todo este trabalho configura uma pedagogia analítica cujos conteúdos permitem uma compreensão mais precisa das atividades corporais, e como efeito, maior precisão, em nível da disciplina. O exercício, montado sobre este saber acerca dos procedimentos que intervêm na duração da atividade corporal, pela via da repetição regulada, busca instaurar um modo de ser normalizado, porém de algum modo assumido por cada indivíduo submetido a seus mecanismos. O quarto movimento da tecnologia disciplinar se refere ao efeito sinérgico que se depreende da composição de forças de todo dispositivo normalizador. A disciplina, em efeito, pretende ordenar e articular as forças corporais individuais, cujo efeito é sempre superior à soma daquelas. Trata-se aqui da exigência disciplinar por constituir máquinas eficazes; em seu interior, cada corpo singular é um elemento “que se pode colocar, mover, articular com outros”, é uma peça de um aparelho complexo (ALBANO, 2005). Foucault (1987: 174), sintetiza o dispositivo disciplinar como o:

[...] espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde os menores acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos.

É sabido que este dispositivo, cujo funcionamento central consiste na reunião sincronizada de corpos, requer um sistema preciso de mando e direção, e sua eficácia repousará na presteza e clareza de suas ordens. Para Foucault (1987: 175) este princípio de

mando tem por fim “situar os corpos em um pequeno mundo de sinais, a cada um dos quais lhe corresponde uma resposta fixa, obrigada; e no marco de uma técnica de educação que exclui despoticamente o mais leve murmúrio”.

Para ele, o paradigma tecnológico desta composição de forças constitui a tática. Nela, operam como uma arte de construir “com os corpos localizados, as atividades codificadas e as atitudes formadas, aparelhos de onde o produto das forças diversas se encontra aumentando por sua combinação calculada” (FOUCAULT, 1987: 179). Nesse contexto, o papel das disciplinas é dominar o corpo, tornando-o dócil e produtivo, ao mesmo tempo em que diminui sua utilidade política, tornando-o obediente.

Como seria possível assegurar o exercício das disciplinas? Para Foucault (1987), o sucesso do poder disciplinar é garantido pelo uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e a sua combinação em um procedimento específico: o exame. As instituições disciplinares, assim, produzem aparelhos de controle que funcionam como observatórios dos diversos comportamentos, nos quais o próprio sistema de classificação dos indivíduos vale como punição ou recompensa.

A essência da punição, no seio dos aparelhos disciplinares, é a normalização dos seus integrantes, ou seja, fazer com que todos funcionem de acordo com as regras estabelecidas e que os desviantes sejam punidos no momento em que praticam seus atos e, os normalizados, recompensados. Sua essência é a de adequar as pessoas a uma norma preestabelecida. A disciplina tem, portanto, como dicotomia básica a díade normalizado–não-normalizado. Desse modo, as disciplinas diferenciam os indivíduos em função de uma norma estabelecida, distinguindo os normais dos anormais e a correção dos segundos. Em uma palavra, o anormal é, no fundo, a antiga figura do monstro, na Idade Média, mas, agora, um monstro cotidiano, um mostro banalizado. É o que poder-se-ia chamar do indivíduo a ser corrigido. O indivíduo a ser corrigido tem, assim, outra diferença em relação ao mostro medieval: sua taxa de frequência é, evidentemente, muito mais elevada. O monstro é, por definição, uma exceção; o indivíduo a ser corrigido é um fenômeno corrente. O que o define é que ele é incorrigível.

Para situar essa espécie de arqueologia da anomalia, em que o anormal do nosso tempo é um descendente do monstro, Foucault salienta a atenção dada pelas instituições de correção do século XVIII ao problema do incorrigível. De sorte que o mostro e o incorrigível são personagens que começam a intercambiar alguns de seus traços e cujo perfil começa a se superpor. É, precisamente, neste ponto de aparecimento do que se poderia chamar de uma

genealogia da anomalia humana, uma genealogia dos indivíduos anormais, que se formará uma rede regular de saber e de poder, que reunirá, ou em todo caso, investirá, nessas figuras.

Na mesma época, cresce no exército, nas escolas, nas unidades fabris todo um disciplinamento do corpo, que é o disciplinamento do corpo útil. Aperfeiçoam-se novos procedimentos de vigilância, de controle, de distribuição no espaço, de anotação etc. Tem-se todo um investimento do corpo por mecânicas de poder que procuram torná-lo ao mesmo tempo, como já anteriormente mencionado, dócil e útil. Tem-se uma nova anatomia política do corpo.

Nesse movimento, no momento em que se desenvolve a sociedade capitalista, o corpo, que era até então um órgão de prazer, torna-se e deve se tornar um instrumento de desempenho, necessário exigências da produção. Donde uma cisão, uma censura no corpo, que é reprimido como órgão de prazer e, ao contrário, codificado, adestrado, como instrumento de produção, como instrumento de performance. O exame, nesse sentido, revela-se fundamental ao esquema, combinando técnicas da hierarquia, que vigia, e sanções, que normalizam, configurando-se como um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar, recompensar e punir, estabelecendo sobre os indivíduos uma visibilidade, por meio da qual eles são diferenciados entre os demais e sancionados de acordo, no mais das vezes, com seu aprendizado. O exame é, portanto, a técnica que objetiva o poder disciplinar, na medida em que possibilita, à disciplina, a captura de seus alvos. Ele propicia que as individualidades possam ser codificadas, anexadas em arquivos constituídos a partir das inúmeras informações registradas. O prontuário médico, os boletins escolares, os relatórios de avaliação de desempenho são alguns exemplos. A partir daí, constitui-se uma série de códigos da individualidade disciplinar que permitem transcrever e individualizar os traços dos indivíduos, assim como descrever o padrão e a norma de como todos devem agir.

Diante destes dispositivos abrem-se, segundo Foucault (1987), duas possibilidades inter-relacionadas: (1) a constituição do indivíduo como objeto descritível e analisável, que mantém seus traços singulares, suas aptidões e capacidades próprias, sob o controle de um saber permanente, e; (2) a constituição de um sistema de comparação, que possibilita a caracterização de indivíduos, a análise comparativa deles entre si e sua distribuição em uma população (SILVEIRA, 2005).

Significativo do exame é que ele transforma cada indivíduo em um caso que, concomitantemente, é um objeto para o conhecimento e alvo para o poder (FOUCAULT, 1987). Enquanto caso, o indivíduo pode ser descrito, mensurado, comparado a outros e a si

próprio, propiciando a noção de que deve ser treinado, classificado, normalizado ou excluído. Sua descrição transforma-se em um método de controle, de gestão.

Nesse sentido, o principal papel do exame, no contexto das disciplinas, é enunciar, é estabelecer a verdade dos indivíduos que analisa, com vistas a distribuí-los e organizá-los, segundo seus potenciais, aptidões e desempenho. A partir da verdade que o exame revela, os indivíduos são agraciados ou penalizados.

Para Foucault (1987), o exame está no centro dos processos que constituem as pessoas como efeito e objeto de poder, enquanto efeito e objeto de saber. Ele é a técnica que combina vigilância hierárquica e sanção normalizadora, ao realizar as grandes funções disciplinares de repartição e de classificação, de extração máxima das forças e dos tempos e de composição hierarquização e centralização: são essas, portanto, as quatro operações que se pode ver em andamento em uma análise um pouco mais detalhada do poder disciplinar. Finalmente, ao definir o exercício do poder como um modo de ação sobre outras ações, Foucault (1995) faz emergir outro ingrediente importante à noção de poder disciplinar, a liberdade. Para o autor, o poder somente pode ser exercido sobre sujeitos que podem ter opções, entendendo por isso “sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (FOUCAULT, 1995: 224). Para ele, portanto, não há relação de poder quando os homens estão acorrentados, na medida em que não poderiam escolher suas ações. No limite, só há relação de poder quando o homem pode escapar.

CAPÍTULO VIII

“Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência”.
Karl Marx

ESTUDO DE CASO NA EMPRESA “SUCESSO”

Nesta parte da dissertação, iremos problematizar as características da produção acadêmica em teoria das organizações que possui como fundamento as idéias de Michel Foucault.

Em primeiro lugar, como dissemos, a disseminação das idéias do pensador em teoria das organizações ocorreu mediante a abertura do campo para a perspectiva pós-moderna e a vasta maioria dos teóricos organizacionais classifica o tipo de trabalho fundamentado nas suas idéias como trabalhos pós-modernos (Burrell, 1988, Calas & Smircich, 1999; Cooper e Burrell, 1988). Porém, seria coerente com os trabalhos de Michel Foucault classificá-los como tal? Rabinow (1999), um dos mais respeitados estudiosos de Michel Foucault, avalia que suas obras opõem-se ao que chama de anti-pensadores: os pós-iluministas e os pós-modernos.

Quando classificamos as obras de Michel Foucault como pós-modernas, circunscrevemos seu pensamento a um campo limitado e disciplinado do saber. Com isso, além de criarmos um saber disciplinado sobre o que fez, geramos um discurso de verdade sobre sua obra que induz a uma maneira correta e verdadeira de compreendê-la e, assim, analisar suas contribuições.

O que mais parece temerário em classificá-lo como tal é o fato do pensador ter dedicado boa parte de suas obras à denúncia desses mecanismos classificatórios, discutindo como eles constituem disciplinas com interpretações “verdadeiras” sobre uma dada realidade e como a verdade é contingente a uma dada época e a um dado período. Burrell (1996) reconhece a limitação de classificar como pós-modernista as obras de um autor com idéias complexas e “posicionamentos teóricos imprecisos”. Portanto, a despeito do início da utilização das noções desenvolvidas por Foucault na análise das organizações ter ocorrido por meio da introdução de pensadores tidos como pós-modernos neste campo de estudo, classificá-lo como tal é simplificar seu legado e ir contra aspectos importantes de suas obras.

Ademais, há um problema específico com a categoria de classificação “pós-moderno”. Ela pode ser vista, somente para citar alguns exemplos, como um movimento artístico (Hassard, 1993), como novas perspectivas de estudo (Parker, 1992), como

características de um novo tipo de sociedade (Bauman, 1988a e Bauman, 1988b) e como um novo tipo de organização (Clegg, 1990), sem que haja coerência entre estas diferentes vertentes. Trata-se, na verdade, de uma categoria bastante ampla e carente de unidade.

Um segundo aspecto a se destacar é que, conforme apresentamos, a grande maioria dos textos em análise das organizações baseados nas obras de Michel Foucault apropriaram-se da noção de poder disciplinar para a realização dos trabalhos. Quando empregadas nos trabalhos, as demais noções, no mais das vezes, surgem a partir da análise das disciplinas em operação no contexto de organizações específicas.

Se recordarmos a analítica do poder apresentada anteriormente, perceberemos que o próprio Foucault reconheceu a importância das disciplinas nas dinâmicas de instituições. Todavia, com os desdobramentos de suas análises, o pensador ampliou a analítica do poder com as discussões a respeito da biopolítica. Foucault (1988) discutiu claramente a relevância da biopolítica e de sua articulação com os mecanismos disciplinares para a compreensão das relações de poder na sociedade coetânea.

Desta maneira, focar a análise do poder, a partir dos trabalhos de Michel Foucault, somente na questão das disciplinas e dos seus mecanismos, é negligenciar parte importante das suas idéias. Por isso, ao analisarem pontualmente a questão do poder disciplinar nas organizações os teóricos organizacionais tocam em um ponto crucial, mas deixam de lado outros aspectos vistos pelo próprio Foucault como fundamentais para a compreensão das dinâmicas das relações de poder na sociedade atual, bem como nas organizações inseridas nesta sociedade.

Corroborando esse fato, a noção de poder disciplinar consegue “dar conta sem limitações” de analisar as relações de poder presentes no paradigma taylorista/fordista de produção (McKinlay & Starkey, 1998). Porém, quando os teóricos organizacionais se voltam para a análise de ferramentas de gestão atuais, tais como: empowerment (Hardy & Leiba-O`Sullivan, 1998), as culturas corporativas (Willmott, 1993), as equipes de trabalho (Barkey, 1993), etc., notam que o poder disciplinar não aparece de forma “pura”, muito embora seja uma noção importante para compreender parte das dinâmicas das relações de poder. Assim, há nuances e variações sobre a operação do poder nas organizações que a noção de disciplina não consegue explicar, pois características de relações de poder não disciplinares estão cada vez mais presentes nas organizações (Munro, 2000).

Temos, então, um quadro em que os teóricos organizacionais fundamentados nos escritos de Michel Foucault não estão conseguindo dar conta da realidade observada com as noções que empregam ao mesmo tempo em que a analítica do poder possui “instrumentos”

mais adequados para este fim. Além disso, não encontramos entre as obras analisadas aquelas que discutissem a questão do poder fora da dinâmica interna das organizações, ou seja, como as diferentes organizações exercem poder sobre as pessoas fora de suas fronteiras e a lógica externa que influencia a adoção dos mesmos mecanismos de controle por diferentes organizações. A governamentalidade poderia ser muito útil neste sentido. Há, também, a possibilidade de analisar as articulações entre mecanismos de disciplinarização e mecanismos de regulação em contextos organizacionais específicos, discussão está que não apareceu em nossa base de dados.

Visando entender como cultura e as relações de poder são articuladas pelas lideranças em seu cotidiano nas organizações, realizou-se uma pesquisa de caráter qualitativo. Esta abordagem permite a compreensão do fenômeno no contexto em que ocorre e revela o ponto de vista e o entendimento das pessoas envolvidas sobre o fenômeno (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso de natureza descritivo-analítica (YIN, 2001; TRIVIÑOS, 1987), que investiga a articulação da liderança em uma única empresa brasileira com atuação na área de educação. A escolha do caso em estudo é justificada pelas seguintes razões: (1) trata-se de uma empresa com destaque regional nos cursos de graduação e pós-graduação, (2) está dentro de um contexto rico para a realização desta pesquisa, uma vez que vem investindo fortemente na formação de suas lideranças em função de seu projeto de crescimento e de sucessão (3) permitiu livre acesso à organização, desde que preservada a sua identidade.

Para a coleta de dados, utilizou-se a técnica de entrevistas semi-estruturadas. Esta opção deve-se ao fato do estudo considerar a perspectiva dos entrevistados como um dos elementos-chave da pesquisa e por possibilitar um amplo campo de interrogativas (TRIVIÑOS, 1987). As contribuições advindas da revisão bibliográfica nortearam a construção do roteiro semi-estruturado, e através dele buscou-se identificar a percepção dos entrevistados quanto a aspectos da vida organizacional e da relação deste profissional com a empresa. O processo de definição dos entrevistados levou em consideração os seguintes critérios: tempo mínimo de permanência na empresa de cinco anos, de forma que os respondentes já tivessem vivenciado um conjunto de experiências significativas na organização; e a proporcionalidade entre diferentes níveis hierárquicos e diversidade de áreas de atuação. Dada a natureza do estudo, ao se definir estes critérios buscou-se aproximar do que Spradley (1979) conceitua como condições mínimas para a escolha de "um bom informante".

Foram realizadas 63 entrevistas em março de 2009, sendo 21 com profissionais da área administrativa e 42 com profissionais da área acadêmica, todos empregados da empresa e exercendo regularmente suas funções. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas à luz da técnica de análise de conteúdo. De acordo com Bardin (1977, p.106), esta técnica "se presta para o estudo das motivações, atitudes, valores, crenças e tendências", bem como para desvendá-lo das ideologias que num primeiro momento não se apresentam com a devida clareza (TRIVINOS, 1987).

Para analisar o conteúdo das mensagens obtidas utilizou-se a categorização, que é definida por Minayo (2002, p.75) como “um tema que se refere a uma unidade maior em torno da qual tiramos uma conclusão”. As categorias utilizadas neste estudo foram: (a) processo de aprendizagem; (b) contratação e socialização de membros da organização; (c) processo de planejamento, implantação e monitoramento de mudanças; (d) relações informais das pessoas com a organização; (e) valores desejados pela empresa e por seus membros; (f) gestão da cultura na organização; (g) controles da empresa sobre o funcionário; (h) qualidade de vida no trabalho; (i) união entre funcionários e a empresa; (j) iniciativa e autonomia; (k) conflito organizacional; (l) relações hierárquicas e de liderança; (m) relações de gênero; (n) implicações da estrutura organizacional; (o) relações com influenciadores externos; (p) aspectos organizacionais valorizados pelas pessoas. Fragmentos das entrevistas são utilizados no trabalho em ordem cronológica de realização, sempre sendo referidas ao final como respostas da categoria G (gerencial) ou OP (administrativo/operacional).

A análise dos dados buscou evidenciar como cultura e poder são articulados pelas lideranças na empresa pesquisada, que para preservá-la, bem como seus colaboradores, sócios e prestadores de serviços, optou-se aqui por identificá-la como Empresa Sucesso.

8.1 A Empresa “Sucesso”

De acordo com informações obtidas no site, entrevistas realizadas e documentos consultados, a Empresa “Sucesso” é uma empresa brasileira de médio porte, atuante no seu segmento educacional a quase dez anos. Sua atuação merece destaque, em especial na sua cidade sede, bem como nas cidades que se localizam no entorno da sua sede. Foi criada pela união de pessoas empreendedoras, que resolveram investir no negócio próprio estimulados pela demanda havida no local, conforme pesquisas realizadas. O quadro funcional conta com 140 colaboradores próprios, agrupados em atividades administrativas, operacionais e

gerenciais e acadêmicas. O quadro gerencial é formado por 12 gestores, sendo estes responsáveis pela gestão dos processos e/ou de pessoas na organização.

Em seus quase 10 anos de atividade, a empresa apresenta uma história de crescimento constante, tendo construído diversas salas, laboratórios e bibliotecas e modernização de técnicas e procedimentos administrativos já existentes, realizado um processo de aquisição de máquinas e equipamentos de última geração.

Além disso, nos últimos anos vem passando por um processo de reengenharia, em busca de maior produtividade e eficácia nas suas ações.

Desenvolver competências estratégicas e de liderança é um dos objetivos definidos pela organização em seu mapa estratégico na perspectiva de aprendizado e crescimento. Por este motivo, desde a sua criação a empresa “Sucesso” vem investindo na formação das suas lideranças.

Esta decisão justificou-se pelo fato da empresa ter percebido a necessidade de suportar o desenvolvimento contínuo deste grupo face à sua estratégia de crescimento e ao movimento natural de sucessão na organização. O foco deste processo de formação, conforme plano de desenvolvimento gerencial estabelecido pela empresa “Sucesso”, além de visar o alinhamento estratégico, busca desenvolver nas lideranças uma atuação mais efetiva como influenciadores e agentes de mudança junto às equipes, bem como torná-los responsáveis pela disseminação dos valores e da cultura organizacional.

8.2 A articulação da liderança na Empresa Sucesso

Tendo como base os depoimentos dos empregados de nível operacional, administrativo e gerencial da empresa “Sucesso”, foi possível evidenciar como a cultura e as relações de poder são articuladas pelas lideranças. Os dados da “Sucesso” foram analisados sob três momentos: o primeiro, caracterizado pela aquisição e construção das suas instalações, o segundo caracterizado por um forte processo de mudança organizacional, o que trouxe maior produtividade e eficácia dos processos, e o terceiro, representado pelos dias atuais.

Ao se analisar a história inicial da empresa, encontra-se relatos que evidenciam a tentativa de formação de cultura única e paternalista (BERTERO, 1996). Através deles, é possível identificar todo o esforço da organização para oferecer uma estrutura que possibilitasse aos empregados viver em um ambiente que oferecesse bem-estar e ao mesmo tempo ajudasse a moldar a cultura da organização.

A “Sucesso” está instalada no bairro x, perto do centro e próxima de escolas e da área comercial da cidade e nós viemos para isso, para criar uma visão nova para uma empresa da área de educação cujo seguimento cultural ainda era muito familiar (G03).

Ela nasceu destemida [...] com características profissionais com vários sócios e gerenciada por uma equipe mais profissional e menos intervenção dos donos (família) e dos sócios. E até hoje ela tem uma característica fundamental, que ela é uma empresa profissional. (G03).

Em um segundo momento, caracterizado por um forte processo de mudança organizacional nos anos seguintes à sua criação, a empresa buscou modificações necessárias para alcançar melhores resultados de negócios (CHANLAT, 2000), e através de seus líderes provocou mudanças e reestruturou seus processos. Características de paternalismo e de ambiente mais familiar foram sendo deixadas para trás. Tal mudança foi percebida pelos empregados, de forma muito traumática, conforme apresentado nos fragmentos a seguir:

Era traumático, a gente vivia nessa cidade. Meu filho chegava em casa chorando porque o amiguinho dele ia embora porque o pai perdeu o emprego. Mas isso faz parte do aprendizado não pode colocar uma invenção de cimento no corpo, mas tem que aprender a conviver com o momento [...] (G03).

A partir daí, foram realizadas várias tentativas de intervir na cultura, principalmente, através da gestão implementada pelo seu principal executivo na época. Este movimento condiz com o entendimento de Schein (1985), Deal e Kennedy (1982), Ouchi (1986), Peters e Waterman (1986), ao argumentarem que a cultura organizacional é uma variável possível de ser manipulada, gerenciada e transformada. Evidencia-se também o atributo modelador e transformador do poder. Nesta situação, representada por alguém que detém um poder advindo da hierarquia permitindo-o alterar estruturas e influenciar na mudança do comportamento organizacional.

[...] Em 2008 veio novo presidente. [...] Que veio para cá e veio para fazer a mudança, ele veio com prazo de validade. Ele sabia que tudo que ele ia mudar ia provocar um ambiente instável na sociedade. E fez todas as mudanças que precisava fazer [...] (G03)

Schein (1989) reconhece que a liderança tem um papel de influenciar na redefinição cognitiva de seus liderados, encorajando-os para uma nova aprendizagem. Os relatos demonstram que a aprendizagem faz parte do dia-a-dia destas pessoas.

A gente viveu a fase em que as empresas, para sobreviverem, precisavam fazer uma reestruturação muito grande, reduzir níveis, enxugar a máquina, desburocratizar. Nós vivemos a fase da reengenharia. A empresa viveu fases dolorosas que foi a fase em que você

vê profissionais saindo da empresa, em função de um plano que foi feito na época e que precisava ser assim (G13).

A mudança sempre oferece incômodo. O novo sempre nos faz enfrentar uma realidade que não conhecemos ou não dominamos. Somos treinados, freqüentemente, para que não tenhamos nossas mentes fechadas para as mudanças (OP14).

Os veteranos eram nosso referencial. Eles nos recebiam e nos ensinavam o que devíamos aprender. (OP14)

Aproximando a análise para os dias atuais, evidencia-se que as estratégias da organização são definidas e estruturadas pela diretoria atual, disseminadas em toda a empresa, controladas e acompanhadas, sendo os gestores responsáveis por este processo. Todos os diretores entrevistados, de diferentes maneiras, corroboraram com esse entendimento durante as entrevistas:

A parte estratégica da empresa vem sempre de cima para baixo. Então a (diretoria) presidência traz as estratégias da empresa e aí cabe a nós, no nível da diretoria intermediária, difundir e garantir que essas estratégias sejam bem entendidas pela turma de baixo. A gente tem hoje o mapa estratégico, que é baseado em objetivos estratégicos, e cada um deles tem seus indicadores estratégicos, que se desdobram em indicadores táticos, que se desdobram para indicadores operacionais. O que eu posso dizer é o seguinte: essa conversa é feita com todos os funcionários da empresa. (G14)

Além do entendimento do ambiente de negócios, conhecer bem a cultura, os valores e os ritos e rituais é fundamental para o tipo de cultura que a organização terá, conforme argumento de Deal e Kennedy (1982). Através dos depoimentos, pode-se evidenciar a forte disseminação de valores. Todos os funcionários entrevistados sejam de nível gerencial, operacional ou administrativo, demonstram o conhecimento dos mesmos, confirmando Schein (1985) quando afirma que a função dos líderes é criar a cultura desejada, bem como valores e objetivos comuns, sendo este o caminho para o surgimento da chamada "cultura forte".

Nossa cultura é forte e nós conhecemos bem nossos valores, princípios, objetivos e metas. Estes processos são construídos com a participação de todos. (Op. 15)

A fala dos respondentes é recorrente quanto à ética. E por este motivo há indícios de que seja este o valor mais forte na organização. Os respondentes apontam que este valor está embasado na forma de agir dos executivos da empresa, através de exemplos, de atitudes transparentes, e “escolhendo” pessoas que compartilhem deste mesmo valor.

Em minha opinião o maior valor é a ética: ética com os clientes, com o empregado, com a comunidade/sociedade. A integridade, o respeito aos direitos (do

empregado, dos fornecedores, dos clientes); o cumprimento das normas, das leis, dos acordos, enfim, manter relações de confiança e transparência. (OP10)

[...] integridade, transparência, proteção do meio ambiente. Dentro da integridade tem a ética, [...] e aí é uma cadeia, todos os nossos terceiros, e permanentes, então é uma prática que vai disseminando e a idéia é esta. Esta questão da ética não é só uma questão de fala, existe de fato, sempre existiu... (OP04)

Ética, transparência e respeito estão veiculados nos veículos de comunicação da empresa “sucesso”. Mas não é a principal forma de transmissão. Esses valores vêm da própria postura dos superiores, então essa cultura acaba chegando ao chão de fábrica pelas culturas dos próprios gestores que vai se desdobrando do presidente ao operador. Isso é muito mais forte que as publicações e murais que também ajudam, mas a postura das pessoas é condução básica para que isso aconteça. (G17)

Tal manifestação dos funcionários, quanto à transmissão das crenças através das lideranças reforça o papel atribuído aos líderes pela escola funcionalista. Evidencia-se que na cultura da “Sucesso”, o papel dos líderes é de fundamental importância, na medida em que na maior parte do tempo as pessoas os citam como atuantes no processo, seja em função da comunicação das mudanças, estratégias e diretrizes da empresa, seja em função do controle e responsabilidade atribuídos, quanto ao resultado gerado na empresa. Desta forma, percebe-se o poder de influência destes líderes.

Na “Sucesso” evidenciam-se diferentes instrumentos de poder sendo utilizados em momentos diferentes, tal como proposto por Galbraith (1989). Entretanto, os poderes condicionados e compensatórios, demonstram ser os mais utilizados. O primeiro apresentado nos relatos quando do estabelecimento de crenças e valores, seja pelo meio educacional ou da comunicação e o segundo, quando os líderes citam a sistemática de feedback e meritocracia, que agora está sendo fortalecida na empresa.

[...] Quando um subordinado merece elogios ele é elogiado e quando ele procede de maneira que mereça ser corrigido lhe é dado o feedback, pois, é a oportunidade de melhoria que ele tem. Com sinceridade, transparência e sendo explícito no que não se concorda, e mostrando como poderia ter sido feito diferente, dentro das diretrizes da empresa. (G15)

A meritocracia é uma coisa que cada vez mais a gente começa mostrar, mas ainda há muita dificuldade. Nós não sabemos ainda trabalhar com feedback no sentido que você produz bem, parabéns está aqui o prêmio ou reconhecimento. (G03) Apesar do controle exercido pelos líderes, em função da estrutura hierárquica, normas e políticas vigentes na

empresa, o discurso recorrente dos empregados é quanto ao alto grau de autonomia, sempre levando em conta os valores e princípios já internalizados e a liberdade comunicação com os diversos níveis hierárquicos: Temos liberdade assistida, se posso assim dizer, ou melhor, todos conhecem os limites e sabem as regras para o desenvolvimento de suas tarefas. Há normas, princípios testados e controlados por programas de qualidade [...] (OP16)

Não somos vigiados, somos comprometidos com resultados e superações. (OP15)

[...] Você tem total autonomia baseado em regras de governança muito claras...

(G03)

Analisando os relatos acima e traçando um paralelo à teoria de Argyris (1994), evidencia-se que a responsabilidade é atribuída aos funcionários, ao mesmo tempo em que o controle permeia as relações sem aparentemente ter a conotação de punição e tensão.

Percebe-se que a gestão de governança citada (G03), gera um ambiente de facilidade de acesso aos níveis hierárquicos, estímulo às sugestões e melhorias, bem como a sensação de responsabilidade pelas atitudes implementadas, sentido no que se faz e a criação de valores comuns.

Acredito que até a oportunidade de construirmos estes valores e comportamentos são importantes em nosso processo de formação. No meu caso, por exemplo, sei que minha mãe, ajudou a construir [...] Não sei se você pode alcançar [...] trabalho na empresa que minha mãe ajudou a construir [...] Estes valores e conceitos vão além do chão de fábrica. Eles chegam a ser familiares e eu me orgulho destes valores (OP 15).

Através de recorrentes falas, pode-se evidenciar indícios de que o orgulho demonstrado pelo operador, são perpassados por toda empresa, dando uma significado para além do propósito organizacional, sendo inserido no âmbito pessoal, de compartilhamento e valorização dos valores como algo fundamental e prática constante na empresa.

Essa constatação, demonstra mais uma vez, o papel do líder como disseminador da cultura organizacional e valores da empresa, bem como o papel importante que este assume, na “Sucesso”. Corroborando assim, para a hipótese desta pesquisa, quanto à influência do líder, na cultura da organização.

Como dissemos, as análises fundamentadas nas idéias de Foucault empregaram fundamentalmente a questão das disciplinas, deixando de lado outros aspectos relevantes da analítica do poder. Com isso, acabaram por fazer o que criticam, pois realizaram uma utilização ‘correta’ e disciplinada das obras foucaultianas. Quais seriam os motivos disso? Em primeiro lugar, a obra Vigiar e Punir é a mais famosa do pensador e apresenta a possibilidade de desenvolver paralelos interessantes com as organizações de uma forma geral.

Com isso, as pessoas tendem a lê-la de forma isolada, deixando de lado a compreensão da complexidade da analítica do poder foucaultiana. Vimos que os autores em análise das organizações que utilizaram Foucault realizaram seus trabalhos usando noções foucaultianas fora do contexto da obra do autor como se eles fossem instrumentos isolados, ou seja, uma parcela significativa das análises com base em Foucault é realizada por meio do uso de noções individuais sem que elas estejam dentro do contexto metodológico da Genealogia. Vimos que este fato se repetiu com as idéias de outros autores que foram utilizadas para complementar as leituras foucaultianas.

CAPÍTULO IX

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Explorar questões relacionadas à sociedade disciplinar (e sua expansão a partir, principalmente, do século XIX); à visibilidade como dispositivo importante para o entrelaçamento (“encontro”) do poder com o saber; à multiplicação das circunstâncias de poder e do número dos potenciais vigilantes; à transitoriedade do poder; à lógica circunstancial intrínseca ao cotidiano; à sujeição dos indivíduos caracterizou um esforço analítico que teve como objetivo apresentar algumas possibilidades de interlocução entre os historiadores com aspectos do pensamento de Michel Foucault.

Uma das implicações do pensamento de Foucault (1979, 1985, 1987a, 1987b, 1988, 1997, 1999a, 1999b, 2000, 2002, 2003a, 2003b, 2003c, 2004) nos estudos organizacionais é a idéia de uma abordagem coletiva. Para Foucault, mesmo que haja uma ação individual, esta ação é uma ação coletiva, ou seja, toda ação não demonstra a vontade ou poder de atuação e decisão de um indivíduo, mas sempre será uma ação coletiva, pois este indivíduo está o tempo todo sendo marcado pelas diversas forças que atuam sobre ele e o constituem. Este processo produz algo que não pode ser previsível, caracterizando-se pela sua imprevisibilidade.

Essa objetivação e essa subjetivação não são independentes uma da outra; do seu desenvolvimento mútuo e de sua ligação recíproca se originam o que se poderia chamar de ‘jogos de verdade’: ou seja, não a descoberta das coisas verdadeiras, mas as regras segundo as quais, a respeito de certas coisas, aquilo que um sujeito pode dizer decorre da questão do verdadeiro e do falso.

Em suma, a história crítica do pensamento não é uma história de aquisições nem das ocultações da verdade; é a história da emergência dos jogos de verdade: é a história das ‘veridicções’, entendidas como as formas pelas quais se articulam, sobre um campo de coisas, discursos capazes de serem ditos verdadeiros ou falsos: quais foram às condições dessa emergência, o preço com o qual, de qualquer forma, ela foi paga, seus efeitos no real e a maneira pela qual, ligando um certo tipo de objeto a certas modalidades do sujeito, ela constitui, por um tempo, uma área e determinados indivíduos, o a priori histórico de uma experiência possível. (FOUCAULT, 2004, p. 235).

Nesse quadro, a empreitada aqui intentada privilegiou uma abordagem que procurou dialogar com Foucault naquilo que se constitua como uma de suas maiores

contribuições para a prática dos historiadores. Trata-se de seus questionamentos em relação à história teleológica. Afinal, como sublinha Paul Veyne, “Tudo o que Foucault diz aos historiadores é o seguinte: Vocês podem continuar a explicar a história como sempre o fizeram: somente, atenção: se observarem com exatidão, despojando os esboços, verificarão que existem mais coisas que devem ser explicadas do que vocês pensavam; existem contornos bizarros que não eram percebidos” (Veyne, 1982: 160).

Com efeito, foi um outro interesse investigativo que possibilitou que as análises de Foucault, rompendo com a concepção de se pensar o mundo social a partir de um sistema de relações entre meios e fins, enveredassem por uma diferente direção. “Meu projeto era entrar no jogo, diferente daquele dos historiadores [...] Meu tema geral, não é a sociedade, é o discurso Verdadeiro/Falso” (Foucault apud Dosse, 2003: 210).

Esse posicionamento teórico tentado concorreu para a (re) instauração das descontinuidades, das rupturas e, mesmo, das incertezas dentro das reflexões históricas que, com muita frequência, produziam o conhecimento do campo tomando por base um contínuo ou, por vezes, dialético, movimento de origem/efeitos/fins.

E, em concomitância, permitiu que Foucault elaborasse diferentes quadros explicativos sobre a loucura, os discursos, a punição, o poder, o indivíduo, a sexualidade. De certo modo, muito mais sensíveis aos desvios, aos silêncios e às dissonâncias.

Nesse quadro, à guisa de conclusão, se se pode considerar que, por um lado, o pensamento foucaultiano ocasiona incertezas por não se apresentar como um sistema unificado e homogêneo de compreensão; por outro sua abordagem analítica produz as condições para que se possa mergulhar no passado procurando refleti-lo em função da pluralidade de suas práticas e das condições de possibilidade que, historicamente, interferiram nas necessidades e exigências sociais.

Seleção, normalização, hierarquização e centralização. São estas quatro operações que constituem o poder disciplinar. O século XVIII é o século em que se começa um disciplinamento dos saberes que manifesta-se até os dias atuais. Cada saber é organizado como uma disciplina que tem seu campo próprio e critérios de seleção que possibilitam descartar o saber não “verdadeiro”, o “falso” saber; suas formas de normalização e homogeneização de seus conteúdos e as formas de hierarquização desses saberes. “A verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (Foucault, 1979, p. 14). Portanto, o poder disciplinar, organiza cada saber em uma disciplina bem como estabelece suas possibilidades de intercomunicação, distribuição e hierarquia com os outros saberes (Foucault, 1999b, 2002).

Assim, observa-se que:

Tais saberes tecnológicos, em sua dispersão, em sua morfologia própria, em sua regionalização, em seu caráter local, com o segredo que os rodeava, eram a um só tempo o motivo e o instrumento de uma luta econômica e de uma luta política; e, nessa luta geral dos saberes tecnológicos uns contra os outros, o Estado interviu com uma função, com um papel de disciplinamento: ou seja, a um só tempo, de seleção, de homogeneização, de hierarquização, de centralização. (Foucault, 1999b, p. 222).

A genealogia dos saberes situa-se no eixo discurso-poder. Contrariamente ao pensamento Humanista, Foucault (1999b) percebe uma relação diferente entre conhecimento e ignorância.

Foucault (1979, 1999b, 2002) enxerga uma imensa e múltipla guerra, não entre conhecimento e ignorância, mas sim “um imenso e múltiplo combate dos saberes uns contra os outros – dos saberes que se opõem entre si por sua morfologia própria, por seus detentores inimigos uns dos outros e por seus efeitos de poder intrínsecos” (Foucault, 1999b, p. 214). Assim, o filósofo rompe com a tradição do pensamento epistemológico, pensamento que instaura uma fronteira, um abismo entre o saber científico e o senso comum. Se, para a epistemologia, tem-se de um lado o saber científico como sendo a única fonte de saber e de verdade e que a este saber se opõe o saber popular que é comumente chamado de senso comum ou falso saber; para Foucault (1979, 1999b) o saber é constituído por ambos e não existe nenhuma fronteira ou abismo entre ciência e senso comum.

O saber consiste em relacionar e entrelaçar o visível com o enunciável, o poder é a sua causa pressuposta, mas ao mesmo tempo o poder implica ao saber uma diferenciação, uma bifurcação (Deleuze, 1988). Não há relação de poder sem constituição de um saber, nem saber que não pressuponha e constitua relações de poder (Foucault, 1987a). O poder disciplinar não demonstra apenas uma modelagem do corpo, mas acaba constituindo um conhecimento sobre o indivíduo. O indivíduo ao adquirir aptidões por meio do aprendizado de determinadas técnicas, acaba tendo o comportamento modelado. Assim, as aptidões misturam-se com as relações de poder. Quer construir-se um trabalhador hábil e vigoroso ao mesmo tempo em que ele seja dócil e tecnicamente controlável. “Fabricam-se indivíduos submissos, e constitui-se sobre eles um saber em que se pode confiar. Duplo efeito dessa técnica disciplinar que é exercida sobre os corpos: uma ‘alma’ a conhecer e uma sujeição a manter” (Foucault, 1987a, p. 244).

O saber não é a ciência e não pode ser separado do limiar onde é formado, nem da percepção, nem do imaginário, nem das idéias elaboradas em uma determinada época ou das

opiniões correntes. “O saber é a unidade de estrato que se distribui em diferentes limiaries, o próprio estrato existindo apenas como empilhamento desses limiaries sob orientações diversas, das quais a ciência é apenas uma” (Deleuze, 1988, p. 61). O saber possui dois elementos de estratificação: o visível e o enunciável, ou seja, as formações não discursivas e as formações discursivas. O saber é arquivado, classificado, selecionado, hierarquizado, caracteriza-se como sendo uma segmentaridade rígida, constituindo-se assim em estratos (Deleuze, 1988).

Entretanto, o poder é diagramático, ou seja, envolve matérias e funções não estratificadas. Diagrama “é a apresentação das relações de força que caracterizam uma formação; é a repartição dos poderes de afetar e dos poderes de ser afetada; é a mistura das puras funções não-formalizadas e das puras matérias não-formadas” (Deleuze, 1988, p. 80). O poder não passa por formas, mas passa por pontos, pontos estes que marcam a aplicação de uma força, ação ou reação de uma força em relação a outras forças. O poder é local e instável e está sempre em transformação, em constante movimento (Deleuze, 1988). As relações de poder afetam o corpo, estas relações o marcam, o dirigem, o modificam, o territorializam, o reterritorializam e o desterritorializam. Para Foucault (1987a, p. 25-26) “o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição [...]; o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso”.

Contudo, entre poder e saber há uma diferença de natureza, pois o poder não passa por formas e sim por forças. O poder é diagramático, bastante flexível e diz respeito a matérias não formadas. Enquanto o saber fala sobre matérias formadas, funções formalizadas, segmentadas entre o visível e o enunciável. Desta forma o saber é estratificado e atua por meio de uma segmentaridade rígida. Poder e saber são práticas sociais, mas a prática do poder mantém-se irreduzível a toda prática do saber. Para, então, marcar a diferença de natureza entre poder e saber, dirá Foucault que o poder remete a uma ‘microfísica’. Com a condição de não entendermos ‘micro’ como uma simples miniaturização das formas visíveis ou enunciáveis, mas como um outro domínio, um novo tipo de relações, uma dimensão de pensamento irreduzível ao saber: ligações móveis e não-localizáveis. (Deleuze, 1988, p. 82)

Portanto, o Panóptico constitui-se como um diagrama, um poder que tem como função impor uma atividade ou uma forma de comportamento a uma multiplicidade de indivíduos pouco numerosa; ao mesmo tempo em que constitui-se como uma técnica de geração de um saber sobre os indivíduos.

Assim, para Foucault (2004) é a experiência que redundando em um sujeito, ou, em sujeitos. O filósofo denomina de “subjetivação o processo pelo qual se obtém a constituição

de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que evidentemente não passa de uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si” (FOUCAULT, 2004, p. 262). O sujeito se constitui por meio de práticas de sujeição.

Portanto, um pesquisador organizacional que utilize o pensamento foucaultiano como base para o seu trabalho, nunca deverá atribuir a questões rotineiras que aparecem nos estudos organizacionais, como por exemplo, a ação ou tomada de decisão em uma empresa, como sendo algo particular, individual e dependente apenas da habilidade do sujeito “responsável” pela tomada de decisão. Assim, temas como liderança ou empreendedorismo, dentre outros, não podem ser abordados como sendo uma ação e responsabilidade individual.

Desta forma, torna-se muito mais importante em pesquisas que tenham como referência Foucault estudar as práticas, ao invés de tentar procurar no indivíduo algo que esteja escondido e oculto em seu discurso, eliminando qualquer possibilidade de um estudo fenomenológico ou hermenêutico nas pesquisas organizacionais que utilizem o filósofo como referência.

Portanto, a obra de Foucault (1979, 1985, 1987a, 1987b, 1988, 1997, 1999a, 1999b, 2000, 2002, 2003a, 2003b, 2003c, 2004) traz uma nova perspectiva de se pensar os estudos organizacionais, perspectiva completamente diferente do pensamento cartesiano, positivista e funcionalista que tem predominado no campo organizacional. Contudo, a utilização do pensamento do filósofo no campo organizacional não se limita apenas aos estudos de poder nas organizações. O autor traz novas problematizações para as pesquisas organizacionais.

Neste contexto, o trabalho desenvolvido na Universidade de Provence-França por Yves Schwartz (2000) destaca-se como uma forma inovadora de conceber a gestão e a administração. Forma esta afinada com perspectiva foucaultiana de análise. Para Schwartz (2000) gestão é muito mais do que uma simples intelectualização que desvaloriza os trabalhadores não especializados. Gerir refere-se a condução da vida subjetiva, a forma como gerimos as nossas contradições e relações com o outro. Não sendo o trabalho real uma estrita aplicação do trabalho prescrito, a dimensão subjetiva de micro-decisões sobre o uso de si mesmo permeia toda a atividade do trabalho.

A administração, tradicionalmente criou um pólo onde a gestão se aplica à medida que se afasta da própria execução da atividade, ou seja, há uma divisão e dissociação entre atividade e gestão da atividade. Entretanto, para Schwartz (2000) não existe de um lado gestores e do outro geridos, e entre eles um espaço vazio ou um abismo. Mesmo o funcionário menos graduado faz um uso de si, e geri este uso de si.

Desta forma Schwartz (1996, 2000) afirma que não há gestão, se considerar como tal, a dos especialistas habilitados. Mas, gerir, administrar é algo bem mais múltiplo e complexo, não ocorrendo uma indissociabilidade do termo gerir, de forma que o mesmo pertenceria a uns em detrimento de outros, pois todos os trabalhadores estão incluídos neste processo.

Esta outra forma de enxergar a administração e gestão colocada por Schwartz (2000), contribui para pesquisas organizacionais que trabalhem com a concepção da ontologia do presente manifesta no pensamento de Michel Foucault (1979, 1985, 1987a, 1987b, 1988, 1997, 1999a, 1999b, 2000, 2002, 2003a, 2003b, 2003c, 2004). Uma perspectiva que merece atenção e poderá ser abordada em outros trabalhos.

Para que o poder disciplinar possa ser utilizado como uma alternativa aos estudos organizacionais no campo do poder, faz-se necessário observar aspectos metodológicos que refletem a analítica de poder desenvolvida por Foucault (1979, 1987a, 1988, 1997, 1999b, 2003a, 2003c). São estes aspectos metodológicos que diferenciam os estudos foucaultianos das teorias desenvolvidas pelos pesquisadores organizacionais clássicos. Salienta-se que Foucault não estabelece, como Selznick (1971), Mintzberg (1983, 1995), Crozier (1981, 1990) e Braverman (1987), uma teoria sobre o poder, mas sim, uma analítica do poder.

Assim, para Foucault o poder não é um sistema geral de dominação exercido por um determinado grupo ou elemento sobre os outros e que por um efeito sucessivo atravessa todo o corpo social. O poder não tem uma origem, uma fonte, uma essência no Estado, na lei ou nos “poderes” constituídos. Mas o poder deve ser compreendido como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou no contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formação da lei, nas hegemonias sociais. (Foucault, 1988, p. 88-89)

O poder não é algo que se possua, que se adquira ou que se deixe escapar. Não é uma propriedade, pois o poder não pode ser possuído e sim exercido. O poder é microfísico e “se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (Foucault, 1988, p. 90). Portanto, as relações de poder são intencionais e não subjetivas, ou seja, não há poder cujo exercício não tenha alvos e objetivos, mas isto não significa que o poder resulte de escolhas ou de decisões de um sujeito, de uma equipe, de uma presidência, de um governo ou de um mercado, que estariam gerindo a rede de poderes que atuam em uma sociedade. O

poder atua por meio de estratégias e táticas que encadeando-se entre si, propagam-se e encontrando condição e apoio mútuos, formam dispositivos de exercício conjunto (Foucault, 1979, 1988, 1999b) .

Assim, o poder deve ser analisado pelas suas extremidades, pela sua capilaridade. Trata-se de analisar o poder não em instituições centrais, mas em sua forma local, regional (Foucault, 1999b). “O panoptismo não foi confiscado pelos aparelhos de Estado, mas estes se apoiaram nessa espécie de pequenos panoptismos regionais e dispersos” (Foucault, 1979, p. 160). Desta orma, para que possamos analisar os mecanismos de poder em toda sua complexidade e detalhe, não se pode analisar unicamente os aparelhos de Estado como se o poder tivesse neles sua origem. Mas, deve-se analisar a quem o poder tem como objeto, ou seja, a quem o poder se exerce com o intuito de transformá-lo, modificá-lo e produzi-lo. O poder deve ser compreendido na relação direta com o objeto e local que ele quer produzir e produz seus efeitos. Assim, não se procura analisar a intenção de um sujeito, o que pretende uma pessoa ao exercer poder, o que seria uma abordagem interna. Porem procura-se entender como o poder foi constituído, quais são seus elementos constitutivos, quais seriam as forças e condições que permitiram seu domínio sobre os demais poderes, suas multiplicidades. Enfim, busca-se entender a emergência de uma força sobre as demais forças que ali atuam. Quer-se encontrar o seu ponto de emergência, o salto de uma força dos bastidores para o palco do teatro (Foucault, 1979).

Portanto, o poder não deve ser somente analisado em seu centro, ou seja, na diretoria de uma empresa, em seu presidente, como se o poder estivesse localizado no topo hierárquico, ou se a hierarquia fosse fonte de poder. Mas, deve ser analisado em suas extremidades, onde o poder se distribui e ramifica, ou seja, onde o poder é capilar. Assim, ao invés de preocupar-se em descobrir onde o poder está localizado, deve-se captar o poder na extremidade, na periferia das relações sociais.

Também, o poder não é negativo e nem repressivo, mas sim positivo. Ao invés de negar, o poder quer produzir multiplicidades, movimentos, desejos e forças (Foucault, 1979). Isto não significa que o poder esteja nas extremidades ou no centro, mas sim que o poder é algo em constante movimento, em constante transformação. O poder atua em rede, em um fluxo contínuo que passa por toda a estrutura social e não se prende em nenhuma parte dela. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles. (Foucault, 1999b, p. 35)

“Onde há poder há resistência” (Foucault, 1988, p. 91) e por isso mesmo o poder nunca se encontra em condição de exterioridade a resistência, como a resistência não se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. Portanto, não se deve omitir o caráter estritamente relacional do poder no pensamento foucaultiano. O poder é sutil e ambíguo, pois em seu exercício cada indivíduo, independentemente de sua posição na estrutura social, é titular de um certo poder (Foucault, 1979). Portanto, não conceber o poder como um “fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras” (Foucault, 1979, p.183), pois o poder não é algo dividido entre os que o possuem e aqueles que não o possuem e são dominados.

Em oposição a Braverman (1987), Foucault (1979, 1999b) afirma que o poder não tem como papel prioritário manter relações de produção, para assim produzir uma dominação de classe e uma apropriação das forças produtivas. O filósofo descarta o “economicismo” na análise do poder. O “economicismo” afirma que o poder sempre está em uma posição secundária com relação à economia e tem como fundamento e razão de sua existência servir a economia, fazê-la funcionar, mantê-la. No pensamento foucaultiano a indissociabilidade entre o econômico e o poder não é devido a uma subordinação funcional, pois o poder não se dá, não se empresta, não se vende, nem se troca, o poder se exerce e só existe em ação. Assim, o poder não é primeiramente uma forma de manutenção e dominação das relações econômicas, mas sim uma relação de forças em si mesmo.

Por último, para uma correta utilização da analítica foucaultina de poder deve-se utilizar o método genealógico de pesquisa. Genealogia é o acoplamento dos conhecimentos científicos e das memórias locais, acoplamento este, que permite a constituição de um saber histórico das lutas locais e possibilita a utilização desse saber nas táticas atuais (Foucault, 1999b). Nesta empreitada, que se pode, pois dizer genealógica, vocês vêem que, na verdade, não se trata de forma alguma de opor à unidade abstrata da teoria a multiplicidade concreta dos fatos; não se trata de forma alguma de desqualificar o especulativo para lhe opor, na forma de um cientificismo qualquer, o rigor dos conhecimentos bem estabelecidos. Portanto, não é um empirismo que perpassa o projeto genealógico; não é tampouco um positivismo, no sentido comum do termo, que o segue. Trata-se, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns. (Foucault, 1999b, p. 13)

Portanto, a genealogia tem como objetivo a inserção dos saberes locais na hierarquia do poder próprio da ciência, para assim libertar os saberes historicamente localizados. A genealogia trava o seu combate contra os efeitos próprios de poder de um discurso denominado científico. O método genealógico não procura fazer uma dedução do poder, que partindo-se do centro, procurar-se-ia medir até que ponto periférico da estrutura social ele provocaria algum efeito. Mas sim fazer uma análise ascendente de poder, começando pelos mecanismos infinitesimais na periferia da estrutura social.

A ciência é um instrumento utilizado para a formação e a acumulação do saber. Para atingir tal intento utiliza-se de técnicas de observação, normas para padronizar registros e procedimentos de pesquisa. A ciência tem como intuito separar o falso do verdadeiro.

Contudo, a idéia de verdade e falsidade como sendo elementos separados, distantes, opostos, não manifesta o pensamento genealógico, pois as forças que constituem os diversos poderes são por natureza heterogêneas. A genealogia quer, pois afirmar uma diferença, Foucault é filósofo da diferença. “Tudo isto significa que o poder para exercer-se nestes mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e por em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas” (Foucault, 1979, p. 186). Entender como estes saberes se constituem e estabilizam um diagrama de forças, analisar como se dá a relação entre poder e saber é o objetivo principal de uma pesquisa genealógica.

Assim, Foucault (1979, 1987a, 1988, 1997, 1999b, 2003a, 2003c) ao utilizar o método genealógico, não cria conceitos fixos, cristalizados, imóveis sobre o poder como o fazem os autores organizacionais clássicos ao desenvolverem uma teoria sobre o poder. Foucault não desenvolve uma teoria sobre o poder e sim uma analítica, mantendo-se desta forma fiel a idéia genealógica.

A economia do conhecimento nasce dentro do sistema capitalista. Devemos considerar que é um sistema dinâmico que move a economia mundial, acelera a taxa de crescimento apesar das grandes e significativas atrocidades sociais.

Ninguém é tão poderoso que o exerça sozinho e qualquer tentativa nessa direção gera um contra-poder. Ao mesmo tempo em que se o exerce sobre alguém, alguém exerce o poder sobre outrem. O poder não é dado. Ele é fruto das relações de poder. É na convivência e nas relações concretas que ele aparece.

Em suma, o Estado ganha, nesta concepção foucaulniana de governamentalidade, a compreensão de como é desenvolvida a relação de poder nas entrelaçadas teias das relações sociais. A arte de governar utiliza-se das habilidades do saber, descobrindo o fio condutor

que conecta os pontos que ligam um poder ao outro. A arte de governar a mentalidade de uma época contribui para ordenar e controlar o poder na sociedade em uma vigilância permanente.

BIBLIOGRAFIA

- BATISTUCCI, Nery. (2003) **O poder como agente inibidor da disseminação do conhecimento**. São Paulo: Fundação Instituto de Administração – USP.
- BAUMAN, Z. (1988a) **“Is there a Postmodern Sociology?”** Theory, Culture and Society. vol. 5 no. 2.
- _____. (1988b) **“Viewpoint: Sociology and Postmodernity”** Sociological Review vol. 36 No.6.
- BERTERO, C. O. (1996) **Cultura organizacional e instrumentalização do poder**. In: FLEURY, M. T. L.; FISHER, R. M. Cultura e poder das organizações. São Paulo: Atlas.
- _____. (1996) **Cultura Organizacional e instrumentalização do poder**. In: FLEURY, Maria Tereza Leme, FISCHER, Rosa Maria (coords.). Cultura e Poder nas Organizações. 2. ed. São Paulo: Atlas.
- BOGDAN, R. C., BIKLEN, S. K. (1994) **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto Codex: Porto.
- BRAVERMAN, H. (1974) **Labor and monopoly capital**. New York: Monthly Review Press.
- _____. (1987) **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara.
- BURCHELL, G., GORDON, C. e MILLER, P. (1991) **The Foucault Effect: Studies in Governmentality**. Chicago: The University of Chicago Press.
- BURKE, P. (2005) **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- BURRELL, G. (1988) **“Modernism, post-modernism and Organization analysis 2: The contribution of Michel Foucault”** Organization Studies. Vol. 09, no. 02.
- _____. (1988) **“Modernism, post-modernism and Organization analysis 2: The contribution of Michel Foucault”** Organization Studies. Vol. 09, no. 02, 1988.
- _____. (1996) **“Normal science, paradigms, metaphors, discourses and genealogy of analysis.”** Em: CLEGG, S. , HARDY, C. e NORD, W. Handbook of Organization Analysis. London: Sage.
- _____. (1988) **“Ciência normal, paradigmas, metáforas discursos e genealogia da análise”** in : CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. Handbook de estudos organizacionais. V.1. São Paulo: Atlas.
- CALÁS, M. e SMIRCICH, L. (1999) **“Past Posmodernity? Reflections and Tentative directions.”** Academy of Management Review. vol. 24 no.4.
- CANGUILHEM, G. (2006) **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (2002) **Do social ao vital. In: O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (2000) **O Normal e o Patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- CHANLAT, J. (2000) **Ciências Sociais e Management - Reconciliando o econômico e o social**. São Paulo: Atlas.
- CLEGG, S. (1990) **Modern Organizations**. London: Sage.

_____.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (1998) **Handbook de estudos organizacionais**. V.1. São Paulo: Atlas.

COOPER, D. e BURRELL, G. (1988) “**Modernism, Postmodernism and Organizational Analysis.**” *Organizational Studies*. vol. 09 no. 01.

CROZIER, M. (1981) **O fenômeno burocrático: ensaio sobre as tendências burocráticas dos sistemas de organização modernos e suas relações na França, com o sistema social e cultural**. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

_____.; FRIEDBERG, E. (1990) **El actor y el sistema: las restricciones de la acción coletiva**. México: Alianza Editorial Mexicana.

DEAL, T. E.; KENNEDY, A. A. (1982) **Corporate cultures: the rites and rituals of corporate life**. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley, 1982.

_____. KENNEDY, A. A. (1999) **The new corporate cultures: revitalizing the workplace after downsizing, mergers, and reengineering**. Reading, Massachusetts: Perseus Books.

DELEUZE, G. (1995) **Foucault**. São Paulo, Brasiliense.

_____. (1988) **Foucault**. Lisboa: Edições 70.

DOSSE, F. (2001). **A História à prova do tempo: da História em migalhas ao resgate do sentido**. 2001. São Paulo, Editora da UNESP.

_____. (2003) **A História**. São Paulo, EDUSC.

FONSECA, M. A. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. 1995. São Paulo, EDUC.

_____. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

FOUCAULT, M. (1972) **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro, Vozes.

_____. (1972) **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro, Vozes.

_____. (1975) **Nietzsche, Freud e Marx: theatrum phisosophicum**. Porto, Gráfica Firmeza.

_____. (1979) “**Verdade e Poder**” em: MACHADO, R. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal.

_____. (1979) **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____. (1982) **A governamentalidade**. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal.

_____. (1985) **História da sexualidade III: O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____. (1987b) **Nietzsche, Freud & Marx: theatrum Philosophicum**. 4. ed. São Paulo: Editora Princípio.

_____. (1987) **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 18. ed. Petrópolis: Vozes.

_____. (1987a) **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes.

_____. (1988) **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal.

- _____. (1988) **Poder-Corpo**. In: _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, pp. 145-53.
- _____. (1992) **O que é um autor?** Lisboa, Passagens.
- _____. (1995) **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (1995) **Uma Trajetória Filosófica para Além do Estruturalismo e a Hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (1996a) **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 dez. 1970. São Paulo, Edições Loyola.
- _____. (1996b) **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro, Nau.
- _____. (1997) **A Arqueologia do Poder**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.
- _____. (1997) **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- _____. (1998) **Microfísica do Poder**. 13. ed. Rio de Janeiro. Ed. Graal Ltda.
- _____. (1999a) **A Verdade e as Formas Jurídicas**. 2ª Rio de Janeiro: NAU Editora.
- _____. (1999) **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: ed. NAU.
- _____. (1999a) **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1999b) **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France**. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2000) **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (2001) **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (2001) **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (2001) **Os anormais: curso no Collège de France**. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2002) **A arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (2003b) **A ordem do discurso**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. (2003a) **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora.
- _____. (2003c) **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (2003a) **Genealogia e poder**. In: Machado, R. (Org.) **Microfísica do poder**. 18 ed. São Paulo: Graal.
- _____. (2003b) **Soberania e disciplina**. In: Machado, R. (Org.) **Microfísica do poder**. 18 ed. São Paulo: Graal.
- _____. (2003) **Vigiar e punir. O nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2004) **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

- _____. (2005) **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes.
- _____. (2006) **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 22ª ed. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (2007) **As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas**. [tradução de Salma Tannus Muchail]. 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2008) **O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes.
- GALBRAITH, J. K. (1989) **Anatomia do Poder**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- _____. (1983) **O Novo Estado Industrial**. Tradução de Leonidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Pioneira.
- GORDON, C. “**Governmentality**” in: BURCHELL, G., GORDON, C. e MILLER, P. (1991) *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. Chicago: The University of Chicago Press.
- GUIRADO, M. (1996). “**Poder Indisciplina: os surpreendentes rumos da relação de poder**”. In: AQUINO, J. G. (org.). *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. 1996. São Paulo, Summus, pp. 57-71.
- HARDY, C. e LEIBA-O`SULLIVAN, S. (1998) “**The power behind empowerment: implications for research and practice**” *Human Relations* vol. 51, no. 04.
- HASSARD, J. (1993) **Sociology and organization analysis: positivism, paradigms and post-modernism**. Cambridge : University of Cambridge.
- KNIGHTS, D. (2002) **Writing Organizational Analysis into Foucault**. *Organization* Vol. 09, no. 04.
- LANDES, David. (1994) **Prometeu desacorrentado. Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até nossa época**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- LE BLANC, Guillaume. (1998) **Canguilhem et les normes**. Paris: PUF.
- MACHADO, Leila Domingues. (1999) “**Subjetividades Contemporâneas**” in: Maria Elizabeth Barros de (org.). *Psicologia: questões contemporâneas*. Vitória: EDUFES.
- MACHADO, Roberto. (2004) **Duas filosofias das ciências do homem**. In: CALOMENI, Tereza Cristina Barreto (Org.). *Michel Foucault. Entre o murmúrio e a palavra*. Campos, Rio de Janeiro: Faculdade de Direito de Campos.
- MCKINLAY, A. e STARKEY, K. (1998) **Foucault, Management and Organization Theory**. London: Sage.
- MINAYO, Maria C. S. (Org.). (2002) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MINTZBERG, H. (1983) **Power in and around organizations**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- _____. (1995) **Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações**. São Paulo: Atlas.
- _____. (1992) **El poder en la organización**. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1992.
- MORGAN, Gareth. (1996) **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas.

- MUNRO, I. (2000) **“Non-Disciplinary Power and the Network Society.”** Organization. vol. 07 no. 04.
- NIETZSCHE, F. W. (1981) **A Gaia ciência.** São Paulo: Editora Hemus.
- _____. (2003) **Assim Falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1998) **Genealogia da moral: uma polêmica.** São Paulo: Companhia das Letras.
- ORGANIZATION (2002) **Themed Section on Foucault, Management and History.** Vol. 09, no. 04.
- ORTEGA, F. (1999) **Amizade e Estética da Existência em Foucault.** Rio de Janeiro, Graal.
- OUCHI, W. (1986) **Teoria z: como as empresas podem enfrentar o desafio japonês.** 10. ed. São Paulo: Nobel.
- PARKER, M. (1995) **"Critique in the name of what? Postmodernism and critical approaches to organization"**, Organization Studies, vol. 16, nº 4.
- _____. (1999) **“Capitalism, subjectivity and ethics: debating labour process analysis”.** Organization Studies. vol. 20, no. 01.
- _____. (1999) **“Capitalism, subjectivity and ethics: debating labour process analysis”.** Organization Studies. vol. 20, no. 01.
- PETERS, T. J.; WATERMAN Jr.; R. H. (1986) **Vencendo a crise: como o bom senso empresarial pode superá-la.** 12. ed. São Paulo: Harbra.
- PORTOCARRERO, V e BRANCO, C. (2000) **Retratos de Foucault.** Rio de Janeiro: Nau Editora.
- RABINOW, P. (1999) **Antropologia da Razão.** Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- _____. e DREYFUS, H. (1995) **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica para Além do Estruturalismo e a Hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- RAJCHMAN, John. (2000) **Foucault pragmático.** In: PORTOCARRERO, Vera e BRANCO, Guilherme Castelo (Orgs.). Retratos de Foucault. Rio de Janeiro: NAU.
- SCHEIN, E. (1999) **Guia de sobrevivência da cultura corporativa.** Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. (1985) **Organization cultures and leadership: a dynamic view.** San Francisco: Jossey-Bass, 1985.
- SCHWARTZ, Y. (1996) **“Trabalho e valor.”** Tempo Social: revista social USP. Vol. 08, no. 02.
- _____. (2000) **Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe.** Toulouse: Octarès.
- SELZNICK, Philip. (1972) **A liderança na administração: uma interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- SILVEIRA, R. A. (2005) **Michel Foucault: poder e análise das organizações.** Rio de Janeiro: Editora FGV.
- SPRADLEY, J. S. (1979) **The ethnographic interview.** New York, Holt, Rinehart and Winston.

TRIVIÑOS, A.N. (1987) **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas.

ÜSDIKEN, B. & PASADEOS, Y. (1995) “**Organizational Analisis in North America and Europe: A comparation of Co-citation networks**”. Organization. Vol. 16, no. 03.

WILLMOTT, H. (1993) “**Strength is ignorance, slavery is freedom: managing culture in Modern Organizations.**” Journal of Management Studies. vol. 30, no. 04.

YIN, R. K. (2001) **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre : Bookman.